

**3500
CARATERES,
INCLUINDO
ESPAÇOS**

Crónicas quinzenais no *Correio
do Minho* (2014–2017)

JOÃO RIBEIRO MENDES

3500
CARATERES,
INCLUINDO
ESPAÇOS
Crónicas quinzenais no *Correio*
***do Minho* (2014–2017)**

João Ribeiro Mendes

Braga ♦ 2020

FICHA TÉCNICA

Título

3500 carateres, incluindo espaços. Crónicas quinzenais no Correio do Minho (2014-2017)

Autor

João Ribeiro Mendes

Edição

INfAST. Institute *for* Anthropocene Studies

Local

Braga

Data

2020

DOI

10.21814/1822.64776

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
TÊM OS POLÍTICOS O DIREITO DE MENTIR NAS CAMPANHAS ELEITORAIS?	15
O EFEITO RIJKSMUSEUM	21
O FIM DO SOCIALISMO <i>ERSATZ</i> ?	27
ESTÁ À VISTA O FIM DAS HUMANIDADES?	33
ÉTICA DAS VIAGENS INTERPLANETÁRIAS	39
BANC@ ÉTIC@: UM OXÍMORO?	45
AUSCHWITZ: O DEVER DE NÃO ESQUECERMOS	51
A ALUCINAÇÃO MEDIÁTICA DO FUTEBOL PORTUGUÊS	57
FENOMENO(TECNO)LOGIA TURÍSTICA	63
2023, ANO DA DESCONTINUAÇÃO DO HUMANO?	69
ACADEMICUS BUROCRATICUS	75
O INCIDENTE DE BRAGA	81
OS NETOS DE KEYNES VIVEM MELHOR QUE O AVÔ?	87
QUE VALEM OS <i>RANKINGS</i> ACADÉMICOS?	93
O 39º CDN	99
MARTIN PARKER ESTEVE NA CIDADE	105

POR QUE É QUE NÃO TEMOS O DIREITO DE CONSIGNAR 20% DO EUROMILHÕES?	111
A DEMOCRACIA NO FUTURO: REGRESSO ÀS ORIGENS	117
ANIMISMO 2.0	123
FAZER COISAS COM A FILOSOFIA	129
A ECONOMIA: UMA CIÊNCIA FÚTIL?	135
O PARALOGISMO PRESIDENCIAL	141
PARASCAVEDECATRIAFOBIA	147
A OBSOLESCÊNCIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	153
E O NOBEL DAS CIÊNCIAS HUMANAS EM 2016 IRÁ PARA...	159
SABER A TEMPO: A OBSESSÃO DE H. G. WELLS	165
COMO TER UMA VIDA LONGA FELIZ	171
PENSAR PARA QUÊ?	177
A SÍNDROME KD	183
O 4º RAMO DAS FORÇAS ARMADAS	189
A PSEUDOCIÊNCIA ATACA DE NOVO	195
TECNOCAPITALISMO PARA SOCIEDADES OCIOSAS	201
A VIDA É BREVE, A ARTE LONGA...	207
NEOLIBERALISMO: PALAVRA INFAUSTA?	213
VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: O CASO DAS HUMANIDADES	219
HUMANIDADES DIGITAIS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM	225

A MODERNIDADE É UM PROJETO INACABÁVEL?	231
AS ORAÇÕES SÃO (IN)EFICAZES?	237
AS IDEIAS TÊM PRAZO DE VALIDADE?	243
PARA UMA TECNOÉTICA PRÁTICA	249
PODEMOS FIAR-NOS NA WIKIPÉDIA?	255
É SEGURO USAR ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL?	261
TECNOLOGIAS QUÂNTICAS: EMBEVECIMENTO E INQUIETAÇÃO	267
A INTERNET DAS COISAS: UMA DISTOPIA ANUNCIADA?	273
APRENDER A VIVER COM ROBÔS SOCIAIS	279
A MERCEDES-BENZ PREFERE MATAR O GORDO?	285
WESTWORLD: UM DISPOSITIVO DE EXPERIMENTAÇÃO MORAL?	291
APANHEM-NOS SE PUDEREM, DIZEM A TECNOLOGIA E A CIÊNCIA À LEI E À ÉTICA	297
A ARTE DA EXTRAPOLAÇÃO TECNOLÓGICA	303
É POSSÍVEL OU DESEJÁVEL UM TRADUTOR LINGÜÍSTICO UNIVERSAL?	309
SERÁ BOA IDEIA CRIAR UMA TRIBUTAÇÃO ESPECIAL PARA ROBÔS?	315
NO FUTURO SEREMOS “ESPEMPOS”?	321
CIBATLO: PROVAVELMENTE O MAIS IMPORTANTE EVENTO DO MUNDO	327

PÓS-INTERNET	333
QUÃO DIGNA DE CONFIANÇA É A TECNOLOGIA?	339
ESTRANHAS FORMAS DE PROGRESSO TECNOLÓGICO	345
AMBIVALÊNCIAS NA(S) TECNOLOGIA(S)	351
O CONTROVERSO EXPERIMENTO DO FACEBOOK	357
BRINQUEDOS PERIGOSAMENTE INTELIGENTES	363
O LIVRO, UMA TECNOLOGIA DIFICILMENTE IGUALÁVEL	369
HIPEROBJETOS, SUPERSUJEITOS E MEGA- EPISTEMOLOGIA	375
ÍNDICE REMISSIVO	381

INTRODUÇÃO

Entre 17 de novembro de 2014 e 23 de junho de 2017 tive o enorme prazer de escrever uma crónica no *Correio do Minho*. Pediu-me, nesse tempo, a cada quinze dias, o seu diretor, Paulo Monteiro, um texto de “ideias” com não mais de 3500 caracteres, incluindo espaços. O resultado foram os 61 escritos aqui reunidos.

Ao longo desses três anos fui cultivando um gosto, que desconhecia em mim, pelo exercício de redigir essas concisas peças. Poder escrever livremente sobre o que bem entendesse, de duas em duas semanas,

deu-me uma sensação de liberdade muito especial. Essa experiência foi sempre sendo completada e intensificada por outra ainda mais gratificante: receber os comentários, por vezes muito críticos, dos meus leitores que, só tardiamente o descobri e ao contrário do que supunha, eram muitos.

Vi-me forçado a interrompê-la por causa do acumular de responsabilidades com a liderança do Centro de Ética, Política e Sociedade e com a direção do Departamento de Filosofia, ambos da Universidade do Minho, para além, claro, das habituais atividades de lecionação e de investigação. Espero vir a ter a oportunidade de retomá-la num futuro próximo.

Dedico um especial agradecimento a Paulo Monteiro, diretor do *Correio do Minho*, pela oportunidade dada, mas, sobretudo, por conseguir, com uma equipa altamente competente, oferecer o melhor diário da imprensa regional impressa e *on-line* que se publica em Portugal.

Dedico também um especial agradecimento à minha mulher, Maria do Carmo, por ter sido sempre a primeira leitora de todas as crónicas e tê-las criticado e revisto impenitentemente.

Dedico, por último, um especial agradecimento aos meus leitores pela atenção dada, a maioria dos quais, fui-me apercebendo, estudantes que não cursam Filosofia e,



surpreendentemente, de outras instituições de ensino superior que não a Universidade do Minho.

O conjunto de artigos aqui compilados encontra-se organizado de modo cronológico. Podem divisar-se nele, no entanto, três arquipélagos temáticos formados a partir de interesses intelectuais que tenho vindo a manter.

O primeiro, correspondente a quase metade dos textos, concerne a interrogações sobre a natureza da Tecnologia e sobre implicações e consequências, nomeadamente éticas e políticas, de tecnologias particulares.

Um segundo é o que se prende com reflexões diversas sobre política, economia e sociedade (incluindo religião e desporto).

O terceiro versa sobre aspetos vários da vida académica, das Humanidades e da Filosofia.

O índice remissivo, com que a obra encerra, inclui referências onomásticas e monográficas (livros, artigos, etc.).

Braga, 3 de abril de 2020

17/11/2014

TÊM OS POLÍTICOS O DIREITO DE MENTIR NAS CAMPANHAS ELEITORAIS?

Tornou-se estranhamente natural na atual vida política das nações que, após a eleição de um novo governo, um número significativo dos seus eleitores se sintam vítimas de mentiras (deliberadamente) feitas em campanha eleitoral pelo seu líder.

Quem não se lembra, a esse respeito, das palavras proferidas por George Bush (pai) na Convenção Nacional Republicana de 1988, “leiam os meus lábios: não existirão novos impostos”, e do que ele fez no ano



seguinte logo depois de se ter tornado no 44º Presidente dos EUA?

E quem não se lembra também de idêntica promessa feita por Pedro Passos Coelho, aquando de uma visita ao distrito de Vila Real em maio de 2011, e o que decidiu semanas mais tarde imediatamente a seguir a ter tomado posse como chefe do XIX governo constitucional?

Em tais casos, os eleitores defraudados tipicamente reagem com manifestações de indignação moral e juras de não voltarem a deixar-se enganar, de não contribuírem para a reeleição dos supostos intrujões.

No entanto, precisamente o que há de condenável neste tipo de comportamento?



A prática da mentira, como é óbvio, não se verifica só no domínio da governação política, mas também nos demais domínios da convivência humana. Todavia, os governantes, pelas altas funções que desempenham, têm o especial dever de dar o exemplo em matéria de correção nas ações.

A filósofa estadunidense Sissela Bok, no ensaio *Lying: Moral Choice in Public and Private Life* (*Mentir: Eleição moral na vida pública e privada*), publicado em 1978, definiu a “mentira” como “uma mensagem intencionalmente enganadora colocada na forma de um enunciado”.

Ora, como é bom de perceber, esta conduta é eticamente reprovável pelo menos por três razões.

Desde logo, porque instrumentaliza aqueles que são vitimados pela mentira, privando-os de fazerem uma escolha livre e bem informada sobre o assunto em questão, com repercussões que poderão ser sérias no seu futuro.

Depois, porque corrompe o próprio mentiroso, que, uma vez descoberto, não só perde a credibilidade, como propende a dizer mais mentiras e a torná-las num seu hábito nefando.

Por último, porque afeta a sociedade no seu todo, fazendo diminuir a confiança entre os cidadãos e, por consequência, contribuindo para ameaçar a coesão social e o normal funcionamento das instituições, tanto mais se a complacência perante a

mentira encorajar outras pessoas a cometê-la.

Em termos éticos, por conseguinte, a mentira deve ser repudiada, visto que não pode ser universalizada sem provocar efeitos perniciosos nas vidas individuais e coletiva.

Mas, para além do plano moral, deve esse tipo de comportamento ser legalmente sancionado?

Esse é o problema que o Supremo Tribunal dos EUA tem sob apreciação desde o verão de 2013, originado numa petição para deliberar sobre se os seus estados podem ou não aprovar legislação para criminalizar mentiras (deliberadamente) feitas em campanhas políticas ou se tal representa uma violação da liberdade

de expressão garantida pela Constituição do país.

Enquanto aguardamos pela resolução daquele órgão judicial norte-americano, ficam algumas questões: Como deliberaria o nosso Tribunal Constitucional sobre a mesma matéria? Constituirá nova mentira (deliberadamente) feita em (pré-) campanha eleitoral, a recente promessa do candidato a futuro primeiro-ministro, António Costa, de reposição, na íntegra, em 2016, os salários dos funcionários públicos? Tê-la-ia feito se tivesse consequências penais?

28/11/2014

O EFEITO RIJKSMUSEUM

Na década de 1990, a cidade de Bilbao (província da Biscaia, comunidade autónoma do País Basco) construiu um museu Guggenheim e, desde então, tem passado por uma notável transformação nos planos urbanístico e turístico. Essa mudança foi designada na literatura especializada “efeito Guggenheim”. Braga talvez pudesse seguir o exemplo e procurar acolher um museu internacional de nomeada como, por exemplo o Rijksmuseum (lê-se “raiksmuséam”); sediado em Amesterdão e entre os vinte mais

concorridos do mundo, com mais de dois milhões de visitas anuais), criando um efeito análogo.

Os conjeturáveis benefícios seriam diversos. Desde logo, permitira que a imagem da cidade se projetasse internacionalmente como uma urbe do século XXI e, por extensão contribuiria também para veicular no plano externo a dimensão de modernidade da região do Minho e até da própria Euroregião da Galiza e Norte de Portugal. A criação de um ícone arquitetónico dessa natureza, que se tornasse num referente cultural europeu ou global, inseriria no perfil de Braga o aspeto cosmopolita e reforçaria a sua capacidade de comunicação com o mundo inteiro.



Depois, ao fortalecer a atratividade turística da cidade e do distrito, geraria um previsível impacto económico muito positivo no seu seio. Se atentarmos noutras experiências similares de sucesso (e.g. o Louvre de Lens, a Tate de Liverpool, o Pompidou de Metz) damos-nos conta de que a atividade de um museu encerra um enorme potencial para desenvolver a economia – sobretudo gerando mais emprego (direto e indireto), nomeadamente na construção civil e nos serviços, e captando maior riqueza deixada pelos visitantes (ajudando a elevar a receita fiscal nacional) – e dinamizar os negócios – em especial os ligados aos setores do comércio, restauração e hotelaria – na sua zona de influência geográfica.

Por outro lado, um empreendimento desse tipo poderia servir para promover a reabilitação e revitalização de alguma zona mais depauperada ou deprimida da cidade, da sua periferia ou dos seus arredores. Teria, assim, para além de valor cultural e económico, um significativo alcance ecológico, tanto maior quanto o edifício para acolher o museu tiver sido planeado para corresponder a preocupações ambientais e as fomentar e multiplicar, mediante ações educativas, no tecido urbano envolvente.

Um projeto com tais características poderia ainda ter a virtude de funcionar como um instrumento em prol não só da elevação dos níveis de educação artística e



cultural de Braga (e do país) – propósito suscetível de ser mais eficiente e facilmente alcançado mediante parcerias com a universidade, tirando partido da sua capacidade académica – mas também do incentivo ao empreendedorismo no espaço da indústria criativa nortenha.

Enfim, encontra-se subjacente a esta proposta a convicção de que a cultura representa hoje um poderoso recurso para induzir prosperidade numa cidade ou numa região. Foi nesse sentido que o universitário brasileiro Pedro Fiori Arantes bem destacou (citando Hal Foster) no seu artigo Forma, valor e renda na arquitetura contemporânea (2010): «(...) depois dessa obra [o Guggenheim], a arquitetura não foi mais a mesma e

vivemos a cada novo projeto do gênero uma espécie de “efeito Bilbao”, no qual cada cidade procura construir um espetáculo de magnitude similar com o objetivo de atrair novos fluxos de capital.». Eis uma ideia para a Braga do futuro.

12/12/2014

O FIM DO SOCIALISMO *ERSATZ*?

Tinha-me habituado a tal ponto ao Socialismo (e à Social democracia!) *Ersatz* que não pude deixar de ficar surpreendido com o discurso feito há quase 15 dias no Congresso do PS pelo líder da distrital de Aveiro, Pedro Nuno Santos, reivindicando que os socialistas têm hoje, mais que nunca, de ser socialistas.

É como se o ilustre político estivesse a dizer que é tempo de reintroduzir o produto original no mercado político já completamente farto de consumir sucedâneos ou produtos de substituição.



A ideia de Nuno Santos é que o PS faça aquilo em que acredita e que apregoa. E aquilo em que o PS mais acredita e mais apregoa, segundo ele (e segundo qualquer outro socialista, presumo!) é que devemos ter um Estado forte para melhor nos protegermos contra ameaçadores interesses privados. Um exemplo disso, por ele dado, respeita à imoralidade que reputa atualmente existir na esfera do trabalho, sob as barbas do próprio Estado, com as inaceitáveis práticas da contratação de funcionários a (falsos) recibos verdes, do uso do subsídio de desemprego para o pagamento de empregos e de empresas a redistribuírem milhões de euros pelos seus acionistas obtidos



com poupanças em despedimentos coletivos.

Este repto de Nuno Santos teve eco não apenas em vários camaradas de partido como também num número de analistas e comentadores políticos que saudaram a necessidade e a oportunidade do PS se reposicionar à esquerda (uma expressão algo ambígua, porquanto quererá significar para alguns ir da direita – lugar não natural do PS – para a esquerda – seu lugar natural – e para outros deslocar-se da esquerda mais envergonhada para a esquerda mais orgulhosa do seu credo fundamental).

Mas o deputado socialista não se limitou a apelar a uma recuperação dos valores básicos que fazem parte do património ideológico do seu partido.



Quis parecer também responsável e realista e propôs que o PS elabore um programa de governo, a submeter ao escrutínio dos eleitores em outubro do próximo ano, que não apresente mais custos orçamentais para além dos já existentes.

Parece convencido Nuno Santos que se pode chegar a ter um melhor país, um país mais justo – porque com menos pobreza e mais igualdade – e com maior qualidade de vida, reforçando a capacidade intervencionista do Estado e mantendo os níveis de dotação orçamental nos seus valores atuais.

Este argumento pode ser (e tem sido) contestado em diferentes aspetos e de distintos modos. Não pretendo aqui pôr em causa a sua conclusão, que

exprime o ideal, que comungo, de um país mais justo no sentido referido, nem cada uma das respetivas premissas: Estado forte e Orçamento não incremental. Quero questionar sim, a possibilidade de ambas estas premissas serem conciliáveis no atual contexto socioeconómico e, por consequência, produzirem o efeito desejado de maior justiça social.

É que uma ideologia política sempre tem custos económicos. Ora como no nosso caso o país não parece manifestamente dispor, de momento, dos recursos necessários para o socialismo autêntico, então das duas uma: ou o desafio do voluntarioso deputado Nuno Santos não passa de retórica política, talvez capaz de angariar alguns votos, mas



inconsequente e depois das eleições o PS regressa ao Socialismo *Ersatz* dos últimos 30 anos, ou vai ser mesmo ser levado a sério e o PS, em especial se ganhar as próximas legislativas, arrisca o país a novo desastre nas contas públicas.

26/12/2014

ESTÁ À VISTA O FIM DAS HUMANIDADES?

As Humanidades representam um domínio multidisciplinar heterogéneo (literatura, filosofia, linguística, etc.) que estuda o que significa ser humano – distinto do das Ciências, que investiga a estrutura e o funcionamento do mundo, e do das Engenharias, que projeta, constrói e mantém em funcionamento artefactos tecnológicos.

Apesar de ligado a uma milenar tradição de reflexão sobre a natureza e a condição humanas, o domínio das Humanidades só principiou a formar-se

na viragem do século 19 para o século 20, no contexto da profissionalização das ciências (que não abraçou e lhe custou a secessão dos saberes que hoje fazem parte das chamadas Ciências Sociais: sociologia, economia, ciência política, etc.).

Assim, se a pergunta em título aponta para o eclipse das Humanidades a resposta é: não! Parece óbvio que sempre existirão pessoas interessadas na poesia, na discussão filosófica ou em aprender línguas. Se, todavia, essa interrogação sugere o encerramento de instituições de ensino e pesquisa que tradicionalmente veiculam o seu conhecimento, como as faculdades de letras, os departamentos de filologia, os institutos de línguas ou



os centros de estudos clássicos, então a resposta é: sim, muito provavelmente!

Deveríamos, pois, preparar-nos para isso. No relatório Mapeando o Futuro, de 2013, a Universidade de Harvard elenca os cinco argumentos que mais têm contribuído para o declínio das Humanidades e que aqueles que pugnam pela sua subsistência terão que empenhar-se em rebater.

O argumento económico: necessitando as novas gerações ficar habilitadas para atuar num ambiente de competição global onde imperam exigências sobretudo práticas e não podendo as Humanidades contribuir eficazmente para tal propósito educativo, deverá o sistema universitário ficar alinhado com esse

interesse estratégico e desinvestir economicamente nelas.

O argumento social: constituindo as Humanidades saber fundamentalmente destinado à edificação e fruição dos indivíduos na sua esfera privada, e habitualmente expresso numa linguagem demasiado sofisticada para ser acessível à maioria das pessoas, encontrando-se desprovido, por isso, de uma função pública relevante, não devendo ser socialmente promovido.

O argumento científico: sendo o conhecimento gerado pelas Humanidades essencialmente interpretativo e dissentido, ao contrário daquele produzido pelas Ciências Naturais e Ciências Sociais, razoavelmente objetivo e consensual,

revela-se impotente para a compreensão e domínio do mundo (natural e social) na sua enorme complexidade, incertezas e riscos, e por isso o esforço da sua busca deve ser minimizado.

O argumento vocacional: não conseguindo as escolas de Humanidades assegurar a empregabilidade dos seus graduados, nem muito menos ajudá-los a enriquecer no mercado, deverão ser reduzidas ou até encerradas para que os índices de frustração profissional baixem para valores socialmente aceitáveis.

O argumento tecnológico: uma vez que o saber das Humanidades é tipicamente organizado em grandes narrativas e transmitido e difundido por



intermédio da palavra escrita em suportes tradicionais como o livro ou o jornal, encontra-se em forte dissonância com os interesses intelectuais (informações sintéticas e rápidas) e modos de acesso ao conhecimento (uso de redes telemáticas) das gerações mais novas, mas não só, e, por conseguinte, afigura-se obsoleto na era tecnocientífica em que vivemos.

09/01/2015

ÉTICA DAS VIAGENS INTERPLANETÁRIAS

Aceitaria participar numa expedição a Marte sem a perspectiva de retorno à Terra? Provavelmente não. Mas, por estranho que lhe pareça, quase duzentas mil pessoas, de todo o mundo, responderam positivamente ao repto lançado pelo engenheiro holandês Bas Lansdorp, diretor executivo da organização sem fins lucrativos *Mars One* e candidataram-se a fazer parte do seleto grupo de 40 astronautas a serem tirocinados para uma missão a ter início em 2023.

Antes da primeira equipa de voluntários iniciar a viagem de sete meses rumo ao planeta vermelho, Lansdorp tem que angariar mais de 5000 milhões de euros para conseguir colocar na órbita de Marte um satélite de telecomunicações em 2018, um *rover* (veículo motorizado automatizado) na superfície do planeta em 2020 e, a partir de 2022, os componentes para a construção da base (espaço projetado com 35m^2 a dividir por dois quartos e energia fornecida por 3000m^2 de painéis solares) que receberá em 2024 os seus primeiros inquilinos (aos quais se irão juntar mais 20 até 2034, ao ritmo de 4 a cada 2 anos).

O sonho de estabelecer uma colónia em Marte não é novo. Porém, os



primeiros passos para a sua realização foram dados pelo engenheiro alemão Wernher von Braun, quando publicou em 1952 o livro *Projeto Marte* com os detalhes técnicos para uma missão tripulada ao planeta vermelho que, segundo ele, deveria ter tido início em 1965.

A opção “viagem apenas de ida ou para ficar”, que tem em Buzz Aldrin (o segundo homem a pisar a Lua) um dos seus maiores defensores, foi privilegiada por Lansdorp por ser mais barata e colocar menos dificuldades técnicas. Ainda assim, o visionário neerlandês, para ajudar a pagar o ambicioso projeto, pretende que a futura base marciana venha a integrar um *reality show*, com tudo o que se passe no seu interior a poder ser

ininterruptamente observado por uma audiência terrestre.

Este empreendimento, entretanto, tem suscitado várias preocupações de natureza ética, das quais destaco três. Desde logo a que se coloca em relação à justeza de afetar uma tal astronómica quantia de dinheiro a esse fim em detrimento de outros mais nobres e urgentes, como os do combate à pobreza e à doença.

Depois, a que se prende com os elevados riscos para a sua saúde física que os possíveis primeiros colonos de Marte irão correr, em especial com a exposição prolongada à radiação cósmica que potencia problemas oncológicos, e a um ambiente de baixa gravidade (cerca de 1/3 da da Terra) que induz problemas musculares e

ortopédicos sérios, mas também capaz de provocar cegueira. Problemas que, claro, ocorrerão a 200 milhões de km do centro de saúde mais próximo.

No plano psicossocial as apreensões não são menores. Forçados a viver a maior parte dos 686.98 dias do ano marciano confinados a um espaço do tamanho de uma suite de hotel (fora do qual terão de enfrentar uma temperatura à superfície que varia entre os -87° e os -5° Celsius e uma atmosfera 95% composta de CO_2), sem privacidade (fator que pode agravar-se com a consciência de estarem a ser observados dia e noite, para o resto da vida, se a base se tornar num espetáculo terrestre global), isolados da Terra, uma vez que não pode haver comunicação em tempo real com ela,



os habitantes da planeada *Mars One* mais parecerão os sujeitos de uma experiência com seres humanos que qualquer comité de ética só com relutância autorizaria mesmo que tivesse o seu consentimento informado.

23/01/2015

BANC@ ÉTIC@: UM OXÍMORO?

A justaposição ou associação das palavras “banca” e “ética” ou “banco” e “ético” constitui para a maior parte das pessoas uma expressão oximórica, isto é, composta por dois termos que se afiguram em contradição, à semelhança de expressões como “mentiroso honesto” ou de frases como “uma empresa que só faça dinheiro é uma empresa pobre” (Henry Ford).

Para alimentar essa perspectiva muito contribuíram escândalos financeiros como o ocorrido em 2008 com o *Lehman Brothers*, o quarto maior banco de investimento dos EUA, a



protagonizar a maior falência da história dessa nação, em resultado da prática sistemática de mentiras, ocultação de informação e negligências relativas à sua atividade, e, entre nós, os bem conhecidos casos de 2008, com o *BPN* e o *BPP*, presididos por José Oliveira e Costa e João Rendeiro, respetivamente, que abriram falência após terem sido acusados de envolvimento em fraudes fiscais, falsificação de contas, branqueamento de capitais e burla, assim como o mais recente caso do *BES* que, sob a presidência de Ricardo Salgado, colapsou no ano passado depois de colossais imparidades terem sido encontradas nos seus balanços contabilísticos.



A conduta ética, para um negócio como o do setor bancário que vive da confiança, de ter crédito junto dos seus clientes, não pode ser mera retórica, um ingrediente mais para se tornar lucrativo, mas a sua essência, a *conditio sine qua non* para a sua prosperidade. O custo desse setor não ter entendido isso ou de não o ter assumido seriamente provocou, como bem sabemos, consequências devastadoras na economia e vida social (inter)nacionais.

Pensar, todavia, que a banca se mostra arrependida, aprendeu com o que se passou e que, doravante, vai atuar em consonância com padrões morais mais elevados, será, muito provavelmente, uma ingenuidade,



para não dizer uma pura fantasia ou perigosa ilusão.

Ainda assim, a criação dos chamados “bancos éticos”, em alternativa aos tradicionais, parece trazer algum otimismo em relação à possibilidade de, a prazo, se operar uma transformação relevante do setor. Um exemplo disso é o do *Banca Popolare Etica* em Itália, fundado em 1999 em Pádua e que não parou de crescer nos últimos quinze anos desenvolvendo a sua atividade com base nos princípios que abraçou e plasmou no seu manifesto: “transparência, participação, equidade, eficiência, sobriedade, atenção às consequências não económicas das ações económicas, crédito como direito humano”. E na



sequência do recente Fórum das Finanças Éticas e Solidárias que teve lugar no Porto, o presidente da COOP 560-Cooperativa Multisectorial para a Economia Social e Solidária Manuel Solla, tornou pública a intenção de várias cooperativas portuguesas virem a criar brevemente um banco ético com características idênticas às do referido banco italiano.

Este novo tipo de bancos a emergir pretende diferenciar-se dos tradicionais principalmente em três aspetos: orientarem-se para clientes, que mais do que rentabilidade e segurança, pretendem que o dinheiro dos seus depósitos receba um uso ético; responsabilizarem os clientes na escolha das aplicações do seu dinheiro, em vez de ela estar



completamente entregue a um gestor financeiro; favorecerem investimentos em empresas socialmente responsáveis com projetos destinados a melhorar as condições de vida e do ambiente em detrimento de fundos de risco destinados a gerar ganhos de rendimento.

Veremos, pois, se a expressão em título se converterá futuramente de oximórica em tautológica ou pleonástica.

06/02/2015

AUSCHWITZ: O DEVER DE NÃO ESQUECERMOS

No passado dia 27 de janeiro, dia internacional da recordação do Holocausto, celebraram-se os 70 anos da libertação dos campos de morte e extermínio de Auschwitz I e Auschwitz II-Birkenau. Visitei-os o ano passado por imperativo moral de respeito pelas suas vítimas. Foi no dia 6 de Junho de 2014, por coincidência aquele em que se comemorou o septuagésimo aniversário do “dia D”, data de início da operação *Overlord* que iria conduzir à derrocada do nazismo na Europa.



É inimaginável o sofrimento aí ocorrido, sobretudo nesses últimos sete meses que separam aquelas duas datas, a do princípio do fim e a do dia em que o Exército Vermelho encontrou os últimos sobreviventes. Dois anjos da morte que encarnaram em médicos nazis, Heinz Thilo e Johann Paul Kremer denominaram Auschwitz, respetivamente, “anus mundi”, o ânus do mundo e “o mais horrível de todos os horrores”.

Auschwitz e Birkenau percorrem-se em silêncio, grande comoção e lágrimas. Tudo o que ali se passou ultrapassa a nossa compreensão.

Das muitas histórias que pude ouvir e ler sobre o que aconteceu nesse lugar durante esses tenebrosos anos,



impressionou-me sobremaneira a de Inge-Brigitt Höss, cujo pai foi o brutal comandante dos campos, Rudolf Höss, sentenciado à morte por enforcamento em 1947 num patíbulo que permanece à entrada do crematório de Auschwitz I. Inge-Brigitt teve uma infância invulgar: viveu em Dachau até aos 5 anos, depois em Sachsenhausen até aos 7 e mais quatro anos em Birkenau, lugar que a sua mãe descreveu como “paraíso”. Conseguiu fugir para os EUA e aí se manter no anonimato durante mais de quarenta anos, não sem antes ter feito uma carreira de modelo na conhecida casa espanhola de moda Balenciaga. Numa entrevista dada ao *Washington Post* em 7 de setembro de 2013 definiu o pai como “um homem sensível” e o que sobretudo recorda de Birkenau são



os cavalos e os piqueniques nos jardins de *villa* em que viveram junto aos blocos dos prisioneiros e aos crematórios.

Inge-Brigitt parece ter abafado na sua memória os sons das balas dos constantes assassinatos de crianças, doentes e velhos, sobretudo, mas também dos clamores horrendos de quem foi punido por tentar sem sucesso o suicídio ou de quem pagou por outros se terem suicidado sob os gritos dos carrascos a dizerem-lhes que quem decidia por quanto tempo permaneceriam vivos e qual o momento em que morreriam eram eles; parece ter feito desaparecer dentre as suas reminiscências o cheiro nauseabundo de carne humana queimada espalhado pelo vento à saída



dos fornos crematórios; parece ter apagado do seu íntimo as imagens dos “muçulmanos”, essas figuras espectrais curvadas como um islamita em oração, esses “corpos sem morte”, reduzidos a uma existência sem propósito ou dignidade, como Giorgio Agamben os descreveu em *Homo Sacer III: O que resta de Auschwitz. O arquivo e a testemunha* (2008).

O que mais impressiona na história de Inge-Brigitt Höss é a inexpressão de qualquer sinal de dor moral por ter sido testemunha de tais atrocidades e a preferência por lembrar o que de bom (?) esses tempos tiveram.

Sabendo nós que a geração do Holocausto nazi não estará muito mais tempo entre nós, que as suas últimas



testemunhas vivas irão dentro em breve desaparecer, é nosso dever assegurar-lhes que não deixaremos que tudo o que aconteceu venha a ser esquecido. Como Agamben bem reivindicou, toda a ética pós-Auschwitz deve fundar-se sobre um repensar perpétuo dos testemunhos dos seus sobreviventes, deve tornar-se numa “Ethica more Auschwitz demonstrata”.

20/02/2015

A ALUCINAÇÃO MEDIÁTICA DO FUTEBOL PORTUGUÊS

A história do futebol português no último meio século pode ser resumida do seguinte modo: duas décadas e meia (1960-85) de supremacia do SL Benfica (9 Taças de Portugal, 16 Campeonatos Nacionais, 2 Ligas dos Campeões da UEFA) sucedidas por duas décadas e meia (1985 em diante) de hegemonia do FC Porto (11 Taças de Portugal, 19 Campeonatos Nacionais, 1 Taça UEFA, 1 Liga Europa, 1 Taça dos Clubes Campeões Europeus, 1 Liga dos

Campeões da UEFA, 1 Supertaça Europeia, 2 Taças Intercontinentais).

Em termos absolutos, o FCP tem 74 títulos contra 73 do SLB, sendo que, em termos de palmarés, o do primeiro é maior no domínio internacional e o do segundo no plano nacional

Essa realidade fáctica, todavia, nunca foi reconhecida ou espelhada pela nossa comunicação social em geral. Nela tem preponderado o tratamento dissimétrico de permanente exaltação do clube da águia e constante desmerecimento do clube do dragão.

É bem sabido que os meios de comunicação social fabricam largamente o universo em que nos movemos. O cientista político estadunidense Michael Parenti, aliás, no seu ensaio *Inventando a realidade: a*



política dos meios de comunicação social, de 1986, afirmou que são eles que “estabelecem a agenda, definindo o que devemos acreditar e não acreditar, aceitar ou rejeitar”.

E também não se ignora que o chamado “mundo do futebol”, enquanto parte desse universo, é também, em grande medida, uma fabulação mediática.

Mas, claro, toda a invenção tem limites e qualquer narrativa sobre a realidade ou parte dela para ser persuasiva tem que apoiar-se em factos reconhecidos.

Basta, todavia, prestar alguma atenção ao que é dito antes, durante e depois de um chamado “clássico” entre as equipas dos dois clubes para nos darmos conta da mistificação a que



cronicamente se entrega a imprensa desportiva nacional, sobretudo a televisiva.

Exemplifico. *Pré-match*: nas tardes que antecedem o grande jogo são passadas imagens de jogos dos encontros entre SLB e FCP de épocas anteriores onde se destacam os golos marcados pelos avançados do primeiro e os golos sofridos pelas defesas do segundo, mesmo quando este último venceu; além disso, são feitas reportagens dos adeptos a chegar ao estádio em que os do SLB são apresentados como familiares que se reúnem para assistir pacificamente a um espetáculo desportivo e os do FCP são exibidos como hordas de provocadores arruaceiros.

Desenrolar do jogo: lance exatamente idêntico é percecionado como flagrante fora de jogo ou penáلتi inquestionável se o jogador vestir camisola azul e branca e como muito duvidoso ou de difícil ajuizamento para o árbitro se vestir camisola vermelha; jogador rasteirado é simulação se envergar de azul e branco e agressão passível de expulsão se envergar de vermelho.

Pós-match: se a vitória final coube ao FCP é quase certo que a notícia só será dada umas horas depois, lá pelo meio de um noticiário já de madrugada, mas se coube ao SLB, então o que quer que se esteja a ver é interrompido por um enervante “última hora”; se, em contrapartida o FCP foi derrotado, fazem-se programas



especiais para discutir a crise e o fim do ciclo de primazia do clube e, ao invés, se foi o SLB que perdeu, faz-se um historial dos sucessos de Jorge Jesus e aventam-se hipóteses mirabolantes de estar a ser cobiçado para treinar os melhores clubes do futebol europeu.

Enfim, o futebol português foi, é e continuará muito provavelmente a ser uma mitomania mediática.

06/03/2020

FENOMENO(TECNO)LOGIA TURÍSTICA

Visitei a chamada "cidade eterna" pela primeira vez o ano passado. Como habitualmente faço nestes casos, à semelhança, presumo, de muitas outras pessoas, procurei obter, antes da viagem, informação mínima sobre o lugar, socorrendo-me de um guia turístico. Dessa vez, contudo, decidi, ir mais além e usar o *Google Street View* (uma ferramenta tecnológica incorporada nos populares *Google Maps* e *Google Earth*, disponibilizada desde 2007, que faculta vistas panorâmicas de 360° na



horizontal e 290° na vertical de regiões do mundo ao nível do solo) para percorrer, de modo virtual, o tão procurado destino turístico ainda antes de lá ter ido.

Porém, quando pus os pés no chão da capital italiana e comecei a calcorrear as suas ruas, não pude deixar de ter a sensação de *déjà vu*, de grande familiaridade com o que observava, apesar de saber nunca ali ter estado.

É verdade que essa espantosa fábrica do imaginário coletivo que é o cinema já me tinha levado, como a tanta gente, a fruir uma noite de Estio na companhia de Anita Ekberg e Marcello Mastroianni junto à Fontana di Trevi em *La Dolce Vita* de Federico Fellini ou a contemplar, lado a lado com Audrey



Hepburn e Gregory Peck, o milenar elíptico Anfiteatro Flaviano, mais conhecido por Coliseu, em *Roman Holiday* de William Wyler. Mas o impacto das impressões causadas ao imergir naquele lugar fez-me pensar sobre a relação entre a experiência turística e a tecnologia e, mais particularmente, sobre se a última pode contribuir de modo relevante para melhorar ou piorar a primeira.

Poderão tecnologias como o *Google Street View* dispensar-nos de sair das nossas casas e deslocar-nos a lugares afastados, interroguei-me? E que perdemos se acedermos a tais lugares em diferido pelos ecrãs dos nossos computadores? Em que medida o contacto direto com os sítios é único e insubstituível? Nestas questões



inquire-se também o futuro da indústria do turismo.

O comentador latino da *Eneida* de Virgílio, Sérvio, sustentou no século IV que “nenhum lugar se encontra desprovido de Génio” (*nullus locus sine Genio*) ou lhe falta um espírito próprio, o que modernamente poderíamos descrever como um conjunto de particularidades de vária ordem (sociais, culturais, arquitetónicas, etc.) que lhe conferem um “carácter” singular.

Ora, se assim for, então a experiência turística que o *Google Street View* e tecnologias afins nos proporciona é manifestamente muito pobre, porquanto ao permitir-nos mobilizar somente um dos nossos sentidos – a visão – priva-nos do acesso



ao *Genius loci*, à riqueza de sensações e de conhecimentos que nele se disponibilizam apenas e só na e pela presença, e com todos os cinco sentidos ativos.

Admita-se, portanto, que o contacto direto com os lugares possui primazia em relação com o contacto diferido com os mesmos. Mas e no que respeita ao uso de extensões tecnológicas para complementá-lo? Usar ou não usar ferramentas como o *Google Street View* para potenciar a experiência turística? E se sim, antes ou depois desta?

Como tive ocasião de me aperceber em Roma, boa parte do que estava a experienciar encontrava-se de algum modo antecipado em imagens que levava na minha cabeça dos



trajetos, dos edifícios que tinha visualizado nos referidos filmes e *Google Street View*. Isso incapacitou-me, em grande medida, de ter a sensação de novidade e surpresa. Em compensação habilitou-me para uma atenção maior aos detalhes do que ia vendo, ouvindo, tocando, saboreando e cheirando. Este dilema – prioridade à cognição ou à sensibilidade –, todavia, só pode ser resolvido no plano das inclinações pessoais.

20/03/2015

2023, ANO DA DESCONTINUAÇÃO DO HUMANO?

Suponha o leitor que sabemos incontroversamente o que é a inteligência humana, que temos uma ciência completa a seu respeito (ainda que não seja de facto o caso); e suponha também que sabemos tudo o que é necessário para reproduzi-la artificialmente, para implementá-la na sua inteira complexidade em suportes materiais diferentes dos nossos sistemas nervosos naturais resultantes de uma longa história evolutiva (ainda

que, igualmente, não seja de facto o caso).

É claro que são duas grandes suposições, mas se ambas se realizarem, argumentam alguns, ficam reunidas as condições para que um fenómeno revolucionário possa ocorrer: a emergência de inteligência artificial super-humana; e pouco depois, sustentam outros, entrar-se-á numa nova era em que o humano ficará obsoleto e rapidamente desaparecerá.

Esta possibilidade foi originariamente sugerida pelo matemático britânico Irving John Good, em 1965, quando profetizou uma “explosão de inteligência” como efeito imediato de tal fenómeno de criação de uma máquina ultra-inteligente, que



seria, segundo ele, “a última invenção por seres humanos”.

Foi Verner Vinge, contudo, que mais contribuiu para popularizá-la mediante a introdução em 1983 da expressão “singularidade tecnológica” para referir um momento ímpar na história humana de uma “transição intelectual tão extraordinária como o enleio espaço-tempo no centro de um buraco negro”. Este conhecido cientista da computação e escritor de ficção científica estadunidense desenvolveu esse conceito no seu *bestseller* publicado dez anos mais tarde, em 1993, *The Coming Technological Singularity* (1993). Aí fez a ousada previsão de que no espaço de trinta anos seria possível “ter meios tecnológicos para a criação de

inteligência super-humana” e, pouco depois, adviria “o fim da era humana”.

A previsão de Vinge, como facilmente se infere, será verificável em 2023. Temos razões para acreditar que é plausível que ela venha a cumprir-se e ficar inquietos?

Sim, se levarmos em consideração o seguinte. Praticamente ao mesmo tempo, em 2013, foram lançados dois ambiciosíssimos programas de investigação científica, fortemente financiados, no campo das neurociências, com o horizonte de uma década, de um e outro lados do Atlântico. A União Europeia impulsionou o *Human Brain Project* (Projeto Cérebro Humano), sediado em Genebra, Suíça, dirigido pela Escola Politécnica Federal de



Lausanne, com o objetivo final de construir um modelo computacional do funcionamento do nosso cérebro na sua totalidade e pleno detalhe para alcançar melhor compreensão a seu respeito. Nos EUA, a administração Obama pôs em marcha a iniciativa BRAIN, acrónimo de *Brain Research Through Advancing Innovative Neurotechnologies* (Investigação do Cérebro Através do Avanço de Neurotecnologias Inovadoras) – também aludida como *Brain Activity Map Project* (Projeto de Mapeamento da Atividade do Cérebro) – que, apoiando-se no Projeto Genoma Humano, visa “mapear a atividade de cada neurónio no cérebro humano”.

Ambos os programas de pesquisa deverão culminar no ano em

que a previsão de Vinge se cumpre. Isso significa que poderemos estar mais perto desse acontecimento radicalmente transformador, espécie de *Ereignis*, para usar um termo empregue pelo filósofo alemão Martin Heidegger, uma vez que se eles tiverem sucesso nos seus propósitos fundamentais, dentro de oito anos disporemos do conhecimento científico e da capacidade tecnológica exigíveis para criar máquinas inteligentes que produzirão outras mais inteligentes que produzirão outras ainda mais inteligentes...

03/04/2015

ACADEMICUS BUROCRATICUS

O *BusinessDictionary.com* define “burocratização” como “tendência para gerir uma organização adicionando sempre mais controles, procedimentos formais rígidos e atenção a um número crescente de detalhes”. Nenhuma entidade pública ou privada lhe consegue hoje escapar.

Trata-se de um fenómeno característico das sociedades modernas, que não deixou de afetar as universidades, minando nelas a cultura de livre inquirição e pensamento necessários para se chegar à descoberta científica, à inovação

tecnológica e à criação artística-literária-filosófica.

E até nas escolas de Letras e Humanidades, das quais mais se esperaria que lhe oferecessem oposição ou resistência, dado o seu enraizamento numa longa tradição de reflexão e ação críticas, ela tem vindo a ser acolhida com aparente gosto por aqueles que circunstancialmente as dirigem, inebriados no desempenho do papel de gestores sem tirocínio.

Eis dois exemplos, dentre tantos, colhidos no quotidiano da instituição de ensino superior em que trabalho. Fazer sumários das aulas. Antes, bastava uma folha de papel, uma caneta para registá-los e um dossiê para proceder ao seu arquivamento. Agora, para inseri-los numa plataforma eletrónica

chamada *Blackboard* é preciso repetir, para cada um deles, séries de 15 cliques com o rato, para além da redação do próprio sumário, claro. Os custos de armazenamento não consigo calculá-los, mas serão certamente superiores aos do velho sistema. Um responsável pela manutenção desse sistema informático de gestão de cursos académicos sugeriu-me, com toda a seriedade, que expusesse formalmente o caso para poder encetar o estudo de um modo de chegar a apenas 13 cliques por sumário.

Planear a distribuição de serviço docente do ano letivo. Antes, uma simples tabela criada em *Word* ou em *Excel* era suficiente para rascunhar as disciplinas atribuíveis a cada docente, respetivo semestre de aulas e número

de horas semanal e total. Agora, depois de um gabinete de apoio técnico se ter ocupado durante meses da concepção de raiz de um programa informático para esse mesmo propósito, o monstro recém-nascido está a ser alimentado por uma legião de diretores de curso e de departamento, e seus adjuntos, e auxiliares de secretaria, a quem foram ministradas sessões de formação, distribuídos guiões com dezenas de páginas e vídeos explicativos de como engordá-lo com dados e dados. E, mais perturbador, todo este trabalho irá ser duplicado dentro em breve, pelos mesmíssimos, no programa informático oficialmente adotado para o efeito – cujos guardiões fazem parte de um eufemisticamente denominado gabinete de apoio ao ensino – por sinal,



usando um palavrão da moda, não interoperável com o primeiro.

Este par de exemplos mostra essencialmente duas coisas. Por um lado, que nas universidades, os cargos de chefia parecem estar a cumprir com redobrado zelo a primeira das “sete regras da burocracia” inventariadas pelos académicos estadunidenses Lloyd Pettegrew e Carol Vance: apregoar todo o seu empenho na resolução dos problemas existentes e ao mesmo tempo agudizá-los, porquanto – disso bem parecem estar cientes – eles são a base do seu poder.

Por outro lado, que muitos professores universitários, cada vez mais distanciados da prática do ensino e da investigação, para a qual estão vocacionados e preparados,

progressivamente se têm vindo a assemelhar aos mangas-de-alpaca de outra era, agora colocados ao serviço de secretarias de escolas e gabinetes disto e daquilo.

17/04/2015

O INCIDENTE DE BRAGA

Há uns anos, quando preparava um curso sobre filosofia da mente, encontrei um interessante dado científico: o “tunicado” – assim denominado por estar envolto numa espécie de túnica composta de uma substância celulósica, a tunicina – é o ser vivo com o sistema nervoso mais elementar que existe; tão elementar que lhe permite apenas fazer duas coisas: tornar-se séssil, ou seja, conseguir, mediante penoso esforço, prender-se a uma rocha ou a outro substrato sólido e, uma vez conseguindo isso, engolir e digerir o

seu próprio cérebro, ficando desse modo obsoleto, transformando-se num mineral e, a prazo, num fóssil.

Um colega com quem mais tarde partilhei esse curioso facto observou que ele pode servir de metáfora para descrever a carreira de muitos servidores do Estado: lutarem arduamente por alcançar uma posição elevada segura num organismo público e, depois de o conseguirem, devorarem a sua inteligência, fazendo-se acéfalos, apáticos e abúlicos.

Isso talvez explique o modo como as autoridades académicas da Universidade do Minho lidaram com o insólito caso que se passou, não há muito tempo, no seu Instituto Confúcio (ICUM). Com efeito, no último Verão, a Dra. Xu Lin, a diretora geral do Hanban



(designação coloquial do Gabinete Nacional Chinês para o Ensino do Chinês como Língua Estrangeira), chegada a Braga na tarde do primeiro dia da 20ª Conferência da Associação Europeia de Estudos Chineses, após ter inspecionado toda a documentação fornecida aos participantes no evento, detetou nos livros com o programa e os resumos uma referência à Fundação Chiang Ching-Kuo para o Intercâmbio Académico Internacional, de Taiwan, e, em reacção, mandou arrancar as páginas de todos os exemplares que a contivessem, assim como contactar todos aqueles que já tivessem recebido os ditos livros para que os devolvessem e se pudesse proceder a idêntica extração da amaldiçoada página. Não tendo sido completamente bem-

sucedida nos seus intentos, a Dra. Xu Lin instigou, posteriormente, funcionários do ICUM a empacotarem todo o material impresso de apoio à Conferência para o fazer desaparecer.

Este caso, que não suscitou qualquer lamento, crítica ou repúdio da UM no plano institucional, foi batizado pela imprensa internacional “the Braga incident”

(<http://chinesestudies.eu/index.php/446-the-braga-incident-timeline-with-links-to-articles-and-comments>). Não se pense, no entanto, tratar-se de um incidente isolado, mas, pelo contrário, mais um numa lista de acontecimentos idênticos que se vem alongando (http://en.wikipedia.org/wiki/Criticisms_of_Confucius_Institutes).



Ele representou, contudo, uma inaceitável ingerência na autonomia da UM, colocando em causa não somente a sua competência exclusiva para “definir livremente as suas políticas, programas e iniciativas culturais, sem outras restrições para além das que resultam da Constituição, da lei e das convenções internacionais”, como o art.º 8º dos seus *Estatutos* estipula, mas violando também o princípio dual “de liberdade académica nas atividades de ensino, aprendizagem e investigação científica, em clima construtivo e de livre crítica, na procura honesta e responsável do progresso do conhecimento”, propugnado no art.º 1º, al. g) vertidos no seu *Código de Conduta Ética*.

Merecia, por conseguinte, ter tido uma resposta condigna. O que aconteceu, porém, foi tão-somente o afastamento discreto da anterior direção, que nunca abdicou de atuar com os princípios citados, a que se seguiu a nomeação silenciosa de um novo diretor e, claro, o prosseguimento da política *business as usual*.

01/05/2015

OS NETOS DE KEYNES VIVEM MELHOR QUE O AVÔ?

Estive a reler esta semana o célebre artigo Possibilidades económicas para os nossos netos escrito por John Maynard Keynes em 1930. Redigido no período entre as duas guerras mundiais e no contexto da Grande Depressão, nele quis o reputado economista inglês apelar à adoção de uma perspetiva de longo prazo em detrimento de uma de mais curto prazo, de uma visão projetada no futuro, para além das adversidades conjunturais. Em consequência, aí formulou duas previsões a verificarem-

se cem anos depois, na era precisamente em que nos encontramos.

Keynes conjecturou há um século que, se a Humanidade não fosse assolada por conflitos de grande magnitude, em 2030, por efeito sobretudo do progresso tecnocientífico, o seu nível de vida multiplicaria pelo menos oito vezes e o tempo gasto com as tarefas essenciais para assegurar a satisfação das suas necessidades básicas seria reduzido a um quarto.

Ora, de acordo com os dados mais recentes disponíveis, o PIB mundial *per capita* médio (um indicador controverso, porque permite camuflar grandes disparidades distributivas, mas possivelmente o

único que permite uma comparação) cresceu cerca de seis vezes e o número médio de horas de trabalho por semana no planeta baixou apenas cerca de um 1/5 (de 60 para 48), longe da antevista queda em 3/4 (de 60 para 15).

É verdade que uma das premissas em que as previsões se basearam foi afetada – porque entre 1939-1945 houve a Segunda Guerra Mundial – e ainda falta década e meia para se atingir a data das previsões. Mas afigura-se pouco provável que nesse espaço de tempo os calculados valores venham a confirmar-se, especialmente o último, uma vez que o relativo ao poder de aquisição ficou próximo de ser atingido.

Como interpretar, então, este resultado? Assinalando, desde logo, que é ambivalente, preferindo os mais condescendentes destacar que Keynes acertou em metade das previsões e os menos tolerantes enfatizar que falhou em igual percentagem. Todavia, o que ele apresenta de mais interessante e mais faz pensar é o seguinte: por que é que na última centúria as pessoas (em média) têm vindo gradualmente a dispor de mais riqueza, sem que, em contrapartida, a tenham aproveitado para (em média) trabalhar menos? Por que é que não se cumpriu a segunda previsão de Keynes, aquela que mais o preocupava em relação às suas consequências, nomeadamente de que quando se atingisse uma semana de trabalho de apenas quinze horas sérios

desafios de ocupação do tempo livre criado adviriam e, para uma Humanidade pouco ou nada habituada a dele dispor, o risco de “um colapso nervoso” tornar-se-ia bem real.

Uma possível explicação para esse desfecho não esperado poderá estar no facto de, desde que Keynes publicou o seu ensaio, um número sempre crescente de setores económicos se ter mecanizado, automatizado, robotizado, conseguindo produzir de modo cada vez mais eficiente – menos custos financeiros e energéticos e maior rapidez – os bens e serviços necessários com cada vez menor recurso a labor humano.

O tempo livre abunda, pois, não porque se trabalhe menos, mas porque



muitas pessoas não acedem a qualquer tipo de trabalho remunerado. Nesse sentido, o grande desafio (menos científico que político) com que nos deparamos hoje é o de divisar como manter os salários atuais repartindo o escasso trabalho existente. Dar-lhe resposta é a condição para que a segunda previsão de Keynes se cumpra e para que os netos dele e nossos possam viver melhor.

15/05/2015

QUE VALEM OS *RANKINGS* ACADÉMICOS?

Ficámos a saber no passado dia 29 de abril que as universidades do Minho, de Aveiro e Nova de Lisboa estão entre as 100 melhores do mundo no *ranking* da Times Higher Education das instituições do género com menos de 50 anos (THE 100 under 50) – ao qual aderiram deste o momento da sua criação em 2012 – respetivamente no 64º, 69º e 89º.

Só podemos estar orgulhosos desse resultado e esperar que elas continuem a nele reforçar a sua posição. No caso da primeira, a UM,



esse feito deve-se, em boa medida, ao rumo imprimido pela atual reitoria e, claro, ao fortíssimo empenho de todos os que nela trabalham.

Num mercado globalizado e altamente competitivo como o do ensino superior é hoje muito difícil a uma instituição que nele opere dispensar estas importantes ferramentas, inclusão em *rankings*, para fazer o seu *marketing*.

A Universidade do Porto, por exemplo, recorre àquele elaborado pela multinacional Quacquarelli Symonds, o conhecido “Ranking QS das Universidades Mundiais por Área” para se afirmar entre as 400 melhores aí listadas. Já as de Coimbra e Lisboa preferem os serviços do desenvolvido pela Universidade de Xangai Jiao Tong

que ordena as melhores 500 universidades mundiais.

Estes *rankings*, todavia, não estão isentos de controvérsia, havendo até universidades que deliberadamente buscam manter-se fora deles, porque entendem que são injustos ou prejudicam os seus padrões de qualidade, como é o caso da Universidade de Wolverhampton do Reino Unido e do Reed College (Portland, Oregon) dos EUA, para dar apenas dois exemplos.

O académico alemão Max Otte, no seu ensaio de 2010 *O crash da informação*, assinalou que a ideia da criação de tais listas hierarquizadas surgiu no princípio do século XXI em resposta a uma necessidade sentida por cada vez mais pessoas de disporem



de um “meio barato, rápido e eficiente” de obter informação útil em contextos onde a mesma sobreabunda e onde por causa do ruído gerado pela publicidade, meios de comunicação e Internet se torna cada vez mais difícil confiarem nos seus próprios juízos.

Apareceram, desse modo, empresas especializadas na sua elaboração que, a prazo, originaram um domínio de negócio em contínua prosperidade. Elas servem-se de um modelo básico para a sua confeção: usando um conjunto de características seleccionadas para avaliar as diferentes universidades, atribuem a cada uma delas uma classificação e depois retiram a respetiva média que funciona como expressão sintética do nível ou

posição relativa de cada instituição no *ranking*.

Decorre da sua própria natureza, estas listas serem simplificadoras e, por consequência, redutoras, transmutando “enigmaticamente” propriedades em quantidades: a título ilustrativo, o “THE 100 under 50” recorre a 13 indicadores de performance agrupados em 5 áreas com diferentes pesos: ensino (30%), investigação (30%), citações (30%), inovação (2.5%) e internacionalização (7.5%). Elas procuram aparentar objetividade, mediante expressões numéricas, mas são profundamente subjetivas, porque resultam de apreciações de qualidades.

Além disso, elas afiguram-se cada vez mais parecidas, denotando,



ao mesmo tempo, uma perda de diversidade na oferta formativa das universidades e a tendência das mesmas para a assumirem como mera mercadoria.

Enfim, será importante que as instituições de ensino superior reflitam seriamente se pretendem continuar a fazer esforços e sacrifícios para estar neste ou naquele *ranking* ou, alternativamente, se querem pugnar, em autonomia, pela excelência educativa.

29/05/2015

O 39º CDN

Terminou no passado dia 8 de Maio em Lisboa a edição de 2014-15 do Curso de Defesa Nacional que tive o privilégio de realizar. Foram seis meses de intensa inquirição e debate de problemáticas relativas à segurança e à defesa.

Promovido pelo Instituto de Defesa Nacional, entidade pública tutelada pelo Ministério da Defesa Nacional, o CDN é muito possivelmente o melhor programa de estudos avançados do país – conferente do título de auditor de defesa nacional –

em matéria de pensamento estratégico nos referidos domínios.

Nele tomaram parte quadros superiores e dirigentes das estruturas do Estado e da Sociedade Civil, assim como individualidades com currículos profissionais de mérito, selecionados não somente pelo elevado interesse e sensibilidade demonstrados em relação a questões de segurança e de defesa nacional, mas também por ocuparem posições na estrutura social com maior potencial para gerar o envolvimento de mais cidadãos nas mesmas.

A visão larga e proléptica do diretor do IDN, Major-General Vítor Viana, a alta competência científica e pedagógica da diretora do CDN Professora Doutora Isabel Nunes van

Nieuwburg, o inteiro profissionalismo organizativo dos subdiretores Coronel Coutinho Rodrigues (em Lisboa) e Tenente-Coronel Paulo Lourenço (na delegação do Porto), os multiscientes oradores (em número superior a 150) e as invulgares qualidades de 48 colegas auditores concorreram para tornar esta edição do CDN uma experiência de inestimável valor pessoal e, estou certo, inolvidável para todos.

Ao longo de 26 semanas, um impressionante rol de temáticas relativas à segurança e à defesa foi percorrido – nos planos conceptual (e.g., estratégia vs. tática; defesa vs. segurança), internacional (e.g., a Comunidade Transatlântica; as fronteiras da segurança da Europa) e nacional (e.g., linhas-mestras da

política de segurança e defesa; políticas governamentais) – e um conjunto de instituições pátrias visitadas – sedeadas no continente (Base Aérea nº 6 no Montijo, Unidade Especial da PSP em Belas, Assembleia da República, Campo Militar de Santa Margarida, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Escola Prática da GNR em Queluz, Base Naval no Alfeite) e na Região Autónoma da Madeira (Comando Operacional, Assembleia Legislativa Regional, Representante da República) – e europeias (Parlamento Europeu, REPER, Quartel-general da OTAN; todas em Bruxelas).

Justifica-se este investimento na formação de auditores de defesa nacional da parte do Estado português, que, segundo as minhas contas terá,



por alto, um custo financeiro individual a rondar os 10.000 euros? Estou inclinado a dizer que sim. É verdade que, como relatou um auditor do CDN de 1990 (http://aesmo.no.sapo.pt/cdn_90.htm), as motivações de alguns que o procuram e frequentam – entrar numa espécie de clube seletivo de bons contactos para fomentar negócios e acelerar subidas na escada do poder, recrutar de modo dissimulado agentes para organizações que gostam de permanecer discretas, terminar em beleza uma carreira no funcionalismo público, aproveitar um folga de luxo ganha a troco do zelo obediente a algum governante ministerial, usufruir de uns programas turísticos e gastronómicos no país e no estrangeiro

– podem suscitar algumas dúvidas. Mas, numa perspectiva benévola, sempre se espera que aqueles que detêm elevadas responsabilidades na direção da coisa pública, privada ou militar, após o CDN estejam mais cientes da tessitura orgânica e institucional da nação e mais bem preparados para atuar e pensar em premências de segurança e defesa lusas.

12/06/2015

MARTIN PARKER ESTEVE NA CIDADE

No passado dia 29 de maio realizou-se na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho a edição de 2015 do Seminário do Doutoramento em Ciências Empresariais – um programa de estudos de terceiro ciclo altamente internacionalizado, com estudantes provenientes de quatro continentes, África, América (do Sul), Ásia e Europa e com formações bastante diversas, nomeadamente em engenharia, sociologia e psicologia, assim como, obviamente, em gestão e áreas afins –



dedicado aos chamados Estudos Críticos de Gestão.

Há que saudar a anterior e atual direções do curso doutoral, organizadoras do evento, não somente pelo arrojo na escolha da temática do evento, dado que os ECdG são encarados como marginais no âmbito das Ciências da Organização, mas também por ter conseguido trazer a Braga um dos nomes destacados na área, Martin Parker, professor da Universidade de Leicester (Reino Unido), que, no final da manhã, apresentou a revista da especialidade de que é editor-chefe, *Organization* e descontraidamente falou sobre como lidar com a rejeição de trabalhos submetidos para publicação em periódicos científicos, e depois de



almoço proferiu a palestra com o sugestivo título “O que é que as Escolas de gestão podem aprender com o Robim dos Bosques?”.

Embora os ECdG não possuam ainda o reconhecimento académico com a amplitude que merecem, a sua influência faz-se sentir crescentemente e constituem, valendo-me da feliz metáfora cunhada pelo historiador das ciências estadunidense Peter Galison, uma “zona de intercâmbio”, um lugar onde um frutuoso diálogo entre filósofos e estudiosos das organizações se tem vindo a consolidar e aprofundar.

Grande número dos que se têm dedicado aos ECdG conhece (e realimenta) um mito fundacional a seu respeito: que foi no Reino Unido, na década de 1980, em plena era



Thatcher, que eles surgiram, resultando da expansão global de escolas de gestão e do simultâneo desinvestimento governamental na área das ciências sociais que fez com que acadêmicos com formação nesta última se transferissem para as primeiras. No entanto, a data mais frequentemente usada para estabelecer a sua criação oficial é a de 1992, ano em que Mats Alvesson e Hugh Willmott editaram conjuntamente a coletânea *Critical Management Studies*.

As organizações (empresas, universidades, etc.), como sustentaram Herbert Simon e James March, expandem as capacidades humanas. Todavia, argumenta Martin Parker e boa parte dos que trabalham em ECdG,



muito sob a influência da chamada Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e de filósofos como Michel Foucault e Gilles Deleuze, elas funcionam também como dispositivos de poder e controle ou “máquinas disciplinares”.

E eis que é esse, quiçá, o principal objetivo dos EcG: analisar e criticar as estruturas e relações de poder (fortemente assimétricas) dentro das organizações. Na verdade, como reivindicam alguns, eles estão acometidos não somente de uma dupla tarefa crítica negativa: denunciar as práticas de gestão empresarial preponderantes como opressivas e exploradoras e a corrente dominante dos estudos de gestão como subserviente de interesses corporativos, mas também de uma



dupla tarefa crítica positiva: buscar formas de gestão mais participadas e democráticas, assim como métodos de pesquisa e perspectivas teóricas menos falsamente objetivos e ideologicamente comprometidos que os das atuais imperantes abordagens positivistas e funcionalistas.

26/05/2015

POR QUE É QUE NÃO TEMOS O DIREITO DE CONSIGNAR 20% DO EUROMILHÕES?

Se, como dispõe a *Lei da Liberdade Religiosa* (16/2001 de 22 de Junho) nas alíneas 4 e 6 do artigo 32º, podemos reverter 0,5 % do nosso IRS liquidado a favor de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, por que é que não podemos fazer o mesmo com os 20% dos prémios do Euromilhões superiores a 5000 euros?

Como é do conhecimento geral, o Estado retém a parcela indicada sob a forma de imposto de selo, o mais antigo do sistema fiscal português,



curiosamente criado na véspera do dia de Natal de 1660, como se lê logo no parágrafo inaugural do preâmbulo do *Código do Imposto do Selo* (Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro). No Artigo 1.º deste mesmo diploma encontra-se disposto que este imposto “(...) incide sobre todos os atos, contratos, documentos, títulos, papéis e outros factos ou situações jurídicas previstos na Tabela Geral, incluindo as transmissões gratuitas de bens.”. Todavia, foi só no último dia de 2012 que se introduziu um aditamento (com a entrada em vigor da Lei n.º 66-B) para permitir, além dos 4,5 % no preço de venda das apostas nos jogos sociais do Estado – Euromilhões, Lotaria Nacional, Lotaria Instantânea, Totobola, Totogolo, Totoloto e Joker – a retenção

de mais 20% sobre a parcela do prémio que exceder € 5000. Não se trata, como à primeira vista parece, de um caso de dupla tributação, uma vez que a primeira percentagem subtraída pelo fisco se aplica à aposta e a segunda a uma parte do prémio, quando obviamente este tenha lugar.

As receitas geradas por estes jogos sociais do Estado, especialmente o seu volume e as suas aplicações, dão que pensar. Com efeito, desde o início da década em curso que elas têm crescido sempre anualmente, representando um valor médio de cerca de € 600 milhões, ao qual se vem somando, desde 2013, altura em que deixaram de gozar de isenção fiscal, mais € 100 milhões de euros, num total acumulado em cinco anos que

ultrapassa os € 3.000 milhões. Note-se que o total das receitas anuais arrecadadas nesse período referido tem sido equivalente ao das do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social em período homólogo.

E para que têm servido tais receitas? Bom, aqui há que separar as arrecadadas pela SCML e as apedouradas pelo Ministério das Finanças. As primeiras, segundo pude apurar, têm-se destinado sobretudo a apoiar ações de solidariedade social, atividades da Associação Nacional de Proteção Civil e operações de policiamento de jogos da Seleção Nacional. Mas também, mais controversamente, têm sido utilizadas

para compra de dívida pública e aquisição de obras de arte.

Muito haveria aqui que questionar. Desde logo, se no nosso país, a bem dizer, o verdadeiro MSESS não é a SCML e se tal pasta em vez de tutelada Pedro Mota Soares não o será antes por Pedro Santana Lopes. Depois, mais gravemente, se domínios da esfera social tão sensíveis como os da assistência e auxílio aos que se encontram em situações de maior fragilidade e precariedade podem estar tão dependentes de uma fonte de financiamento deste tipo. E por último se as verbas obtidas recebem as melhores utilizações possíveis.

Das segundas, aquelas geradas pelo imposto de selo, não sabemos em que são aplicadas, apenas que entram



nos cofres do Estado. Ora, não só urge saber a que fins especificamente se dedicam, como importa reivindicar – talvez por via de uma petição pública – uma alteração à legislação vigente que permita que cada cidadão que tenha a sorte de ganhar um prémio num jogo social do Estado superior a € 5.000 possa consignar, ele mesmo, os beneficiários de tal quantia.

11/09/2015

A DEMOCRACIA NO FUTURO: REGRESSO ÀS ORIGENS

No final de Junho passado, Alexis Tsipras, o primeiro-ministro da Grécia, surpreendeu toda a gente, a começar pelos seus interlocutores nas negociações em prol de uma solução para a crise financeira do país que governa, quando anunciou uma consulta aos seus concidadãos, sob a forma de referendo, para decidir da aceitação ou da recusa das condições impostas pelas “instituições” internacionais (CE, BCE e FMI), vulgo Troika, de extensão de empréstimos para pagamento das dívidas soberanas

vindouras, cujo resultado agora conhecemos.

O “referendo” – transliteração de *referendum*, forma gerundiva do verbo latino *refero*: “voltar a levar (uma questão às pessoas)” – constitui uma manifestação de democracia direta. Todavia, mesmo os maiores defensores desta, considerando-o ideal para a governação, reconhecem que, no plano histórico, tem funcionado como um mero instrumento de consulta popular em sistemas de democracia representativa, nos quais a grande maioria das decisões é tomada por via parlamentar.

Aqueles que pugnam pelo seu uso mais regular, fazem-no na convicção de que é preferível que muitas decisões, em especial sobre



assuntos que a todos decisivamente afetam, sejam tomadas diretamente pelo povo em vez de pelos seus representantes.

Já os que o contestam, fazem-no alegando que a maioria dos cidadãos eleitores vota com frequência sem a exigível ponderação racional ou com insuficiente informação matérias que requerem deliberação cuidada por causa da sua complexidade ou elevada tecnicidade.

Porém, o argumento mais esgrimido pelos últimos para se lhe oporem, que os primeiros têm tido dificuldade em contestar, é de natureza pragmática: os estados-nação modernos, segundo eles, foram sofrendo sucessivos aumentos de população a ponto de se tornar

impraticável o processo de tomada de decisão por via referendária.

Essa objeção, contudo, pode hoje ser debelada com soluções tecnológicas. Com efeito, o uso generalizado de telemóveis e a conexão massificada à Internet torna viável a democracia direta, com a possibilidade da inteira população de um país (ou mesmo de uma entidade supranacional como a UE) fazer escolhas em tempo real. Isso significa que a democracia no futuro poderá constituir um regresso às origens, desta feita numa gigantesca Ágora eletrónica ou num Parlamento virtual global.

Um modo muito promissor de instanciação desta democracia direta digital é o da denominada “democracia



líquida (ou delegativa)”, que tem vindo a ser ensaiada, por exemplo, pelo *Piratenpartei Deutschland* (Partido pirata alemão) ou pela *Lista Partecipata* italiana. Nos seus termos, cada cidadão pode votar (e formular) propostas via Internet ou telemóvel – usando um documento de identificação eletrónico dotado de funções criptográficas e de assinatura digital que asseguram a completa privacidade – mas também delegar a decisão (recuperável a todo o momento) acerca das mesmas num representante ou inclusive, para cada matéria sob deliberação, nomear distintos representantes – especialistas de confiança.

Na verdade, a democracia líquida constitui mais propriamente um modelo híbrido, incorporando



elementos da democracia direta e da democracia representativa. Ele não é naturalmente imune à corrupção e ao populismo que flagelam a salubridade da vida política, mas porta a atraente promessa de servir para libertar-nos, nalguma medida, dos intermináveis jogos de interesses dos políticos e dos partidos. Numa UE cujo Parlamento leva em média 18 meses a tomar uma decisão a sua adoção poderá constituir uma interessante evolução.

25/09/2015

ANIMISMO 2.0

O animismo é tradicionalmente definido como uma visão do mundo baseada na crença essencial de que a matéria inerte é dotada de vida ou, se se preferir, enraizada na atitude fundamental de projeção de propriedades espirituais sobre coisas inanimadas.

Na última década, todavia, esta *Weltanschauung* tão antiga quanto as primevas culturas humanas parece estar a ser redescoberta e redefinida. Ela renasce de um modo até certo ponto paradoxal: esconjurada pela razão moderna por ser considerada

supersticiosa e fantasiosa, é a sua filha diletta, a tecnociência contemporânea – que já não representa meramente artefactos ou modos de produzir e usá-los ou sequer sistemas que complexamente os combinam, mas uma espécie de armação (uma *Gestell*, diria o filósofo alemão Martin Heidegger) que tudo pervade e que funciona como uma segunda natureza determinante do que e como sentimos, pensamos e (inter)agimos – que a está a ressuscitar.

O neo-animismo emergente é, por conseguinte, um tecno-animismo. O antropólogo social britânico Tim Ingold antecipou-o, em 2006, quando afirmou que a animação do mundo da vida não resulta da infusão de espírito na substância natural ou de livre-

arbítrio na matéria bruta, antes é ontologicamente anterior à sua diferenciação, dado que os entes de todas as espécies, mais próximos do humano (ser pessoa) ou mais próximos do não-humano (de ser coisa ou objeto), continua e reciprocamente se trazem uns aos outros à existência.

Uma revolução tecnológica em curso, denominada “Internet das Coisas”, vem contribuindo decisivamente para a concretização dessa antevisão. Ela persegue o ambicioso objetivo de “informatizar” todos os novos objetos produzidos na era pós-industrial, incorporando em cada um deles um *chip* operável por radiofrequência com um código único

de identificação e capaz de armazenar e enviar e receber dados.

Isso significa, por um lado, que tais objetos carregam um grande volume de informação permanentemente atualizável que lhes confere uma história própria, ou seja, deixam de ser passivos para se tornarem dinâmicos, evolutivos. Mas quer dizer, por outro lado, que eles são localizáveis por GPS onde quer que se encontrem e, através da Internet, podem formar vastas e complexas redes de coisas.

A título ilustrativo, imagine-se que a próxima geração de frigoríficos tem a capacidade de controlar a quantidade de leite armazenada e quando deteta um valor abaixo do conveniente contacta o supermercado



local e encomenda a quantidade de que habitualmente necessitamos, logo nos enviando por SMS a informação do pedido feito; ou, noutro exemplo, que o alarme que matinalmente nos desperta no mesmo momento em que o faz provoca outros eventos tais como abrir as persianas do quarto lentamente, ligar o aquecimento da casa de banho para a nossa temperatura preferida e acionar a máquina do café para nos ir preparando um; ou, num último exemplo, que no regresso a casa, depois de um cansativo dia de trabalho, usamos uma aplicação instalada no telemóvel para ativar na nossa habitação as luzes, o ar condicionado, a banheira de hidromassagem e a televisão no canal favorito.

Eis, pois, como o animismo parece estar de volta. Não somente as coisas em nosso redor parecem cada vez mais “inteligentes” – encontram-se programadas para aprender os nossos padrões de comportamento – como também mais “autónomas” – antecipam necessidades nossas e antecipam-se-nos a tratar delas. Enfim, no mundo atual a fronteira entre o não vivo e o vivo tornou-se numa zona promíscua.

09/10/2015

FAZER COISAS COM A FILOSOFIA

O título deste artigo é adaptado do de uma interessante obra que li durante as férias de verão, *How to do things with pornography*, de Nancy Bauer, saída no primeiro semestre de 2015, ele mesmo uma intencionada paráfrase ao do conhecidíssimo livro do filósofo da linguagem inglês John Austin, *How to do things with words*.

Apesar do título, o ensaio da filósofa feminista estadunidense pouco tem que ver com a pornografia, antes constituindo, em larga medida, uma reflexão desassombrada sobre o valor



da Filosofia, a sua suposta inutilidade e presumida falta de progresso.

Faz hoje parte da “filosofia popular” – uma contradição nos termos? – escarnecer da irrelevância prática da Filosofia. O escritor nova-iorquino Carlin Romano, no seu *America, the philosophical* (2013) – um livro onde procura desmontar a crença globalmente disseminada de que os EUA são uma nação anti-intelectual e argumentar que, pelo contrário, constituem o país mais perquisitivo do último par de séculos – colheu três chistes que reproduzo: a filosofia, zombam alguns, é “um caminho com muitas vias, que conduz de parte alguma a lugar algum” ou, ironizam outros, um “saber” que oferece “respostas ininteligíveis a problemas

insolúveis” e, a minha favorita, que outros ainda gostam de contar à mesa de banquetes, prende-se com a venenosa pergunta dirigida a um finalista de filosofia: “o que é que vais fazer quando acabares o curso, abrir uma loja de ideias?”.

Felizmente que há duas semanas perto de 200 jovens adultos decidiram pensar e agir de diferente modo. Com efeito, conhecidos os resultados da segunda fase de candidaturas ao ensino superior para o ano académico recém-iniciado não deixa de ser bastante significativo, de impressionar até, que nas cinco universidades nacionais que mantêm em funcionamento um curso de primeiro ciclo em Filosofia, a totalidade das vagas oferecidas tenha sido



preenchida: Universidade de Lisboa (44), Universidade Nova de Lisboa (25), Universidade do Porto (56), Universidade de Coimbra (27) e Universidade do Minho (25).

Para um saber que supostamente para nada serve é um número bastante elevado. E se a ele adicionarmos o dos que se encontram a fazer os segundo e terceiro anos das licenciaturas e o dos estão a iniciar estudos em Filosofia ao nível de pós-graduações – mestrado e de doutoramento, assim como o de bolseiros de pós-doutoramento atraídos pelos nossos centros de investigação – só na Universidade do Minho rondarão uns cinquenta – então afigura-se ainda mais enigmático que a comunidade dos que se dedicam academicamente à Filosofia em

Portugal exiba tendência de crescimento.

O que fará tão significativo número de pessoas dedicar-se a este saber? Arrisco dizer que um mesmo anseio as move a todas: fazer coisas com ele. Alguns querem fazer coisas com a lógica e a argumentação: usá-las na discussão e defesa pública de ideias. Outros com a epistemologia: realizar experiências sobre os processos de conhecimento e justificação racional de crenças, recorrendo a métodos das ciências cognitivas, para melhor compreendê-los. Outros ainda dedicar-se-ão à aplicação da ética na resolução de complexos problemas morais que diariamente surgem nas várias esferas da ação humana. E há também os que



querem aproveitar a ontologia para finalidades práticas como a criação de sofisticados mundos informáticos.

Enfim, como estes quatro exemplos por certo deixam perceber, o trabalho filosófico é incessantemente suscitado pelo mundo, mas a ele sempre retorna, descrevendo um arco reflexivo que continuamente se renova.

23/10/2015

A ECONOMIA: UMA CIÊNCIA FÚTIL?

No passado dia 11 de Outubro saiu na edição *online* do quase centenário jornal britânico *The Guardian* um artigo do jornalista holandês Joris Luyendijk cujo título apresenta a forma de um aviso Não deixe(m) que o prémio Nobel vos engane. A Economia não é uma ciência. Em 72 horas recebeu 1262 comentários que contribuíram para animar uma interessantíssima discussão sobre um controverso problema de filosofia da ciência: o que é que confere estatuto de



cientificidade a um domínio particular do saber como o do económico?

Académicos franceses e britânicos pugnam, há muito, sobre qual o texto fundador da Economia moderna: o *Quadro económico* (1759) de François Quesnay ou a *A riqueza das nações* (1776) de Adam Smith? Antes dessa querela terminar, contudo, Paul Ormerod publicou em 1994 um livro, *A morte da Economia*, no qual, como o título deixa perceber, anunciou o seu fim. A principal razão invocada por esse economista anglo-saxónico para passar a certidão de óbito desse domínio do conhecimento foi a do seu insucesso crónico em fazer previsões corretas.

Quase século e meio antes, Thomas Carlyle no seu polémico ensaio



Discurso ocasional sobre a questão dos negros (1849) – onde reivindicou a reintrodução da escravatura e iniciou um acalorado debate público a seu respeito com John Stuart Mill, o conhecido teórico do utilitarismo – descreveu a Economia não como uma “alegre ciência” (*gay science*), mas, de facto, “aborrecida, desolada e muito abjeta e angustiante” ou, mais simplesmente, uma “ciência sem esperança” (segundo a feliz tradução proposta pela professora argentina Leticia Arroyo Abad de *dismal science*, à letra “ciência lúgubre”).

Estes termos tão atrabiliários e virulentos empregues para qualificar a Economia provocam algum espanto. Julgo, todavia, que o historiador escocês da época vitoriana pretendeu



com eles sugerir que essa era uma consequência inevitável dos epígonos de Adam Smith terem ignorado o seu apelo para lerem a sua *Teoria dos sentimentos morais* (1759) antes da já referida *A riqueza das nações*, que estudassem em primeiro lugar os fundamentos éticos e psicológicos do comportamento dos agentes económico. Foi esse esforço de religar a Economia à Psicologia e à Ética que o heterodoxo economista estadunidense Herbert Simon intentou na segunda metade do século XX e que lhe valeu o Nobel em 1978.

Apesar de não o aparentar, a Economia é atualmente, mais de que uma ciência apoiada em factos, um campo de narrativas suasórias em competição ao serviço de diferentes



objetivos políticos. Foi isso que Deirdre McCloskey (Donald, antes de em 1995 se ter tornado transsexual aos 53 anos) intentou revelar no seu ensaio *A retórica da Economia* (1986). Encontrou, assim, um modo de chegar a um público mais vasto e de se apresentar menos entediante. Os economistas gostam hoje de se expressar por intermédio de metáforas, imagens e outros tropos, fazendo com que o seu domínio de saber se assemelhe cada vez mais a um ramo da literatura.

Como alguns têm vindo a chamar a atenção, o trajeto de muitos daqueles que se têm dedicado ao estudo dos fenómenos económicos de crescente aproximação ao paradigma epistemológico das ciências naturais e



concomitante afastamento do das ciências sociais tem transformado a Economia – pelo menos a do *mainstream* – num acervo de complexas análises estatísticas e sofisticados modelos teóricos sem conexão com o mundo real e, por consequência, com duvidoso valor informativo e cognitivo acerca dele.

06/11/2015

O PARALOGISMO PRESIDENCIAL

Permitam-me que reproduza as palavras proferidas por Cavaco Silva (ia dizer “pelo nosso P.R.”, mas, definitivamente, não o tem sido de todos os portugueses!) no dia 22 de outubro quando se dirigiu ao país para justificar a sua decisão de indigitar Pedro Passos Coelho como próximo primeiro-ministro: “Tive presente que nos 40 anos de democracia portuguesa a responsabilidade de formar Governo foi sempre atribuída a quem ganhou as eleições. Assim ocorreu em todos os atos eleitorais em que a força política



vencedora não obteve a maioria dos deputados da Assembleia da República. Como aconteceu com as eleições legislativas de 2009 em que o PS foi o partido mais votado, elegendo 97 deputados.” Reiterou-as na passada sexta-feira aquando da tomada de posse do XX governo constitucional.

Há que acrescentar que o P.R. não esteve sozinho na invocação deste argumento, porquanto, dada a natureza conservadora do mesmo, foi acompanhado de modo expectável por vários políticos e comentadores de centro-direita e de modo mais difícil de entender por diversos outros de esquerda.

E em que consiste exatamente o dito argumento? Tão somente em reivindicar que se deve continuar a



fazer o que até agora se tem vindo a fazer, porque... bom, porque sempre se tem vindo a fazer como se tem vindo a fazer. Se olharmos com atenção para a sua estrutura lógica, damo-nos conta de que ela implica um juízo de valor. É a seguinte: A (indigitar o vencedor das eleições para formar governo) é uma velha prática; B (indigitar o líder da oposição) seria uma novidade; logo, deve preferir-se A (o *statu quo*) a B, porque A é superior a B.

Como se entende, estamos perante um argumento de apelo à tradição em que se confere primazia a algo em função da sua antiguidade. Este *argumentum ad antiquitatem* é, todavia, falacioso. Tanto, aliás, como o seu oposto, o *argumentum ad novitatem* ou de apelo à novidade, que

sobrevaloriza o novo. O que retira salubridade lógica ao argumento é que, por um lado, ele presume como estabelecido o que carece de demonstração, neste caso a superioridade de um hábito e, por outro lado, também supõe ilegitimamente que um tipo de decisão adotada no passado sirva para o atual e futuros contextos, incorrendo no vulgar pecado da soberba indutivista.

Sendo a mente do P.R. insondável, jamais saberemos se se tratou de uma falácia (informal comum) não intencional ou de um sofisma. Podemos, no entanto, especular que o argumento descrito é revelador do seu pensamento, da sua necessidade de constantemente evocar a autoridade (diga-se, aliás, que o argumento



presidencial é igualmente interpretável como uma instância de *argumentum ad verecundiam*), do seu professo convencionalismo, da sua rigidez intelectual.

O problema mais crucial inerente a este tipo de argumento é, no entanto, o de nele parecer implícito um desejo de inércia, de resistência a alterações no *establishment*, na ordem ideológica, política e económica. Topei com essa irracionalidade há longos anos, quando ainda jovem adulto procurei um dia entrar numa discoteca da moda da capital e fui impedido pelo porteiro de o fazer alegando estar reservada a clientes habituais, tendo eu retorquido, ingenuamente, perguntando como poderia então vir a tornar-me num tal cliente.

De facto, se esse argumento fosse escrupulosamente seguido, muito provavelmente a escravatura não teria sido ainda abolida, a pena de morte subsistiria amplamente utilizada, o sufrágio das mulheres seria pura miragem.

20/11/2015

PARASCAVEDECATRIAFOBIA

Não sou propenso a credices e superstições. Há uma semana, todavia, principiei o dia estranhamente acometido de parascavedecatriafobia – bem sei que parece um vocábulo quase impronunciável, mas basta juntar “parascave” (sexta-feira) “decatría” (treze) e “fobia” (medo) para se perceber o seu significado. Infelizmente, horrivelmente, com o adentrar da noite, imagens televisionadas do centro de Paris iriam deixar-me ainda mais desconcertado com esse inusual receio em mim das sextas-feiras 13.

Durante três intermináveis horas, entre as 9 e a meia-noite, no 11º distrito da capital francesa, quase centena e meia de pessoas era chacinada e outras tantas gravemente feridas. Cedo se percebeu tratar-se de uma série de ataques terroristas planeados.

Foi-se-me impondo uma comoção à medida que os canais de notícias iam mostrando os lugares onde a tragédia se ia desenrolando. Eram-me familiares. Neles já estive várias vezes. Gastei solas a calcorrear aquele longo Boulevard Voltaire, que vai da Place de la République à Place de la Nation, ladeado a norte pelo cemitério do Père-Lachaise e a sul pela Place de la Bastille, bem perto da Ilha da Cidade e da Catedral de Nôtre Dame. Senti



uma vertigem ao imaginar que podia muito bem ter sido uma das vítimas, ou alguém próximo, logo seguida de uma compaixão agoniada por todos os que tiveram as suas vidas tão injustamente ceifadas.

Vieram-me, então, à memória, como outros episódios de uma mesma história de terror o 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque – quando as torres gémeas do World Trade Center foram derrubadas pelos aviões dos desviados voos 11 da American Airlines e 175 da United Airlines provocando a morte de mais de 3000 homens, mulheres e crianças – o 11 de março de 2004 em Madrid – em que atentados coordenados às estações de Atocha, El Pozo e Santa Eugenia da concorrida linha 2 que liga Guadalajara



a Chamartín na parte norte da capital espanhola mataram quase duzentas pessoas e feriram dez vezes mais – e o 7 de julho de 2005 em Londres – quando mortíferas explosões provocadas na movimentada linha de metro Circle Line que serve as afluídas estações de St. Pancras e Paddington fizeram cerca de 50 mortos e 700 feridos.

O que os liga? Representarão capítulos de uma “terceira guerra mundial fragmentada e gradual”, como tem vindo a reivindicar desde o ano passado o Papa Francisco? Os autores desses crimes hediondos mudaram entretanto, da sinistra Al Qaeda para o tenebroso Estado Islâmico, mas uma mesma pergunta subsiste em todos e

cada um deles: por que é que fazem isto?

Parece haver relativo consenso de que o fio condutor dessa sinistra história, a narrativa profunda que indelevelmente a estrutura, é o chamado jihadismo ou, mais especificamente, uma facção do sunismo (ramo maior do Islão, com 85% dos seus crentes; sendo os restantes 15% xiitas), o salafismo, cujos fanáticos devotos não só se encontram convencidos da proximidade do Apocalipse como o desejam mesmo, atribuindo-lhe o poder de vir purificar de um mundo que consideram moralmente enfermo e tendo-se assumido seus arautos e agentes.

Assim, não sendo propriamente inteligíveis estas cíclicas irrupções de

puro mal, arrisco conjecturar que elas resultam da combinação improvável de impulsos peritanáticos (desejo de aproximação à morte), sentimentos niilistas (inteira descrença no sentido da existência) e pensamento ilusório (fantasiar uma realidade imaginária) ou, em síntese, de uma profecia em autorrealização.

04/12/2015

A OBSOLESCÊNCIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Em 1930, num artigo intitulado Possibilidades económicas para os nossos netos, o economista inglês John Maynard Keynes afirmou: “Estamos a ser atingidos por uma nova doença da qual podem alguns leitores ainda não ter ouvido o nome, mas de que muito vão ouvir falar nos próximos anos – a saber, o *desemprego tecnológico*. Isso significa que o desemprego devido à nossa descoberta de meios de economizar no trabalho está a ocorrer a um ritmo maior que aquele a que

podemos encontrar novos usos para o trabalho”.

Meio século depois, o filósofo alemão Günther Anders, reiterou no seu monumental *A obsolescência do homem*: “*O postulado do pleno emprego será tanto menos realizável quanto o nível tecnológico de uma sociedade se eleve. Quando certos políticos da Mitteleuropa pretendem fazer aumentar o nível tecnológico do seu país a fim de garantir o pleno emprego, de duas uma: ou não entendem o assunto ou estão a enganar o seu povo. Não podemos propor ao mesmo tempo um programa de pleno emprego e a racionalização que faz baixar o número de trabalhadores necessários.*”

Mais recentemente ainda, pensadores sociais, como André Gorz no seu *Metamorfoses do trabalho* (1988) e Jeremy Rifkin em *O fim do trabalho* (1995), reconstruíram a dinâmica histórica desse fenómeno colocando a sua origem remota nos albores da modernidade europeia seiscentista, quando se iniciaram os primeiros esforços de mecanização de vários domínios da atividade humana e a sua causa mais próxima no primeiro quartel do século passado quando a automatização em graus progressivamente mais elevados começou a alastrar a um número sempre crescente desses domínios.

Na última década, todavia, esse fenómeno que parece imparável principiou a atingir e modificar



profundamente um domínio especial da atividade humana: o da investigação científica. De facto, nem Keynes, nem Anders, nem Gorz, nem Rifkin parecem ter antevisto essa possibilidade, a da automatização dos processos de descoberta científica, que está a acelerar.

Eis três exemplos, de entre um universo muito mais amplo. Em 2004, cientistas da Universidade de Aberystwyth no País de Gales criaram o já célebre “cientista robô” Adam, que é capaz de levar a cabo experiências científicas de modo inteiramente autónomo, isto é, dispensando a participação de seres humanos na mesma e que gerou conhecimento científico novo: a função de um gene específico no crescimento das células

de levedura. Em 2013, A IBM e o Baylor College of Medicine (Houston, Texas) construíram o KnIT, um supercomputador que “leu” 186.879 publicações científicas (artigos) em 2 horas e descobriu hipóteses originais sobre a proteína p53 que alguns chamam a “guardiã do genoma” por ser capaz de inibir tumores em humanos. Neste ano de 2015, de novo na Universidade de Aberystwyth no País de Gales, foi desenvolvido outro robô-cientista, descendente de Adam, chamado Eve, especializado em farmacologia, que está a descobrir mais rapidamente e mais economicamente novos medicamentos.

Tipicamente se encara o trabalho científico como obedecendo a



um método – cuja natureza é controversa – mas, em última instância, enraizado na criatividade e, claro, realizado por comunidades científicas. Mas a mutação profunda em marcha na estrutura produtiva do saber científico revela a paradoxal possibilidade de mecanizar o labor científico em todas as suas fases e põe fim ao dogma indisputado de que o conhecimento científico deve ter a sua origem na imaginação e ação dos cientistas.

18/12/2015

E O NOBEL DAS CIÊNCIAS HUMANAS EM 2016 IRÁ PARA...

Bom, não irá para ninguém, pela simples razão de que não existe um Nobel nesse domínio dos saberes! Se, porém, quiséssemos entregar-nos a um tal exercício contrafáctico, a minha lista de nomeados, entre aqueles que deram contributos excepcionais para a compreensão do que significa ser humano e para o desenvolvimento da milenar tradição de inquérito reflexivo sobre a natureza e a condição humanas, seria a que se segue.

O polaco Zygmunt Bauman, com 90 anos, pelas suas finas análises,

especialmente em *Modernidade e Ambivalência* (1991), do “estrangeiro” – aquelas pessoas que se posicionam nas margens da sociedade, que escapam à sua normatividade e que provocam nos demais um sentimento de ambivalência, isto é, a um tempo de familiaridade, por estarem próximos e de temor, por não estarem integrados na ordem social e não poderem ser controlados – e do fenômeno da “mixofobia” – o receio de convivência no mesmo espaço físico como pessoas desconhecidas ou estranhas.

A estadunidense Martha Nussbaum, com 68 anos, pela sua proposta de avaliação do progresso humano, desenvolvida sobretudo em *Criando capacitações: o enfoque do desenvolvimento humano* (2000), não



em termos dos padrões ou níveis de vida que as populações alcançam, mas do grau de liberdade de escolha que cada cidadão efetivamente detém para alcançar os seus próprios objetivos de vida, ou seja, que capacitações (físicas, intelectuais, morais) cada persona tem à sua disposição para realizar as atividades que considera valiosas para si.

O alemão Peter Sloterdijk, alemão, poucos meses mais novo, que a académica de Harvard, pelos seus estudos sobre os “espaços de coexistência, minuciosamente levados a cabo na trilogia *Esferas* (1998, 1999, 2004). Esses espaços – desde “bolhas” ou pequenas esferas que se formam entre os indivíduos até aos “globos” ou macro-esferas constituídas pelas

comunidades e estados – frequentemente menosprezados escondem, segundo o filósofo de Karlsruhe, informação crucial para uma compreensão do humano e podem ser combinados para criar “espuma”: um ecossistema de coabitação e convivência plural e não repressivo.

O esloveno Slavoj Žižek, com 66 anos, pelo seu inquerito ao conceito de “Real” (com R maiúsculo), que não deve ser confundido com o de “realidade”, particularmente desenvolvido em *A visão em paralaxe* (2006). Para o pensador de Liubliana, o Real, embora não tenha existência positiva e escape a toda a representação simbólica (ou expressão linguística), não é externo à realidade, antes é o seu âmago, a sua dimensão



permanente­mente oculta, a fonte enigmática de todas as interpretações acerca do que seja a realidade, o que significa, inversamente, que esta se apresenta sempre como uma ficção. Nesse sentido, não somente o Real pode manifestar-se em domínios tipicamente considerados fictícios, como o dos sonhos e da realidade virtual, como aquilo que consideramos ser a “realidade Real” é essencialmente alucinatória.

O sul-coreano Byung-Chul Han, com 56 anos, pelo exame penetrante do fenômeno da “perda do desejo do outro”, condensado em *A agonia do Eros* (2012). O teórico da cultura radicado em Berlim considera que esse problema é um efeito da predominância do narcisismo nas

sociedades pós-modernas – com potencial para a sua própria destruição – decorrente da canalização de todo o investimento libidinal para a subjetividade e da consequente apresentação do mundo como mera projeção que cada indivíduo faz de si mesmo.

02/01/2016

SABER A TEMPO: A OBSESSÃO DE H. G. WELLS

Comemoram-se em 2016 os 150 anos do nascimento de Herbert George Wells (21.09.1916) – e também, já agora, recordam-se os 70 anos da sua morte (13.08.1946) – o escritor inglês, considerado um dos pais fundadores (a par de Jules Verne e Hugo Gernsback) do género literário da ficção científica, autor das popularíssimas novelas *A máquina do tempo*, *A ilha do doutor Moreau*, *O homem invisível* e *A guerra dos mundos*.

David Lodge, autor de uma biografia ficcionada do seu

compatriota, intitulada *Um homem de partes*, afirmou num artigo publicado no *The Guardian* (11.03.2011): “A primeira área em que Wells reivindicou conhecimento especializado foi o futuro”. E, de facto, ele foi, de modo assumido, sobretudo um visionário.

No ensaio “O que está a chegar? Um prognóstico de coisas no pós-guerra”, igualmente publicado há 100 anos, declarou estar “mais interessado no amanhã do que no passado e que este não passa de material para conjeturar o futuro”. Nessa obra, menos lida e comentada, escrita no contexto muito especial da 1ª Guerra Mundial, que não iria terminar no final desse ano, como chegou a acreditar, mas se prolongaria por mais dois, fez



um esforço de antecipar “a tendência dos acontecimentos para a década seguinte”.

Wells considerava ter uma “disposição preditiva” (*forecasting disposition*), uma “mente profética”, tendo-se mesmo autodefinido como “um amador faticano” empenhado em descortinar que “impalpáveis forças da vontade e da imaginação e do hábito e dos interesses” moldariam o futuro.

Ele acreditava que muito do que ocorre no futuro se liga ao passado e ao presente como se resultasse inevitavelmente destes – convicção que fortaleceu pela sua ideia de que a ciência seguia o paradigma indutivista – mas, ao mesmo tempo, estava persuadido de que “prever o futuro é modificar o futuro”.

Quis sempre ver antes do tempo. Não, provavelmente, porque pretendesse precaver-se do porvir, mas por um desejo que o consumia, como a todos nós demais mortais, presumo, de saber como tudo irá terminar, semelhante, em género, àquele que nos move para conhecermos a desfecho de um romance. Soube combinar para isso, como poucos, as faculdades da imaginação, do raciocínio lógico e da observação atenta.

Foi em *A máquina do tempo* que levou mais longe o seu impulso de idear o fim de todas as coisas. Ficcionou aí uma geringonça tecnológica onde um viajante (sem nome) vai até ao ano de 802701, futuro extremo em que o humano

desapareceu já há muito e que a própria vida é praticamente inexistente, à exceção de um rudimentar organismo aquático dificilmente identificável numa penumbra quase completa.

Mas fê-lo, igualmente, em exercícios de prognose ao longo de quase quatro décadas – particularmente intensos no decurso dos dois grandes conflitos bélicos mundiais de que foi testemunha e sobrevivente – sobre o futuro do seu país, da Europa e do mundo. Nesses contextos tão tormentosos e dolorosos, Wells quis saber a tempo se o declínio manifesto da civilização ocidental representava um fenómeno rapidamente superado e esquecido ou um processo destinado a provocar



séculos de desordem e sempre mais e mais conflitos fúteis; quis saber a tempo se era de esperar, mais optimistamente, disporem as nações da Terra de reservas de imaginação suficientes para reconstruirmos a sua coexistência em base mais sólidas e mais felizes; quis saber a tempo, no fundo, se o mundo em que vivemos, o do seu futuro, era melhor que o dele. Neste início de um novo ano talvez devamos tentar saber a tempo, também nós, como vai ele acabar.

15/01/2016

COMO TER UMA VIDA LONGA FELIZ

Talvez com a exceção dos patologicamente alheados de qualquer exame da sua condição existencial, esta é a pergunta crucial que todo o ser humano coloca a si próprio, senão permanentemente, pelo menos com alguma frequência. Trata-se, claro, de uma questão complexa, uma vez que a maior ou menor duração da existência individual não implica este ou aquele modo predominante de bem-estar ou mal-estar. Com efeito, pode ter-se uma vida longa infeliz, tal como se pode ter uma vida feliz breve.



Essa interrogação exprime, por conseguinte, uma ambição antropológica, quiçá mesmo um ideal. Mas não se pense que é atingível. Um projeto de investigação iniciado na Universidade de Harvard em 1938 e que dura até aos dias de hoje tem ajudado a determinar quais os fatores mais determinantes no desenvolvimento de uma vida adulta feliz e a descobrir “as leis do florescimento adulto” que, segundo George Vaillant – terceiro diretor do programa de pesquisa, no decurso das últimas três décadas do século passado – permanecem bastante menos bem conhecidas que as do sistema solar ou do desenvolvimento infantil.

Tal estudo longitudinal ímpar, que decorre há 78 anos – sempre

financiado – partiu de uma inquirição, feita entre 1939 e 1944, a um universo de 268 estudantes dos cursos de Harvard, todos do sexo masculino, selecionados e examinados fisicamente de modo exaustivo e com revisões periódicas pelos respetivos serviços de saúde, a par de outra, realizada sensivelmente nesse mesmo período, na sua Escola de Direito, a 456 jovens dos subúrbios de Boston, igualmente todos varões, que foram recrutados para participar num estudo sobre a delinquência juvenil. Os elementos dos dois grupos objetos de indagação ao longo de décadas foram respondendo a questionários bianuais, sujeitos a inspeções médicas para recolha de informações sobre a sua saúde (física e psicológica) e



participando em detalhadas entrevistas. Ainda se encontram vivos cerca de um quarto dos membros de ambos os grupos, já octogenários a maioria deles.

Robert Waldinger, o quarto e atual diretor do projeto (desde 2003) declarou à *Harvard Gazette* (02.02.2012) que o fator decisivo para se conseguir viver melhor mais tempo são as “escolhas de estilo de vida que as pessoas fazem na meia-idade”.

Mais recentemente, em novembro passado, na TED talk intitulada O que torna uma vida boa? Lições do estudo mais longo sobre a felicidade, o psiquiatra de profissão no Hospital Geral do Massachussetts e professor na Escola Médica de Harvard, resumiu as duas grandes



lições a reter do referido estudo. Uma é a de que as relações sociais nos são benéficas e que a solidão, em contrapartida, nos pode matar. Segundo ele, as pessoas mais ligadas à família, amigos e comunidade são mais felizes, fisicamente mais saudáveis e vivem mais tempo. Outra é a de que o número de amigos que temos ou o nosso grau de empenhamento em relacionamentos tem menos importância que a qualidade das relações de intimidade de proximidade que tecemos. Os conflitos, avisa-nos, fazem mal à saúde e relações construídas com base em pouca afetividade, não somente nos debilitam fisicamente como também imunologicamente e, inversamente, aquelas constituídas por laços



sentimentais fortes, contribuem para que mantenhamos a saúde mental e, em especial, para que a nossa memória não se deteriore.

Enfim, à luz dos dados desse invulgar estudo científico, parece que “envelhecer bem” – manter entusiasmo pela vida – é possível e não um inevitável oximoro como alguns pretendem.

29/01/2016

PENSAR PARA QUÊ?

Num curso dado no semestre de inverno de 1951-52 na Universidade de Friburgo, intitulado “Que significa pensar?”, Martin Heidegger declarou, em tom lamentoso: “Aquilo que mais dá que pensar neste nosso tempo que dá que pensar é que nós não estamos a pensar”.

Seis décadas e meia depois, as palavras do filósofo alemão continuam a ecoar nos nossos ouvidos. Estranha época a nossa, de facto, que longe de exhibir fartura de ideias novas, pletora de análises inéditas e abastança de interpretações inauditas, parece

recessiva na imaginação, deflacionária na inquirição e pleonástica na significação. Com efeito, pensando nós estar a pensar o diferente, estamos no fundo quase sempre a pensar o mesmo.

Alguns apelidaram-na de era do “pensamento único”, resgatando a expressão criada por Arthur Schopenhauer em 1819 na sua obra *O Mundo como Vontade e Representação* – “*einzigster Gedanke*” era para o filósofo germânico o pensamento autológico, autojustificado e, por consequência, absoluto, característico dos sistemas de ideias que dispensam qualquer referência a outros sistemas ideias. Foi o caso de Ignacio Ramonet, o conhecido diretor do mensário francês *Le Monde diplomatique*, que cunhou a denominação “*pensée unique*” (1995)

para referir a asfixia intelectual preponderante no último quarto de século provocada pela inalação dos vapores da ideologia do Neoliberalismo.

Seguindo um enfoque distinto, George Steiner procura explicar a aparente penúria do pensar na contemporaneidade não pela oclusão de um discurso hegemónico e a conseqüente obliteração de quaisquer outros que se lhe apresentem divergentes ou diferentes, mas pelo desvelamento das raízes sentimentais que o adumbram e tornam fatigante e decepcionante.

Em *Dez Razões (Possíveis) para a Tristeza do Pensamento* (1995), o ensaísta francês, apoiando-se na tese do mestre do idealismo alemão

Friedrich Schelling, buscada na obra *Da essência da liberdade humana* (1809) de que “ a tristeza é inseparável de toda a vida finita”, parafraseia-a reivindicando que o pensamento possui um indelével substrato melancólico. Segundo Steiner, pode inclusive ir-se mais longe e afirmar até que o seu húmus é um sentimento de culpa, do qual não se pode livrar, dizível de pelo menos dez maneiras: (1) não sendo capaz de se desfazer completamente das dúvidas, conserva sempre algum grau de frustração; (2) não sendo inteiramente controlável, gera frequentemente confusão e imprecisões que não suporta; (3) tendo um carácter tão íntimo como banal, apresenta-se incomodamente paradoxal; (4) colado



irreprimivelmente à linguagem, ganha expressão, mas também limitações que revoltam; (5) caindo a maioria das suas manifestações no esquecimento, desola por ser fonte de tão incompreensível desperdício; (6) nada podendo fazer diretamente, deprime pela sua radical impotência; (7) não podendo ser parado, impõe atrabiliários esforços desmesurados para alcançar fugazes momentos de concentração intelectual; (8) permanecendo inacessível aos outros, instila uma aflitiva estranheza recíproca e penosa solidão; (9) sendo muito raras as suas manifestações autenticamente originais, causa desânimo a alta improbabilidade de poder vir a alcançá-las; (10) a evidente incapacidade de avançar respostas

decisivas às chamadas “grandes questões” induz a convicção amarga da sua frivolidade.

Neste tempo de “monotonia da diversidade”, eis que dez boas razões para deixarmos de pensar nos fornecem outras tantas dez boas razões para nos empenharmos em pensar mais.

12/02/2016

A SÍNDROME KD

Já no século V a.C., na conhecidíssima alegoria da caverna, que abre o livro sétimo da *República* de Platão, Sócrates tenta mostrar a Gláucon que a ignorância é um mal tão terrível que aquele que dele profundamente padece nem se chega a dar conta da sua situação e assim nunca tem o impulso necessário para sair da mesma, só o conseguindo com a ajuda de um compassivo pedagogo. Bem sei que estão a pensar que se esse for um aspeto da natureza humana, então como se deu a primeira transformação, o aparecimento do primeiro

cognoscente, o proto-docente? É um mistério.

2500 anos depois, todavia, dois psicólogos sociais da universidade estadunidense de Cornell retomaram esse trágico problema antropológico, substituindo a abordagem ficcional por uma inquirição empírica do mesmo, revelando que o seu elemento mais característico se encontra na sua ampla disseminação, no aparente facto da insciência ser uma das coisas mais bem repartidas do mundo.

O seu interesse pelo assunto foi desencadeado pela leitura de um caso anedótico na literatura especializada. Em 1995, um tal McArthur Wheeler assaltou dois bancos na cidade de Pittsburgh, à luz do dia, de cara totalmente destapada e sem ter exibido

qualquer empenho em não ser reconhecido. Como seria de esperar, poucas horas depois das gravações dos roubos feitas através das câmaras de videovigilância das agências bancárias terem sido teledifundidas nos noticiários noturnos, essa curiosa personagem foi detida. Quando a polícia lhe mostrou os registos dos seus atos, mostrou-se genuinamente perplexo com eles e repetiu, entristecido, “mas eu estava a usar o sumo!”. Wheeler estava seriamente persuadido de que esfregar sumo de limão na cara o tornava invisível aos dispositivos de videovigilância.

Justin Kruger e David Dunning publicaram os resultados dessa sua pesquisa em 1999, num artigo intitulado Incompetentes e

inconscientes da sua incompetência, no *Journal of Personality and and Social Psychology*. Para eles, o que casos como o de Wheeler revelam é que existem pessoas que atuam de modo incompetente sem se darem conta disso, embora se achem mais capazes que os demais, ou, dito de outro modo, são demasiado néscios para se aperceberem que são (demasiado) néscios e é esse seu apeachmento que lhe dá um grau mais elevado de confiança e afoiteza que o dos que possuem efetivo conhecimento. Esse é, pois, a síndrome KD.

Na sua raiz apresenta-se um déficit de metacognição, isto é, de insuficiente consciencialização e análise e avaliação objetivas do valor



da própria faculdade de conhecer e dos resultados por ela gerados.

Exemplos são fáceis de encontrar. O mais comum é o que verifica diariamente em empresas e organizações com aqueles que não se cansam de apregoar saber (ilusoriamente) muito mais do ofício que os colegas e, sobretudo, que o “chefe” que é doutor ou engenheiro.

Um que tive ocasião de testemunhar na primeira pessoa foi quando, na qualidade de editor de uma revista científica recebi uma proposta de publicação de artigo, cujas correções indicadas por dois especialistas que a reviram criticamente me foram remetidas pelo proponente todas emendadas,

nomeadamente erros linguísticos e científicos graves.

As previsões económicas de curto prazo constituem um terceiro exemplo. Elas são emitidas periodicamente e corrigidas a idêntico ritmo sem que jamais se questione o seu constante fracasso, claramente indiciador da incompetência de quem as produz.

É possível, todavia, que o país inteiro sofra desta síndrome!

26/02/2016

O 4º RAMO DAS FORÇAS ARMADAS

O conceito de mundo inere o de transformação. É por isso que dizer-se que existimos num mundo em transformação constitui um lugar-comum. E pouco menos truístico é afirmar-se que vivemos num mundo em rápida mudança. Já reivindicar-se que para suportar a vertigem provocada por esta trasmudação acelerada nos amparemos na tradição dista mais de ser óbvio. Mas é o que com frequência acontece em razão da nossa inelidível pulsão conservadora. Esta atitude de busca de apoio na tradição, contudo,



procurando lidar de modo eficaz com perigos percecionados, cria paradoxalmente uma desatenção, uma miopia até, a outros perigos, muitos deles novos e embrionários.

Isso parece ocorrer, por exemplo, com questões de segurança e de defesa nacionais. Como bem se explica no recém-saído e muito didático *Documento de Apoio – Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz* (www.idn.gov.pt/index.php), para que a primeira seja possível, ou seja, para que as condições de bem-estar geral fiquem garantidas, é preciso que a segunda se possa realizar com meios eficientes. Assim, a capacidade de defesa de uma nação é função da sua segurança e concebida em prol dela.



Tradicionalmente, como se sabe, são as forças armadas que a detêm. Os seus três ramos procuram, nos domínios terrestre, marítimo e aéreo, dissuadir ameaças à segurança nacional ou reagir a elas e, em última instância, preservar a paz no país que servem e no sistema das relações internacionais.

No entanto, a soberania de um estado-nação contemporâneo, para além de ameaçável com tanques, vasos de guerra, submarinos, aviões, drones e mísseis que todos eles transportam, também o é hoje, ou é-o sobretudo, com ações ofensivas no ciberespaço de infraestruturas tecnológicas suas de apoio a operações financeiras e económicas.



Ouvimos amiúde nos meios de informação de massas a expressão “Portugal está a sofrer ataques dos/nos mercados”, querendo isso dizer, mais ou menos, que o nosso país está a ser vitimado por poderosos especuladores individuais e institucionais internacionais através da manipulação da sua dívida soberana nas praças financeiras mundiais altamente cibernetizadas. Tais investidas colocam seriamente em causa, como por experiência recente sabemos, o bem-estar geral de todos nós.

Pergunto-me, pois, se não é necessário, quiçá urgente, que criemos um 4º ramo nas forças armadas lusas. Os EUA já se nos adiantaram nesse campo. Embora não o assumam oficialmente como tal, nesta “era de

guerras financeiras”, o Departamento do Tesouro estadunidense – ou, mais especificamente, o seu Gabinete para o Terrorismo e Inteligência Financeira, criado em 2004 – atua como um instrumento bélico para impor as chamadas “sanções inteligentes” (embargos comerciais, sabotagem de alvos económicos, restrições em investimento e fluxos de capitais, etc.) a estados párias ou perturbadores da ordem internacional – exemplos dessa eficácia foram a expulsão do Irão da rede interbancária SWIFT há uma década e a admoestação à Rússia, após o conflito da Crimeia em 2014, de poder receber idêntico tratamento.

Critica-se, com regularidade, a excessiva subordinação, na atualidade, do político ao financeiro e ao



económico. Mas eis que também os meios financeiros e económicos podem ser usados na prossecução de objetivos de política externa.

Enfim, num tal cenário, bem poderíamos em Portugal seguir a via inovadora e pensar em fundir os Ministérios das Finanças, da Economia e da Defesa no Ministério da Ciberdefesa Financeira e Económica.

11/03/2016

A PSEUDOCIÊNCIA ATACA DE NOVO

Tem gerado muita discussão em Espanha, sobretudo devido à sua amplificação mediática, o “caso Mario Rodríguez”. Ele conta-se brevemente. A um estudante universitário de Física com esse nome foi-lhe diagnosticado uma leucemia em 2013. Propôs-lhe o médico que o acompanhou no Hospital Arnau de Vilanova em Valência, de onde era natural, que se submetesse a uma série de sessões de quimioterapia e a um transplante de medula óssea. Impressionado com a debilitação física que o tratamento prescrito lhe



provocou, acabou por deixar-se influenciar pela sugestão repetida da mãe para que consultasse um curandeiro. Acabou nas mãos de um tal José Ramón Llorente, autodesignado “especialista em medicina natural e ortomolecular”, empenhado em divulgar a bizarra ideia de que a ingestão de elevadas quantidades de vitaminas – base da suposta “terapia ortomolecular” – funciona como espécie de panaceia para todo o tipo de doenças, mediante a capacitação do organismo para potenciar a sua recuperação. Foi ele que eventualmente convenceu Mario Rodríguez a abandonar a quimioterapia, argumentando que entorpecia o processo curativo, e a substituí-la pelo consumo massivo de



vitamina C. Essa decisão conduziu o jovem valenciano a uma terrível agonia que se prolongou por mais de meio ano e que culminou na sua morte em julho de 2014, com apenas 21 anos de idade.

Esta tragédia não tem um claro culpado. A mãe teve a sua quota de responsabilidade ao tê-lo encaminhado para um charlatão. O impostor, por certo, ao ter-se feito passar por profissional da medicina quando não mais não é que um saluador. O próprio vitimado por não ter sabido conservar a necessária atitude de ceticismo em relação a soluções de cura fácil que se exigiria a um estudante de ciências. E também o pai, nalguma medida, por pouco ou nada ter feito para impedir a desgraça.



Julián Rodríguez, o pai do malogrado, talvez motivado pelo remorso, tem vindo a empenhar-se numa cruzada na esfera pública que, para além de clamar pela punição criminal para o falso terapeuta, procura denunciar as “terapias pseudocientíficas” como embuste através da Associação para Proteger o Enfermo de Terapias Pseudocientíficas (<http://www.apetp.com>) criada para o efeito. Num artigo publicado recentemente no *El País* (24/02/2016), periódico que tem dedicado bastante atenção a este caso e mais latamente ao fenómeno da “Pseudociência” numa secção específica (<http://elpais.com/tag/pseudociencia/>), reivindicou mesmo que o seu filho foi vítima da “incultura científica”.



Eis, pois, que se reabre a discussão de um problema há muito debatido pelos filósofos da ciência ou, noutra perspetiva, que uma questão filosófica é intensamente discutida na esfera pública. E, com efeito, como podemos prevenir-nos em relação a estes logros? Como podemos destrinçar a prática profissional fundada em boa ciência daquela baseada na falsa ou na má ciência? Os epistemólogos batizaram-no de “problema da demarcação”. Ele tem gerado muita controvérsia, com alguns – e.g., Karl Popper – num polo, a considerarem-no solucionável e resolvido e outros – e.g., Larry Laudan – noutro polo, a considerarem-no irresolúvel e irrelevante. Colocando-me no meio, julgo que por prudência,



em situações semelhantes, temos de manter uma atitude crítica e procurar informar-nos *ex ante* da idoneidade na comunidade acadêmica relevante daqueles que vendem tais serviços e apurar, de modo independente, se as terapias que nos propõem estão bem escoradas em evidências. Esse é um dever de cada um.

25/03/2016

TECNOCAPITALISMO PARA SOCIEDADES OCIOSAS

Numa notável reflexão recolhida no seu *Esboços de crítica da economia política* (1857-58) – com a epígrafe “Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade”, mas mais conhecida como “Fragmento sobre as máquinas” – Karl Marx, seguindo a “lógica” do capitalismo – como se estivesse a manusear um instrumento de revelação do futuro – antecipou dois problemas do nosso tempo, aparentemente ligados, que se vêm agudizando.



Um deles é o do suposto “desemprego tecnológico”, aquele que decorre da substituição, pura e simples – isto é, sem a “recriação inovadora” entrevista por Joseph Schumpeter no célebre capítulo 7 do seu *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942) – da mão-de-obra humana pela máquina. A esse respeito afirmou o filósofo alemão: «Assimilado ao processo de produção do capital, o meio de trabalho [que não deve ser confundido com o trabalho vivo] passa por diversas metamorfoses, das quais a última é a *máquina* ou, melhor dizendo, um sistema automático da maquinaria (...) posto em movimento por um autómato, por uma força motriz que se movimenta por si mesma; tal autómato consistindo em numerosos órgãos



mecânicos e intelectuais, de modo que os próprios trabalhadores são definidos somente como membros conscientes dele».

Esse foi o assunto que congregou a maior preocupação dos que participaram na última reunião anual, ocorrida entre 20-23 de janeiro passado, do Fórum Económico Mundial em Davos-Klosters na Suíça. Nele se criou o meme – espécie de conceito que se espalha viralmente pela Internet – de que estaremos a entrar numa 4^a Revolução Industrial que, distintamente da 1^a (1770-1870) baseada na produção mecânica impulsionada por energia hídrica e de vapor, da 2^a (1870-1970) assente na produção através da divisão do trabalho e da produção em massa com



o auxílio da energia elétrica e da 3^a (desde 1970), alicerçada na produção automatizada e governada por sistemas de informação eletrônica, teria como especificidade deixar todo o tecido produtivo entregue a complexos sistemas ciberfísicos, entre os quais, o já popular “Internet de Coisas” que aprendem conosco (recolhendo, processando e analisando colossais quantidades de dados sobre os nossos comportamentos: o fenómeno *Big Data*) a ponto de anteciparem o que desejamos, queremos e fazemos.

Admitindo que tal 4^a Revolução Industrial se encontra em fase de arranque – algo de que não estou inteiramente persuadido, uma vez que as autênticas revoluções tendem a ser percebidas só depois de já terem



ocorrido, retrospectivamente, portanto, em vez de constituírem previsões, para não dizer desideratos de pensamento – ela não implica necessariamente a supressão do “trabalho vivo”. Todavia, como igualmente enunciou Marx no referido texto, seguindo o mesmo fio lógico do capitalismo, «(...) a sua tendência é sempre, por um lado, *de criar tempo disponível* e, por outro lado, *de convertê-lo em trabalho excedente*. Quando tem muito êxito, o capital sofre de superprodução e, então, o trabalho necessário é interrompido porque não há *trabalho excedente para ser valorizado pelo capital*». É este o segundo problema: tornar produtivo, para os indivíduos e para a sociedade, o tempo livre.



Assim, um dos mais tremendos desafios intelectuais que hoje enfrentamos é o de conseguirmos repensar o capitalismo para sociedades ociosas, ou de imaginarmos um tecno-socialismo utópico à escala planetária e respetivos modos de concretização gradual e eficiente como o recentemente proposto por Paul Mason no seu ensaio *Pós-capitalismo*.

08/04/2016

A VIDA É BREVE, A ARTE LONGA...

... a oportunidade passageira, a experiência enganosa e o juízo difícil, assim reza o célebre conjunto sequencial de aforismos – ou concisas sentenças de tonalidade moral – originalmente atribuídas a Hipócrates de Cós, o denominado “pai da Medicina”, mais conhecidos na expressão elíptica latina (que inverte a original, aqui em título) “ars longa, vita brevis”, popularizada pelo filósofo estoico dos primeiros anos da Era

Comum, Lúcio Aneu Séneca, na sua obra *Sobre a brevidade da vida*.

Esta última tem vindo a ser considerada flexíloqua, porquanto, segundo alguns, ela pretende evidenciar a fugacidade da nossa vida e o suposto dever de não a desperdiçarmos e de aproveitarmos as oportunidades que se nos propiciam e, de acordo com outros, o seu principal alcance afigura-se ser o de exaltar a perenidade da arte, das criações que sobrevivem aos seus autores.

Os dois vultos do pensamento e da escrita que aqui pretendo evocar deixaram-nos muito recentemente. Ambos tiveram vidas relativamente longas, mas que, por causa da sua riqueza criativa e reserva de inspiração para tantos, a começar por mim



próprio, nos pareceram demasiado curtas. Ficaram, felizmente, as suas ideias e os seus escritos, que são imorredoiros.

Começo pelo primeiro que partiu: Hilary Putnam. Fê-lo no dia 13 de março passado, a alguns meses de completar os 90 anos. O filósofo estadunidense realizou, reconhecidamente, contributos notáveis para as áreas da filosofia da mente, da filosofia da linguagem e da epistemologia. Conseguiu, como poucos, harmonizar o rigor analítico com a imaginação fecunda e servir-se de ambos para atrair muitos para a reflexão filosófica. Notabilizou-se, a esse respeito, por recorrer com frequência a provocadores “experimentos mentais” – o exame de



uma hipótese através das suas antepercebidas consequências. As mais conhecidas destas são: a do “cérebro numa cuba”, que aborda o problema do ceticismo, isto é, dos limites do conhecimento humano; a da “Terra gémea”, destinada a mostrar que o significado dos termos linguísticos que usamos não está nas nossas cabeças; e a da formiga que desenha na areia uma caricatura da efígie de Winston Churchill, sem alguma vez ter visto o estadista britânico, para sugerir que não pode haver significação desvinculada de intencionalidade.

No último dia de março ido também Imre Kertész nos deixou. O escritor húngaro, nascido em Budapeste em 1929, apenas chegou aos

86 anos. Planetariamente conhecido, sobretudo desde 2002, após ter sido agraciado com o Nobel da Literatura, a sua vida teve a sina de outros compatriotas seus: sofreu primeiro com a ocupação nazi do seu país em 1944, tendo logo sido deportado para Auschwitz e depois para Buchenwald, e no ano seguinte com a ocupação soviética. A vivência dessas situações-limite moldou inteiramente a sua visão da existência pessoal e humana. Mas foi a primeira que mais fundamentalmente o marcou e que descreveu com ímpar sensibilidade na trilogia – vertida na língua portuguesa: *Sorstalanság* (Sem destino: 1975), *A kudark* (A recusa, 1988), *Kaddis a meg nem született gyermekért* (Kaddish para uma Criança que não Vai Nascer, 1990).



A mensagem que perpassa essa sua prosa é a de que, mais do que com esperança, devemos viver com coragem. Foi com ela que Kertész intentou manter-se na existência depois do Holocausto: a coragem de, apesar dos horrores testemunhados – descritos através do olhar intranquilo de Gyurka, o herói do primeiro romance da referida trilogia – não odiar os algozes carniceiros.

22/04/2016

NEOLIBERALISMO: PALAVRA INFAUSTA?

Andrew Norton, investigador do Grattan Institute, afixou num seu blogue a 10 de abril de 2009 o *post* Non-existent “neoliberals” and “neoconservatives”? com os surpreendentes resultados de um inquérito realizado a mais de 1200 pessoas do seu país para saber com que filosofia política mais se identificavam: aproximadamente 30% declarou conceber-se principalmente como social-democrata, 20% como liberal clássico, 19% como conservador, 15% como libertário, 8%

como ecologista, 8% como conservador em termos sociais e liberal em termos económicos e 0% como neoliberal. Aparentemente, portanto, não existem sequazes assumidos do neoliberalismo no país dos cangurus. E por cá, suspeito, teríamos respostas similares.

Oliver Marc Hartwich, investigador de outro influente *think tank* sobre políticas públicas orientadas para o mercado, igualmente sediado na Oceânia, *The New Zealand Initiative*, no estudo filológico que dedicou ao vocábulo em 2009 (v. *CIS Occasional Paper 114*) refere, por outro lado, que a própria palavra circula hoje, especialmente entre diversos grupos empenhados em detrair o seu significado – incluindo líderes



religiosos, artistas, ativistas ambientais, críticos da globalização, políticos de esquerda e de direita, sindicalistas, comentadores e académicos – apenas como turpilóquio ou designação a esconjurar. Supostamente, por conseguinte, o termo não possui qualquer conotação positiva.

E, todavia, quando entrou na nossa discursividade? E como evoluiu dentro da mesma? E como estabilizou ou cristalizou a sua semântica? São três perguntas que dificilmente nos conseguimos impedir de fazer e que dão expressão à nossa curiosidade intelectual.

Em relação à primeira, parece haver grande consenso entre académicos que o rótulo



“Neoliberalismo” foi cunhado por Alexander Rustöw no discurso que proferiu em 1932 “Economia livre, Estado forte” e amplamente adotado seis anos mais tarde após a realização do Colóquio Walter Lippmann, em Paris, por iniciativa do filósofo francês Louis Rougier, onde estiveram presentes para além desse sociólogo e economista germânico, outros intelectuais que pretendiam manter viva a tradição liberal, num contexto cada vez mais adverso às suas ideias sobre a sociedade e o mercado, e estabelecer uma rede internacional de pensadores empenhados na sua renovação.

A 2ª Guerra Mundial acabou por fazer abortar esse projeto. Ele foi retomado em 1947, desta feita na Suíça,



após o encontro promovido por Friedrich Hayek no Mont Pélerin, donde resultou a conhecida Sociedade com esse nome, que se tornou num importante bastião de discussão das doutrinas liberal e neoliberal, mantidas fora do *mainstream* político-económico, no qual o intervencionismo e o protecionismo ao estilo keynesiano reinavam até à década de 1980. É nessa altura que a palavra entra, de novo, em circulação na retórica política, para dar expressão, todavia, a uma conceção distinta da originalmente pensada por Rustöw. Para este, com efeito, o Neoliberalismo não se devia confundir com o liberalismo clássico britânico, antes seria uma “terceira via” que articularia liberalismo económico e socialismo político.



Três décadas depois, nesta era que é a nossa, é bem possível que o Neoliberalismo, como apontou Geoffroy de Lagasnerie no ensaio *La dernière leçon de Michel Foucault* (2012), se tenha tornado numa utopia que propõe o mercado como a instituição onde todos os assuntos sociais devem ser resolvidos e o contrato interindividual como a forma privilegiada de relacionamento humano.

06/05/2016

VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: O CASO DAS HUMANIDADES

É possível que alguns tenham razão e que as Humanidades, assim como as Ciências Sociais, tenham mais dificuldades em ajustar-se às exigências da sociedade de consumo, da cultura de mercado e da civilização materialista, hoje prevaletentes, e em dar resposta aos seus interesses, fitos e anseios, quando comparadas com as Ciências Naturais e as Engenharias. Mas isso não constitui razão suficiente, penso, para nas instituições de ensino superior ver diminuída a oferta dos



seus cursos de formação, enfraquecido o financiamento dos seus projetos de investigação, marginalizados os seus representantes nos órgãos governativos cimeiros.

Dito isso, considero que as escolas universitárias de Humanidades não podem hoje deixar de assumir como sua terceira tarefa fundamental, para além das de ensino e de investigação, a da valorização do conhecimento. Essa foi a estratégia de sucesso, encetada há mais de uma década, no sistema académico holandês, que não permitiu apenas “salvar as Humanidades”, mas abriu a via para o seu reflorescimento (v. o relatório *Sustainable Humanities* elaborado em 2009 pelo Comité do Plano Nacional para o Futuro das



Humanidades a pedido do Ministério da Educação, Cultura e Ciência dos Países Baixos).

O caso neerlandês é a esse respeito digno de ser atentamente seguido. A VSNU (*Vereniging van Samenwerkende Nederlandse Universiteiten*, Associação Cooperativa das Universidades Holandesas) – consórcio formado por 14 instituições de ensino superior dos Países Baixos – definiu em 2013 a expressão “valorização do conhecimento” como “o processo de tornar disponível ou útil para uso económico ou social o conhecimento adquirido através da educação científica e da pesquisa ou de convertê-lo em produtos, serviços, processos e empreendedorismo competitivos”.



E a Universidade do Minho, vale acrescentar, não somente assume essa tarefa explicitamente na sua declaração de missão quando estabelece na respetiva alínea c) intentar *«a transferência, o intercâmbio e a valorização dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos, através do desenvolvimento de soluções aplicacionais, da prestação de serviços à comunidade, da realização de ações de formação contínua e do apoio ao desenvolvimento, numa base de valorização recíproca e de promoção do empreendedorismo»*, como conta também na sua equipa reitoral com um pró-reitor especialmente dedicado à prossecução desse objetivo.

Não se pense, todavia, que o que está em jogo é apenas tentar fazer



dinheiro com a inovação. Existem outras formas de provocar impacto social com o novo conhecimento gerado que não se reduzem à da sua comercialização (empresas *spin-off*, patentes, etc.). Isso quer dizer que aqueles que trabalham no domínio das Humanidades podem criar produtos com valor. Para além do óbvio *merchandising* seletivo inteligentemente explorado por alguns (v. a título de exemplo: <http://filosofers.com>), a plethora de ferramentas tecnológicas desenvolvidas numa miríade de empreendimentos rotulados de “humanidades digitais” constitui uma segura evidência disso mesmo. Mas queria destacar o projeto do Laboratório Literário de Stanford,



dirigido por Franco Moretti e Mark Algee-Hewitt, que tem conseguido mostrar como através de uma improvável aliança entre ciência computacional (prospecção e análise de dados), crítica literária e literatura, se pode, por exemplo, renovar e alterar profundamente a nossa relação, como consumidores, como o sistema bancário e vice-versa (v. o panfleto número 9).

20/05/2016

HUMANIDADES DIGITAIS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM

Volto a um assunto que aflorei há quinze dias quando argumentei que “aqueles que trabalham no domínio das Humanidades podem criar produtos com valor” e referi como exemplo bem-sucedido nesse intento o que tem vindo a ser produzido sob o rótulo de “Humanidades Digitais” (HD). E volto a ele porque nessas duas semanas fui surpreendido várias vezes com a questão: em que é que consistem exatamente essas HD? Assumi-a como uma pergunta pertinente, mas, ao mesmo tempo, subtilmente dupla,

inquirindo, por um lado, pela sua natureza, o que são e, por outro lado, pelo seu valor, para que servem.

A *Wikipédia* define-as do seguinte modo: «(...) uma área de investigação e ensino na interseção da computação e das disciplinas de humanidades». Trata-se, com se afigura óbvio, de uma definição demasiado genérica, deixando subentendido representar um domínio interdisciplinar de constituição recente que carece ainda de maturação. E tal é reconhecido por quase todos os académicos e não académicos que vêm estando atentos à sua emergência e desenvolvimento no último terço de século. Bastará talvez reproduzir a posição vertida no *Digital Humanities Manifesto 2.0* (2009) publicado no

blogue *Humanities Blast* de Todd Presner, detentor da cátedra Programa de Humanidades Digitais na Universidade da Califórnia (L.A.): “As HD não são um campo unificado, mas *um conjunto de práticas convergentes* que explora um universo em que: a) a impressão deixou de ser o exclusivo ou normativo meio de produção e/ou disseminação do conhecimento; em vez disso, a impressão encontra-se embebida em novas configurações multimídia; e b) ferramentas, técnicas e meios digitais de comunicação alteraram a produção e disseminação do conhecimento nas artes e nas ciências humanas e sociais.”.

Todavia, as HD não somente têm vindo a evoluir no sentido de se tornarem num campo autónomo,



exibindo constante expansão e aprofundamento, ou seja, não se limitando a uma mera renovação cosmética de modos tradicionais de manufatura e difusão de conhecimento no campo das Humanidades, como igualmente têm vindo a densificar-se, isto é, a mostrar que, além de possuírem uma dimensão prática e instrumental, serem um conjunto de ferramentas metodológicas, sobretudo informáticas (hipertexto, hipermídia, infografismo, mineração de dados e textos, cartografia digital, etc.) para uso nas suas disciplinas específicas, também inerirem uma dimensão teórica e reflexiva em que o impacto das TIC nos saberes das Humanidades é atentamente estudado e a transformação e reposicionamento do



trabalho humanístico na chamada Sociedade da Informação e do Conhecimento criticamente examinados.

Mas, e então para que servem? A consultora estadunidense de património cultural Diane Zorich no levantamento que fez em 2008 dos centros de HD do seu país inventariou quase duas dezenas de finalidades para as HD, das quais destaco três: criar acervos digitais para servirem como recursos para atividades académicas e de ensino; usar bibliotecas digitais e ferramentas analíticas para gerar novos produtos intelectuais; criar uma zona de experimentação e inovação para humanistas.



Enfim, num contexto económico e político menos favorável aos estudos humanísticos e sociais, as HD e os projetos e pesquisas que lhes dão corpo não deverão ser encarados como um modo desesperado de tentar evitar o seu apagamento e eventual extinção do firmamento cultural, mas, antes, como uma oportunidade de se renovarem e melhor sintonizarem com o espírito do tempo que vivemos.

03/06/2016

A MODERNIDADE É UM PROJETO INACABÁVEL?

Jürgen Habermas, o conhecido filósofo-sociólogo alemão, descreveu a Modernidade (*Die Moderne*) – cujo embrião situa no Renascimento, entre meados dos séculos XV e XVI, embora reconheça que, em sentido estrito «só com os ideais perfeccionistas do Iluminismo francês e com a sua concepção, inspirada pela ciência moderna, de um progresso ilimitado do conhecimento e de um avanço rumo ao social e moralmente melhor» (*Die Zeit*, 19.09.1980) efetivamente principia –

como um projeto (*Projekt*) inacabado (*Unvollendetes*).

Um projeto de quê, todavia? Tal como o entendo, um projeto, antes de mais, de emancipação do Homem em relação à Natureza – essa suprema fascista (!), como alguém lhe chamou – ou, se se preferir, aos seus ditames. Um projeto que começou por ser marcadamente epistémico: buscar conhecimento detalhado e preciso da estrutura e do funcionamento da Natureza nas suas várias partes, incluindo o animal humano. Nele se empenhou a ciência pós-setecentista. Mas um projeto também que não demorou muito a procurar transformar esse conhecimento em aplicações tecnológicas que vêm conferindo crescentes poderes de controlo,

intervenção e modificação substantiva da própria Natureza. As sucessivas revoluções industriais que desde o século XVIII reconfiguraram, de modo sempre mais extenso e profundo, as nossas sociedades, uma e outra vez atestam-no bem.

Um projeto, enfim, talvez paradoxalmente inacabável. Com efeito, o jornalista estadunidense John Horgan defendeu no seu *best-seller* de 1995, *O Fim da Ciência* – e recentemente reiterou-o na revista *Scientific American* (13.04.2015) – que a ciência fundamental se encontra esgotada e fechada a revisões radicais e, por conseguinte, vivemos numa era pós-científica, isto é, de absoluto império da tecnologia. Essa posição não é nova, antes permanecendo

filiada na tese oitocentista do fisiologista alemão Emil du Bois-Reymond, condensada pelo próprio na expressão latina “ignoramus et ignorabimus” (ignoramos e ignoraremos), que assinala limites ao conhecimento científico, precisamente o da incapacidade para explicar alguns aparentes mistérios como os da origem do Universo, do começo da Vida e do aparecimento da Consciência num mundo basicamente feito de matéria.

Mas isso é o que um tal projeto não pode aceitar, por ser contrário à sua essência: que existam limites para o conhecimento tecnocientífico da Natureza e, de todo em todo, que eles sejam estabelecidos de modo dogmático e obscuro. Ele não poderá ser acabado, portanto, enquanto tais



enigmas subsistirem, uma vez que solucioná-los constitui um seu inescapável imperativo moral. Foi esse enfoque otimista que o matemático, igualmente germânico, David Hilbert, pretendeu restaurar em 1930 quando clamou: “wir müssen wissen; wir werden wissen” (precisamos saber; iremos saber).

Um bom exemplo disso é o da busca de uma compreensão ainda mais profunda do mundo microfísico, nomeadamente da sua estrutura (entidades que são onda-e-corpúsculo, assimetria matéria/antimatéria) e dos seus estranhos efeitos (superposição de estados, não-localidade e emaranhamento quântico). Advogam alguns que a Mecânica Quântica no-la fornece suficientemente e que deixou



de ser razoável continuar a mobilizar gigantescas somas financeiras para a construção de aparelhagem tecnológica – e.g., aceleradores de partículas – a empregar na contínua inquirição da realidade subatômica a níveis ainda mais fundamentais. Mas tal dificilmente ocorrerá enquanto ecoar o lema da Modernidade como projeto: *sapere aude*.

17/06/2016

AS ORAÇÕES SÃO (IN)EFICAZES?

A “oração” é um peculiar modo de tentar estabelecer comunicação com Deus. Tem, pois, uma natureza marcadamente íntima, uma vez que esse contacto tem de ser procurado na solidão da interioridade individual, relacional, porque intenta uma conexão especial entre uma pessoa humana e uma pessoa divina, assimétrica, porquanto parte sempre da primeira para a segunda, e algo temerária, dado que quem a enceta todas as vezes arrisca não ter correspondência.

Está obviamente implicado no ato de orar que quem o pratica acredita na existência de um ser transcendente com uma determinada natureza – o da tradição neotestamentária cristã, por exemplo, é descrito como essencialmente criador (e não destruidor), amoroso (e não desinteressado) e redentor (e não vingativo) – e contando entre os seus notáveis atributos o de conseguir escutar a voz humana ou, pelo menos, a dos seus assumidos e dedicados fiéis.

Os propósitos da oração podem ser diversos, entre os quais, simplesmente o de venerar o Deus eleito (prece reverencial) ou, mais comumente, o daquele que ora pedir algo para si próprio (prece rogativa) ou para terceiros (prece intercessora).



Ora, parecendo o fenómeno da oração exhibir profusão, isto é, um significativo número de praticantes, ampla disseminação, ou seja, apresentando-se presente em praticamente todos os credos religiosos, e enorme recorrência, o mesmo é dizer que se repete com padrões que sugerem ritualismo, ele não pode deixar de suscitar em alguns o interesse em tomá-lo como objeto de inquirição científica.

Francis Galton foi, provavelmente, o primeiro a tê-lo feito em 1872 no artigo *Statistical Inquiries into the Efficacy of Prayer* (Inquéritos estatísticos relativos à eficácia da oração). Como o próprio título do estudo indica, o antropólogo e estatístico inglês dos séculos 19 e 20,



sobretudo conhecido pelas suas concepções eugenistas, quis avaliar os resultados efetivos das orações ou, o que dá no mesmo, se geram os efeitos pretendidos.

Galton procurou saber se, por exemplo, os sacerdotes, aqueles que, supostamente, mais tempo dedicam a orações – reverenciais, rogativas e intercessoras – tinham vidas com mais saúde e maior longevidade que as dos aristocratas ou de pessoas de outras classes sociais menos abastadas e com modos de existência mais difíceis. Concluiu, todavia, pela inexistência de qualquer diferença estatística relevante e, *eo ipso*, pela sua ineficácia.

Desde então, um sem número de idênticos estudos – e já agora meta-estudos – empíricos e experimentais



têm consistentemente confirmado esse pioneiro trabalho de Galton, nomeadamente os mais recentes, que datam do final da década passada e início da que se encontra em curso; bastará talvez consultar a revisão da literatura respetiva levada a cabo por David Hodge em 2007, facilmente localizável na Internet. Mas, assim sendo, torna-se quase inevitável a pergunta: para quê persistir nelas?

Bom, porque, como o próprio Galton reconheceu no seu referido ensaio, apesar das fortes evidências da sua ineficácia, é de esperar que continuem a ser feitas, na medida em que aparentam desempenhar uma função na economia da vida psíquica daqueles que as realizam: constituírem uma espécie de ilusão cognitiva útil



que ajuda a suportar agruras da vida ou, ao proporcionar também autoedificação, a potenciar alegrias na mesma.

No entanto, dúvidas não devem restar que se encontra razoavelmente provado serem as orações ineficazes e que aqueles que enjeitam esta conclusão têm o ónus inteiro de tentar contrariá-la.

01/07/2016

AS IDEIAS TÊM PRAZO DE VALIDADE?

Quem viaja regularmente na Lufthansa já se deu conta, por certo, de que, para onde quer que vá ou de onde quer que venha, tem uma escala garantida no aeroporto de Frankfurt. Isso mesmo inescapavelmente me ocorreu, faz poucas semanas, numa visita a Tallinn, capital da Estónia. Entre o ir e o regressar aí passei umas boas cinco horas. Como *habitué* desse espaço – em dissonância com o antropólogo francês Marc Augé que o considera mero ponto de passagem, ou seja, um “não-lugar”, um espaço



desinvestido de suficiente significação para que a ele nos liguemos de modo cognitivo e afetivo – aproveitei para comer um *pretzel* na padaria Heberers, situada na zona comercial Z do terminal 1, e, claro, ver novidades bibliográficas na muito próxima Thalia Pocket Shop que faz parte da maior cadeia de livrarias da Alemanha.

Foi nesta última que adquiri o recém-publicado *This idea must die* (Esta ideia deve morrer) editado pelo conhecido agente literário John Brockman. Comecei a lê-lo quando o A321 descolou em direção ao Báltico e não consegui mais parar de o fazer até à última linha. Desafiador, muito informativo, inspirador, verdadeiro alimento para o cérebro; em suma: uma

leitura que vivamente recomendo para as férias.

Trata-se de uma compilação (em pouco mais de meia centena de páginas) das respostas dadas por 175 pensadores de excelência, altamente criativos, à questão de 2014 formulada pela Fundação Edge – associação de intelectuais de múltiplas e diversas áreas disciplinares, criada em 1988 – no seu *website*: que ideia científica está pronta para ser posta fora de circulação?

No respetivo antelóquio diz-se que “a ciência avança descobrindo novas coisas e desenvolvendo novas ideias” e que “poucas são as ideias verdadeiramente novas que se desenvolvem sem que antes as velhas ideias tenham sido abandonadas”, para



logo deixar a pergunta: que ideias científicas estabelecidas estão obsoletas e a entrar o (ritmo do) progresso da ciência?

Num certo sentido, a coletânea encerra um inventário do que Francis Bacon denominou no seu *Novum Organum* (1620) “ídolos” ou Gaston Bachelard no seu *La formation de l'esprit scientifique* (1938) “obstáculos epistemológicos”, isto é, determinadas noções e concepções a que a comunidade científica permanece amplamente aferrada para representar o mundo e nele intervir sobre as quais impendem justificadas suspeitas de se terem tornado estéreis ou, pior, serem falsas e perigosas, e cujo sumiço seria benéfico.



Dentre dezenas, ilustrarei com duas. A primeira, denunciada por Leo Chalupa, é a de “plasticidade cerebral”: “a capacidade dos neurónios alterarem as suas propriedades estruturais e funcionais com a experiência” (p. 18). Segundo esse académico estadunidense, trata-se de uma ideia quase truística, uma vez que, com o envelhecimento, nenhuma parte do corpo permanece sem mudança, mantida ao serviço de uma indústria que comercializa produtos para o treino e melhoramento do cérebro (e.g., peças seletas de Mozart para acompanhar gravidezes, jogos de memorização).

A segunda, criticada por Tor Nørretranders, é a de “altruísmo” ou, melhor, a de que “há um conflito de



interesse entre ajudar-nos a nós mesmos e ajudarmos os outros” (p. 212). De acordo com o divulgador da ciência dinamarquês sobejam evidências fornecidas pela investigação em ciências comportamentais e neurobiológicas de que a antítese egoísmo vs. altruísmo já não tem cabimento e que pode ser do nosso interesse ajudar os outros.

02/09/2016

PARA UMA TECNOÉTICA PRÁTICA

Imaginei para este verão, caro leitor, umas férias diferentes, em jejum tecnológico e retornando a alguns prazeres de vida simples. Planeei um agosto de banhos de mar, caminhadas pelo pinhal, passeios de bicicleta pelo campo, refeições mais demoradas com a família e, claro, sestras; sem telemóveis, internet, televisão; liberto de Tecnologia, em suma.

Mas logo no primeiro dia percebi que isso iria ser muito difícil de conseguir, ao ter sido acordado por um irritante ruído parecido com o de um



zangão que, depressa me dei conta, era causado por um drone, daqueles que se compram por poucas centenas de euros nas grandes superfícies comerciais. Assim que abri a janela, pude observá-lo primeiro a levitar sobre o terraço da casa e logo de seguida a sobrevoá-la. Horas mais tarde reencontrei-o quando se interpôs entre mim, deitado sobre a areia da praia, e o sol provocando-me um eclipse no bronzeado. E depois, onde quer que fosse, um qualquer outro *gadget* tecnológico – rádio, *tablet*, *hoverboard*... – indesejável aparecia a atazanar.

Concluí que não podemos escapar hoje à Tecnologia, que não podemos ter férias dela, dada a sua ubíqua imposição. Mas ela também me



fez pensar e ficar convencido acerca da necessidade de uma Tecnoética Prática.

A expressão “Tecnoética” foi empregue pela primeira vez em 1977 por Mario Bunge, não para referir uma eventual tecnicização ou profissionalização da Ética, antes uma necessidade da esfera de atividade da técnica ou, melhor, da tecnologia instanciar a partir de dentro de si própria uma reflexão sobre as implicações morais da concepção, produção e uso dos artefactos tecnológicos. Esse filósofo da ciência argentino reivindicou nessa altura que, dado o amplo desinteresse dos filósofos pelo assunto, deveriam ser os próprios tecnólogos a desenvolvê-la.



Na última década e meia, todavia, diversos filósofos profissionais, reconhecendo a importância do “fenómeno tecnológico”, isto é, do modo como a Tecnologia invade e molda todos os domínios do mundo da vida, investiram no seu desenvolvimento como um ramo da Ética aplicada. A Tecnoética que conceberam, todavia, é sobretudo teórica e académica, consistindo basicamente num exame de questões morais suscitadas por tecnologias particulares à luz de concepções normativas gerais bem estabelecidas permanecendo afastada da práxis, onde são feitas (para) funcionar, e daqueles que quotidianamente as manuseiam. Por isso temos de pensar numa diferente Tecnoética.

Precisamos, julgo, de uma “Tecnoética prática”, na linha daquela que o filósofo francês Michel Puech tem vindo a explorar e que optou por designar “Tecnoética vulgar” (*Ordinary Technoethics*). Ela deverá partir e centrar-se no estudo das intuições pré-reflexivas morais sobre as tecnologias de trazer por casa, na vida diária, dos seus usuários mais comuns e posteriormente ajudá-los a tornarem-se mais eticamente habilitados a lidar com elas.

Tomando o exemplo do referido drone de recreio (não de guerra), um quadricoptero Phantom 1 (com autonomia de voo de 15 minutos, controlável até 1000 metros de distância, equipado com uma GoPro 4K), seria importante indagar se o



respetivo dono tem noção dos problemas de segurança, violação de privacidade e perturbação da tranquilidade implicados num comportamento só em aparência lúdico, como reagiria se outros lhe fizessem o mesmo, se previu algum modo de harmonizar diferentes interesses, nomeadamente o seu de se divertir e o de outros de se manterem em sossego. Enfim, conto voltar a isto num próximo artigo.

16/09/2016

PODEMOS FIAR-NOS NA WIKIPÉDIA?

Há quase meia década – no dia 19 de janeiro de 2012, uma quarta-feira – a *Wikipédia* (neologismo da autoria de Larry Sanger, um dos seus fundadores, por combinação de “wiki”, que na língua havaiana significa “rápida”, e do vocábulo de origem grega “paideia”, que quer dizer “educação”), criada em 2001, ficou indisponível durante 24 horas. Foi um assumido ato de protesto contra uma iniciativa legislativa da Administração Obama de combate à pirataria na Internet que, no entender dos seus



opositores, entre os quais Jimmy Wales, outro dos fundadores da conhecida enciclopédia em linha, colocaria nas mãos de algumas poucas grandes corporações o poder de bloquear o acesso a qualquer *website* que supostamente apresentasse conteúdos questionáveis e, por essa via, condicionaria severamente a liberdade de expressão.

Como foi amplamente noticiado na altura, pessoas um pouco por todo o mundo fizeram coro a criticar o ato da parte da *Wikipédia*. Entre os mais irados estiveram inúmeros estudantes e professores que nesse dia se viram impedidos de aceder a tal fonte privilegiada – por muitos, confessadamente, única – de elaboração e preparação de trabalhos



e aulas. No capítulo da excessiva dependência em relação a uma tecnologia este será, por certo, um exemplo paradigmático.

Mas, essa ferramenta – que só nos E.U.A. é usada por mais de 25 milhões de pessoas a cada dia – merece a nossa confiança, no sentido em que podemos manusear a informação dos seus artigos como representando autêntico conhecimento controlado e legitimado pela comunidade científica relevante?

Como se poderá ler na entrada a si mesma dedicada, a *Wikipédia* sofreu igualmente em 2012 uma alteração radical na sua organização: a anarquia inicial cedeu lugar a uma hierarquia cada vez mais forte ou, mais especificamente, o seu modo de



funcionamento foi deixando de ser completamente aberto, isto é, concedendo a quem quer que fosse a possibilidade de criar livremente um artigo e de introduzir modificações quase instantâneas em qualquer outro dos já existentes, e foi substituído por um sistema com múltiplas restrições e no qual “editores estabelecidos” detém prerrogativas especiais para controlar cada artigo em todas as suas fases e até impedir a sua publicação.

Essa transformação surgiu em resposta ao sem número de vulnerabilidades a que foi ficando cada vez mais exposta, nomeadamente a difusão de textos com erros de vária ordem, conteúdos irrelevantes, motivações ideológicas censuráveis e a vandalização de outros nos quais se



inseriu informação espúria ou adulterada. Tais problemas foram – e continuam a ser – tantos que mereceram a sua compendiação na longa entrada “Crítica da Wikipédia”. Mas o mais inquietante talvez tenha sido o “incidente (John) Seigenthaler”, em 2005, gerado pela inserção de dados falsos – e.g., afirmando que fora um dos suspeitos dos assassinatos de John F. Kennedy e de Robert F. Kennedy – sobre aquele jornalista e político estadunidense num artigo anonimamente criado na *Wikipédia* com uma sua biografia, só detetados quase meio ano depois (não pelos editores da obra) e que produziu sérios danos na sua reputação.

Enfim, não querendo cometer a falácia da generalização indevida de



condenar a *Wikipédia* no seu todo, julgo que não devemos descurar uma atitude de saudável ceticismo em relação ao que nela se publica, de comparação dos seus conteúdos com os de obras homólogas, eletrónicas e impressas, e, claro, confirmado e reconfirmando metodicamente todas as informações nela veiculadas.

30/09/2016

É SEGURO USAR ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL?

Como tem vindo a tornar-se costume na parte final de cada ano, sobretudo ao aproximar-se o período natalício, novos tentadores *gadgets* tecnológicos são lançados no mercado de consumo. Adivinha-se que dentro de meses entre os mais cobiçados estarão os óculos de realidade virtual (ORV), candidatos a estrela de vendas da quadra. E a escolha será provavelmente entre o Gear VR da Samsung, o Oculus Rift da Sony, o Morpheus, igualmente da Sony (para

funcionar com a PS4), o Vive da HTC e o HoloLens da Microsoft, aqueles que melhor parecem combinar a qualidade da experiência que oferecem e a acessibilidade no preço. Com exceção dos da marca japonesa que só estrearão dentro de duas semanas, os demais podem, desde há meses, ser experimentados e adquiridos em grandes superfícies comerciais do ramo. Tive a oportunidade de os testar e a sensação de imersão numa realidade outra foi absolutamente incrível. Mas deixaram-me a pensar se, para além de eventuais perigos psicofísicos, não estariam também envolvidos no seu uso riscos morais.

Os ORV permitem-nos aceder ao que o sociólogo francês Jean Baudrillard denominou “Hiper-

realidade”, mundo inteiramente fabricado de modo tecnológico, gerado com base em modelos informáticos, não tendo por isso qualquer referente original e constituindo assim uma espécie de representação pura ou, se se preferir, mundo feito de simulacros e simulações que são consumidos como se fossem reais.

Tal tecnologia promete redefinir profundamente o significado da nossa experiência, os seus limites. Permitir-nos-á sentir-nos a voar como um pássaro ou pilotar um caça da II Guerra Mundial num cenário de reconstituição de alguma batalha da época ou deambular por uma casa antes de ser construída ou como é estar no corpo de uma pessoa de outro sexo ou surfar

ondas gigantescas em Maui ou... uma infinidade de outras coisas ordinariamente não experienciáveis.

Todavia, como têm vindo a chamar a atenção Michael Madary e Thomas Metzinger, os ORV suscitam inquietações éticas várias. Desde logo, ao produzirem poderosas ilusões de despersonalização (*embodiment*), de que possuímos e controlamos um corpo que não é nosso ou de que o nosso corpo nos parece irreal, não se sabe que consequências psicofisiológicas terá a exposição cognitiva prolongada a um ambiente virtual e como afetará a nossa personalidade.

Depois, como também notaram esses dois filósofos alemães, um mundo virtual totalmente engendrado, “propicia oportunidades para novas e

eficazes formas de manipulação da mente e do comportamento, especialmente quando há interesses comerciais, políticos, religiosos e governamentais por detrás da criação e manutenção desses mundos artificiais”. Talvez entre os que mais preocupações provoquem estejam os da tentação de grandes empresas para influenciar subliminarmente quem se imergir em tais ambientes factícios, algo relativamente fácil de conseguir, programando os seus frequentadores para atuarem de modo involuntário e até contrário aos seus interesses quando regressarem ao mundo real, ou os de organizações militares para perpetrarem atos de tortura virtual, ou ainda os de certos grupos da população mais propensos a desordens do foro

psiquiátrico as verem agudizadas nessas realidades alternativas.

Enfim, os milhões de consumidores que se adivinha muito em breve irão adquirir ORV devem estar cientes de que a gama de efeitos físicos, psicológicos e morais envolvidos nessa tecnologia emergente, alguns previsíveis, muitos não, carecem ainda de detida investigação.

14/10/2016

TECNOLOGIAS QUÂNTICAS: EMBEVECIMENTO E INQUIETAÇÃO

Por volta de meados de maio passado, o ministro dos assuntos económicos holandês juntamente com a União Europeia (presidida no primeiro semestre deste ano pelos Países Baixos) e o QuTech (instituto tecnocientífico sediado em Delft) organizou em Amesterdão a conferência “Quantum Europe 2016: A New Era of Technology”, que para além de ter servido para anunciar o lançamento de um programa de investigação, desenvolvimento e

inovação no campo das denominadas Tecnologias Quânticas a ter início em 2018, com o horizonte de uma década e financiado com um bilião de euros, também tornou público um manifesto onde as principais ambições e metas desse programa são formuladas.

Parece pois que após a excitação com as Biotecnologias (1970-80), o entusiasmo com a Inteligência Artificial (1980-90) e o encantamento com as Nanotecnologias (1990-2000), o novo fascínio será com as ditas Tecnologias Quânticas. E uma narrativa com força retórica e tom hiperbólico está já a ser tecida para o intensificar. O físico teórico australiano Gerard Milburn – autor do instrutivo *Schrodinger's Machines: The Quantum Technology Reshaping Everyday Life* (1997) – por



exemplo, aponta-as como filhas de uma “segunda revolução quântica” em marcha. Segundo ele, diferentemente da primeira – ocorrida na viragem do século XIX para o XX, que permitiu explorar a ideia de que as entidades físicas subatómicas (e.g., elétrons, fótons) possuem uma natureza dual, podendo umas vezes comportar-se como ondas e outras como corpúsculos, conhecimento fundamental que se encontra na base da eletrónica moderna, da indústria dos *microchips* para os computadores e, em última instância, da Era da Informação – aquela que agora está a ganhar balanço aspira conseguir “controlar os componentes de sistemas complexos governados pelas leis da física quântica” ou, mais

especificamente, divisar aplicações e usos práticos para outros fenómenos (contraintuitivos) conhecidos da teoria quântica, nomeadamente os da superposição (espacial de partículas), do emaranhamento (de partículas muito afastadas entre si no espaço), tunelamento (ou violação de barreiras energéticas locais) e decoerência (que equipare um sistema físico quântico a um de tipo clássico).

Na brochura eletrónica produzida para divulgar a nova iniciativa emblemática da União Europeia pode encontrar-se na sua página 8 um quadro com o naipe básico dessas tecnologias emergentes – computação quântica, *software* e algoritmos quânticos, simulação quântica, sensores e metrologia

quântica e comunicação quântica – assim como as promessas associadas – refiro somente esta com grande potencial, embora dependente da evolução dos computadores quânticos e respetivos sistemas operativos: a simulação quântica, que servirá para experimentar propriedades de materiais antes mesmo de existirem e auxiliar no *design* de novos outros – e os desafios que enfrentam.

Curiosamente, ou talvez não, nada aí se diz sobre possíveis riscos e incertezas implicados em tais tecnologias. Poderá presumir-se, claro, que pela sua relativa incipiência e imaturidade fará pouco sentido pensar já neles. Todavia, como num futuro próximo (entre 5 a 10 anos) trarão previsivelmente transformações

espantosas em domínios sensíveis como os da criptografia na transmissão segura de dados, da imagiologia ultra-precisa da atividade cerebral ou da metrologia científica, industrial e legal de rigor infinitesimal, o pensamento antecipatório e a atitude precautória a seu respeito afiguram-se-me imperativos.

28/10/2016

A INTERNET DAS COISAS: UMA DISTOPIA ANUNCIADA?

Digitei ontem na caixa de pesquisa do Google a expressão “Internet of Things” (IoT; Internet das Coisas) e obtive aproximadamente 206 000 000 de resultados. É um número impressionante, evidência, por certo, de tratar-se de uma poderosa ideia tecnológica em desenvolvimento. Para terem uma noção do interesse que suscita, se googlarem “Hilary Clinton” e “Donald Trump”, que suscitam interesse planetário nos dias que correm, obtêm perto de 359 000 000 e de 451 000 000 respetivamente.



Essa ideia – já com décadas, mas cuja concretização tem sido paulatina, embora agora em aceleração – consiste tão-somente em aproveitar a infraestrutura da Internet para conectar dispositivos tecnológicos e fazê-los cooperar uns com os outros. Combinada, todavia, com duas outras ideias poderosas, a de “informatização do mundo” – dotar cada objeto saído dos sistemas de produção industrial nas sociedades do capitalismo avançado de um dispositivo de geolocalização (por radiofrequência) e armazenamento de dados – e a de “autonomização dos aparelhos técnicos” – dotando-os de sensores e atuadores cada vez mais performativos – ela aponta para o inter-relacionamento total, direto ou



indireto, de todos os artefactos existentes. Subjaz-lhe, pois, e orienta-a, uma visão e uma ambição totalitárias.

O seu marketing tem sido feito no mercado das ideias global criando expectativas de ganhos de eficiência, poupança e liberdade. De facto, quanto tempo pouparíamos se pudéssemos dispensar rotinas domésticas programando as persianas elétricas do nosso quarto para, minutos antes do despertador matinal soar, começarem a abrir lentamente, que logo enviariam um sinal para o duche se ligar na casa de banho, que, por seu turno, uma vez terminado, emitiria um sinal para a torradeira e para a cafeteira se ligarem, que, minutos depois, comunicariam com o portão da garagem da casa para se abrir e este com o carro para sair e



se colocar à porta da casa, já climatizado na temperatura que gostamos e com o rádio sintonizado na nossa estação preferida, que...

E quanta energia economizaríamos se tivéssemos sensores e atuadores pela casa que interagissem e fossem regulando a luminosidade e a temperatura, calibrando os vidros para se irem ajustando às variações de intensidade da luz solar e os condicionadores do ar para manterem o equilíbrio térmico desejado, cujo historial fosse sendo registado em contadores de eletricidade inteligentes que continuamente enviassem dados telemétricos para a empresa fornecedora, que informaria o mercado

e o governo dos níveis de consumo agregado, que...

Os exemplos, como imaginam, podem ser muitos mais. Mas estes dois bastam para que possamos vislumbrar também alguns perigos envolvidos. O mais óbvio radica nos eventuais usos malévolos dos dados massivos sobre os nossos padrões de comportamento ou hábitos. Ao circularem através da Internet ficarão vulneráveis à pirataria. Com efeito, eles permitirão saber, entre outras coisas, quando estamos em casa ou não, em que lugar da mesma, a fazer mais ou menos precisamente o quê. Tal cria sérios riscos para a nossa segurança – e grandes oportunidades para expeditos larápios – assim como fortes ameaças à nossa privacidade – e grandes



tentações para grupos empresariais mais agressivos e administrações políticas mais intrusivas.

Enfim, a ideia de uma IoT parece ir descobrindo a cada dia que passa o caminho para a realidade e isso deve inspirar-nos temor e prudência e proatividade se não quisermos que o Big Brother venha morar connosco.

11/11/2016

APRENDER A VIVER COM ROBÔS SOCIAIS

Segundo a Federação Internacional de Robótica, a população mundial de robôs não para de aumentar, superando já em número a população portuguesa atual, e atingirá previsivelmente até ao final da década os 12 milhões.

A sua maior presença faz-se sentir no Japão, que é, de longe, o país com maior experiência de convivência com estes seres artificiais. Quem não se lembra, aliás, do mais célebre dos animas de estimação virtuais, o *Tamagotchi*, lançado nos mercados



comerciais pela gigante dos brinquedos e videojogos Bandai em 1996?

Mas no ano em curso estamos a assistir ao provável início do *boom* dos chamados robôs sociais ou afetivos nos circuitos de consumo globais, embora eles tivessem sido antecipados pela ficção tecnocientífica – e.g., Gigolo Joe (pelo ator Jude Law) no filme *Inteligência Artificial* realizado por Stanley Kubrik em 2001 – e por protótipos de programas experimentais – e.g., a cabeça robótica Kismet desenvolvida por Cynthia Breazeal no MIT em finais da década de 1990 capaz de aparentar emoções.

Vejamos três exemplos recentes. O *Sota*, comercializado pela companhia de telecomunicações

japonesa NTT. Trata-se de um robô interativo vocacionado para dar apoio na prestação de cuidados de saúde a idosos, que é capaz de comunicar verbalmente com os beneficiários desses serviços e de interagir com dispositivos “vestíveis” (*wearable*) por eles para, entre outras funções, monitorizar a sua pressão sanguínea e o seu ritmo cardíaco. O *Buddy*, um pequeno robô desenvolvido pela Blue Frog Robotics, uma empresa sediada em Paris, que faz sobretudo companhia doméstica, mantendo uma afável conversação sobre a meteorologia local e exibindo uns passos de dança para entreter os interlocutores. E o robô humanoide *Pepper*, da francesa Aldebaran Robotics (que também criou em 2007 o pequeno *Nao* (~58 cm), para

substituir o *Aibo* da Sony na Robocup, e o gigante *Romeo* (~140 cm) para assistência a pessoas que vão tendo perda de autonomia em diferentes graus), poliglota (fala japonês e francês e, em breve, chinês e inglês) e dotado da capacidade de ler emoções. Trata-se de três robôs sociais vendidos a preços que rondam os 1000 euros e, por isso, bons candidatos a virem a ser amplamente adotados.

Estaremos preparados para este novo cenário em que teremos de coabitar diariamente com robôs, em especial com os do referido tipo humanoide e capazes de inteligência social e afetiva? Salientarei somente uma inquietação complexa – porque intrinca aspetos metafísicos e aspetos éticos – implicada nesta questão. Ela



pode ser formulada do seguinte modo: se o grau de autonomia de um robô for tanto maior quanto mais se assemelhar a um humano, o que implica esbater e, em última instância, eliminar a fronteira natural/artificial – ou, como Joseph Decken argumentou em *Silico Sapiens* (1985) fazer com que quando se tornarem completamente autônomos os robôs adquiram o estatuto de uma nova espécie – e se isso não puder ser concretizado sem que estejam capacitados para reconhecer e reagir a emoções assim como convincentemente as simularem, então, a partir do momento em que possuam tal atributo, poderão ser usados para recolher dados sobre a vida mental de cada um de nós e estabelecer perfis psicológicos e



padrões comportamentais com base neles, ameaçando desse modo destruir a esfera da nossa privacidade e deixando-nos vulneráveis a insidiosa manipulação emocional. Muito cuidado, portanto, da próxima vez que um robô lhe sorrir e falar pois poderá estar a mentir-lhe descaradamente.

25/11/2016

A MERCEDES-BENZ PREFERE MATAR O GORDO?

Durante a década de 1960 as filósofas oxonienses Philippa Foot e Elizabeth Anscombe divergiram sobre questões morais acerca da contraceção e do aborto. Foi nesse contexto que a primeira publicou “O problema do aborto e a doutrina do duplo efeito” (1967), onde argumentou que é eticamente aceitável atuar de acordo com a consciência da possibilidade de uma boa ação gerar como seu efeito colateral um resultado mau. No cerne do seu ensaio, Foot introduziu uma distinção entre males intencionalmente



causados e males provocados de modo não propositado e a consequente defesa de que só os últimos são moralmente toleráveis. E para tornar mais claro o alcance da sua posição ofereceu um conjunto de “experimentos mentais”, entre os quais um que a literatura crítica posterior veio a batizar de “problema do trólei”.

Na versão original somos convidados a imaginar alguém a conduzir um elétrico (*tramway*) que, de repente, enfrenta o dilema de o fazer seguir por um de dois carris, sendo que num deles se encontra uma pessoa que sabe que inapelavelmente irá matar e noutro cinco criaturas que não escaparão a igual fatal destino. Ainda que a nossa suposta intuição moral nos incline para sacrificar um indivíduo a



cinco, não somente podem ser introduzidas variações no dilema que nos fazem hesitar nessa tomada de decisão – e.g.: e se a pessoa só for o maior investigador mundial de doenças oncológicas? – como também refinamentos – e.g., a filósofa estadunidense Judith Jarvis Thomson reclamou, em 1985, que fará toda a diferença se estivermos numa ponte a observar um trólei a seguir na direção de cinco pessoas presas à linha e a ponto de morrer e decidirmos empurrar alguém que se encontra ao nosso lado também a assistir a tudo suficientemente gordo para o deter no seu curso e que obviamente não escapará com vida.

Com o surgimento dos carros autónomos, este notável problema

transcendeu o plano da especulação filosófica e adquiriu uma insuspeitada importância no mundo real. Christoph von Hugo, um alto responsável da Mercedes-Benz, chefe do departamento de sistemas de segurança ativa do fabricante alemão, declarou no recente salão Mondiale de L'Automobile em Paris que o *software* incorporado nos seus veículos sem condutor está programado para salvar em primeiro lugar as vidas dos seus passageiros em detrimento das dos transeuntes em situações em que essas sejam as duas únicas opções.

Von Hugo estaria presumivelmente conhecedor dos resultados do estudo publicado na revista *Science* (24.06.2016) de que apesar de boa parte das pessoas

inquiridas parecer estar convencida que os carros autónomos devem estar equipados com algoritmos que, em situações de acidente, optem por salvar o maior número possível de vidas humanas, ainda assim não compraria um veículo desse tipo que colocasse em risco a sua própria sobrevivência.

Embora a conhecida marca germânica tenha vindo mais tarde a negar que os seus carros autónomos estejam equipados com tal “*software moral*” e a afirmar que “nem programadores nem os sistemas automatizados têm o direito de sopesar o valor de vidas humanas”, o certo é que à medida que esta tecnologia emergente se for impondo não somente ele se tornará cada vez mais



premente, como a sua avaliação não poderá deixar de ser atentamente feita. Como resumiu Iyad Rashwan, da equipa do MIT que desenvolve o programa “Moral Machine”, “é difícil identificar quais são os princípios éticos que deveriam governar o comportamento de um carro autónomo”. E, contudo, cedo teremos que o fazer.

09/12/2016

WESTWORLD: UM DISPOSITIVO DE EXPERIMENTAÇÃO MORAL?

Passou no canal TVCine & Séries, a 4 de dezembro, o 10º e derradeiro episódio da muito filosófica *Westworld* (Mundo do Oeste), sabendo-se já – boas notícias para os fãs desta série de culto! – que terá uma segunda temporada em 2018.

O enredo cinge-se ao seguinte: num parque de diversões altamente tecnológico, onde o velho Oeste é recriado, habitado por andróides, isto é, robôs que exibem tanto aspeto como comportamento humanos – chamados “anfitriões” (*hosts*) – indivíduos com



carteiras bem recheadas – ditos “recém-chegados” (*newcomers*) ou “hóspedes” (*guests*) – podem fazer o que bem lhes apetece sem temerem qualquer represália da parte daqueles.

Na verdade, trata-se de um *remake*, levado a cabo por Jonathan Nolan e Lisa Joy, da versão original, com o mesmo título, redigida e produzida pelo popularíssimo escritor de ficção científica estadunidense Michael Crichton em 1973. Mas os seus argumentistas introduziram originalidade: mudaram o ponto de vista dos humanos para o dos andróides; são estes últimos que inquiram sobre a sua condição de não humanos e, *eo ipso*, sobre o que nós supostamente temos que a eles lhes falta para alcandorarem idêntico



estatuto e dignidade, sobre o que é ser humano de um ponto de vista não humano.

A série funciona, pois, como uma notável “experiência de pensamento”, um modo de fazer uso da imaginação para inquirir sobre a natureza das coisas, neste caso, sobre o significado do humano, sobre a consciência como necessário requisito antropológico e sobre a dupla raiz – instintivamente dominadora e violenta e intencionalmente (auto)controlável e compassiva – da conduta moral.

Parece-me, contudo, que são sobretudo questões do último tipo referido que tornam especialmente apelativa a ficção *Westworld*. Ela instancia, desde logo, nalgum modo, o célebre dilema enfrentado pelo pastor



Giges (Platão, *República*, 395d-360d) a partir do momento em que achou o anel que lhe conferia o poder de permanecer invisível. Teríamos comportamentos eticamente reprováveis – e.g., matar, roubar – se estivéssemos seguros de não sermos identificados como seus autores? No imaginado parque temático *hi-tech* o problema apresenta-se de outro modo: se presumirmos que a sua população de andróides não pertence à categoria do humano mas a outra supostamente inferior, de tal modo que genuinamente não possa ter sofrimento físico ou psíquico, ainda que o consiga simular de forma incrivelmente persuasiva, teríamos a coragem de maltratá-la?

Coloco o assunto em termos desta virtude (intelectual e prática)



porque suponho que para tomarmos uma tal decisão teríamos de estar completamente confiantes, para além de qualquer dúvida razoável, de que nenhuma espécie de consciência e de capacitação para o sofrimento evoluíram em tais entes artificiais. Isso, porém, pressupõe dispormos de critérios de demarcação (teórico-empíricos) absolutos para consciência e não consciência, para sofrimento e não sofrimento, para humano e não humano, algo que, de todo em todo, acontece.

Mas, se um tal recinto tão tecnologicamente sofisticado vier realmente a existir, será um potencial laboratório de psicologia moral, onde experimentos sobre as nossas motivações, propensões,



sensibilidades e judicações morais, seja no plano individual ou no coletivo, poderão não somente aumentar a nossa compreensão sobre a natureza, a estrutura e a dinâmica da conduta ética, como conferir-nos o inquietante poder de prever com bom grau de certeza se e quando vamos comportar-nos de modo eticamente correto.

23/12/2016

APANHEM-NOS SE PUDEREM, DIZEM A TECNOLOGIA E A CIÊNCIA À LEI E À ÉTICA

Em 2008, quando se preparavam no colisor de hadrões do CERN experimentos replicativos das condições do universo frações de segundo após o suposto Big Bang que provocou a sua génese, surgiu o temor de que as estonteantes velocidades alcançadas pelos feixes de partículas e as elevadíssimas temperaturas atingidas pela aparelhagem pudessem criar um pequeno buraco negro e que esse desencadeasse um cataclísmico efeito geofágico. Com o intuito de



prevenir tal catástrofe, deu entrada no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, em meados desse ano, uma ação legal interposta para parar os experimentos. Essa instituição cedo fez saber, pelo seu porta-voz, que precisaria de alguns anos para apreciar o caso na sua complexidade. Em reação, um jornalista presente terá dito “então, se um buraco negro engolir a Terra em 2012 teremos pelo menos a consolação de saber que era ilegal” (If You’re Reading This, Perhaps All is Well, *Daily Telegraph*, 10.09.2008).

Esta anedota que aqui reconto é ilustrativa de um problema cuja seriedade não para de aumentar: o do crescente sincopar que se verifica entre o ritmo da inovação e desenvolvimento científico e



tecnológico e a capacidade da esfera normativa para o regular.

Na verdade, temos dois problemas relativamente independentes: o do chamado “atraso ético”, isto é, o da crónica dificuldade do tempo da reflexão filosófica acompanhar *pari passu* as implicações morais das tecnologias emergentes; e o do “desfasamento legal”, ou seja, das estruturas, instituições e processos jurídicos produzirem eficácia no controlo dessas tecnologias.

Evidências de vária ordem atestam que, de facto, se trata de um problema real. Com efeito, temos indicadores estatísticos que revelam, por um lado, um crescimento exponencial em aceleração nos últimos três séculos – após a primeira



revolução industrial, portanto – da força de trabalho tecnocientífica, do número de patentes, de publicações especializadas, do volume de novo conhecimento tecnocientífico produzido, e, por outro lado, que não somente as molduras jurídicas existentes estão praticamente obsoletas, porque baseadas numa visão algo estática das sociedades e dos sistemas tecnocientíficos atuais, mas também que as instituições legais, nomeadamente de governo, agências reguladoras e tribunais, parecem cada vez mais impotentes para lidarem com a complexidade e a velocidade do fenómeno da inovação tecnocientífica, em especial com o modo como são transferidos para o domínio socioeconómico e o pervadem.



Em rigor, não se pode dizer que se trata de um fenómeno sem precedentes, porquanto encontramos na nossa história civilizacional esse padrão de constante antecipação da tecnologia em relação à lei e à moral e da consequente necessidade das últimas se irem reajustando ao fluxo das novidades. E também sabemos que no final o direito e a ética nunca deixaram de recuperar o seu império. Todavia, o que inquieta agora é que essa situação tenha radicalmente mudado e que as tecnociências emergentes já não possam ser controladas em tempo útil, em tempo de prevenir e/ou impedir que as incertezas e riscos nelas envolvidos adquiram a expressão de danos irreversíveis.

O dilema básico que hoje enfrentamos parece ser, pois, o de optarmos entre tentar retardar ou até parar o ritmo do progresso científico ou de procurarmos robustecer a sensibilidade e adaptabilidade da esfera normativa à vertigem da evolução tecnocientífica. Mas sabendo como as coisas se passam, diria que essa escolha é fútil e que só nos resta a última via.

06/01/2017

A ARTE DA EXTRAPOLAÇÃO TECNOLÓGICA

Tipicamente, no final de cada ano surgem previsões de todo o género para o ano seguinte, nos meios de comunicação social, particularmente na imprensa escrita. O ano 2016 não foi exceção. Um dos géneros que sempre suscita interesse é o das chamadas “antecipações tecnológicas”, neste caso para 2017.

Uso o termo mais genérico “antecipações” para recobrir duas formas (pelo menos) de prolepse em relação ao curso tecnológico: (a) as previsões (*predictions*), formuláveis em

enunciado doxásticos disjuntivos do tipo “acredita-se que a tecnologia x ocorrerá-ou-não emergirá no ano y”;

(b) as projeções (*forecasts*), expressáveis em enunciados doxásticos probabilísticos do tipo “acredita-se que há maior-ou-menor probabilidade da tecnologia x aparecer no ano y produzida pela organização z”. Como se percebe, a diferença entre previsões e projeções não é de natureza, mas de grau de especificação.

Todavia, o conceito de “antecipação tecnológica” pode ser encarado como ambíguo ou, noutra perspectiva, como densificável, isto é, como podendo receber sentidos vários. Assinalo aqui três. Em primeiro lugar, poderá servir para referir

modificações em tecnologias existentes que se supõe que ocorrerão muito em breve. É o exercício que encontramos, por exemplo, na *Techradar* do passado dia 29 de dezembro, no artigo *Tech in 2017: 10 big things to look forward to in the New Year*, onde para além do iPhone 8 e do Surface Pro 5, se conjectura o aparecimento também em 2017 de novos e menos dispendiosos óculos de realidade virtual, da vulgarização dos chamados “*wearables*” ou da disseminação de dispositivos domésticos inteligentes pelos lares.

Mas poderá ser usado para denotar, em segundo lugar, a emergência de inovações tecnológicas mais improváveis. O *New Statesman* de 30 de dezembro, por exemplo, optou

por esse enfoque, prognosticando audaciosamente que no ano em que acabámos de entrar existem francas probabilidades de virmos a dispor de robôs *chefs* nas nossas cozinhas, de baterias de carregamento instantâneo (ou quase) ou de detetores de notícias jornalísticas falsa.

E poderá ainda ser empregue para referir tecnologias especulativas, isto é, que têm probabilidades mínimas de vir a surgir no curto prazo, mas... Veja-se, a esse propósito, o artigo do *The Guardian* da última terça feira From self-walking shoes to full-body Airblades, the amazing tech 2017 should deliver, onde mais sob a forma de vã ilusão que de convicção informada se imagina, no limiar do possível, que talvez venhamos a dispor



muito brevemente de secadores nas nossas casas de banho para o corpo inteiro, de sapatos que se automovem ou de um comprimido que, em segundos, elimina o efeito do álcool no nosso organismo.

Esta prática de protensão cognitiva tem história longa e talvez esteja mesmo enraizada numa propensão antropológica. Já que seja feita nas viragens de ano é, por certo, mais recente e mais difícil de entender no seu porquê.

Todavia, não nos podemos esquecer que o seu valor epistémico não alcandora à ciência certa, antes a uma espécie de arte expedita, pois o futuro é, por definição, indeterminado, imprevisível e, *eo ipso*, insondável. Para além disso, convém também não

esquecer, como ensinou Michael Akeroyd, em *A practical example of Grue* (1991), parafraseando Nelson Goodman em *Facto, Ficção e Previsão* (1955), que o que conhecemos sobre o desenvolvimento de uma tecnologia pode revelar-se “regulático”, isto é, regular até um momento t , digamos o final de um ano, e errático, após esse momento t .

20/01/2017

É POSSÍVEL OU DESEJÁVEL UM TRADUTOR LINGUÍSTICO UNIVERSAL?

A existência (atual e pretérita) de uma miríade de línguas diversas é um facto. Segundo a Sociedade da Linguística da América, no final da década passada o seu número rondava as 7000.

Aqueles que acreditam num Criador de todas as coisas pasmam com tal profusão idiomática e julgam virtualmente insondável a razão última por detrás dela. Os demais partilham desse espanto e conjeturam uma árvore de dialetos enraizada numa

protolíngua que já só pode ser imaginada. Uns e outros, todavia, enfrentam um mesmo problema prático: como conseguir comunicar (eficazmente) nesta Babel?

Duas vias para tentar resolvê-lo – e não apenas atenuá-lo com paciente e hábil trabalho de emparelhar vocábulos e expressões de línguas dissímeis – têm sido sonhadas: criar uma língua ecuménica *versus* engenhar um dispositivo de tradução instantânea de qualquer língua.

As várias pasigrafias, ou sistemas linguísticos que correlacionam símbolos e conceitos, a começar no concebido pelo teólogo luterano alemão Daniel Jenisch em 1796. o Esperanto, língua artificial projetada pelo médico polaco judeu



Ludwik Zamenhof em 1887 e a linguagem pictórica internacional “ISOTYPE” saída do génio do sociólogo, economista e filósofo da ciência austríaco Otto Neurath em 1936, são exemplos de aproximações da primeira.

A segunda, em contrapartida, tem sido sobretudo alimentada na ficção tecnocientífica. Foi supostamente o novelista estadunidense Murray Leinster quem primeiro a sugeriu em *First Contact* (1945), mas a hipótese de um tradutor linguístico universal foi popularizada em *Star Trek* pela oficial de comunicações da nave Enterprise Hoshi Sato.

No mundo real, desde o início da década que Google e Microsoft, por

exemplo, vêm desenvolvendo tecnologias de tradução rápida. A máquina multilingue “Microsoft Translator” alojada pela empresa de Redmond na sua nuvem traduz de mais de 50 idiomas.

Mais recentemente, no entanto, o “Pilot” saído dos laboratórios da Waverly promete revolucionar – por ser relativamente acessível (menos de 200 euros) e bastante fiável – o modo como comunicamos globalmente. Resumidamente, para que essa geringonça funcione são precisos apenas dois pares de auscultadores e um *smartphone* ligado à Internet. Com esse *hardware* e uma *app* instalada basta falar para o microfone do aparelho (e.g., em português) e os dados são traduzidos *on-line* e



transmitidos para os auscultadores de um recetor (e.g., em chinês) permitindo uma conversa em tempo real.

Na verdade, o que o Pilot permite é pegar numa língua que nos seja estranha e fazer com que ela fique minimamente compreensível no nosso vernáculo. Isso, porém, fica muito aquém do que se espera de um tradutor universal. Com efeito, exige-se que nos habilite não só a falar uma língua de modo fluente, isto é, ao nível de um falante nativo, e não vacilante e arrevesado, mas também que incorpore a pluralidade de entoações e dicções, de frases idiomáticas, de gírias e jargões, de expressões humorísticas subtis e culturalmente modeladas, que reconheça e corrija

erros de pronúncia, que se adapte a pessoas com algum problema de fala, etc., etc.

Mas isso nem o Pilot nem qualquer tradutor automático comercializado consegue para já satisfazer. No entanto, essa senda está aberta e em franca evolução, de modo que quem esteja envolvido com a aprendizagem de línguas estrangeiras mais se deparará com as seguintes questões: continuará a valer a pena fazê-lo ou estamos perante mais um domínio da atividade humana ameaçada de extinção pelo progresso tecnológico?

03/02/2017

SERÁ BOA IDEIA CRIAR UMA TRIBUTAÇÃO ESPECIAL PARA ROBÔS?

Benoît Hamon, o recém-escolhido candidato do PS às presidenciais francesas em abril próximo, afirma no seu programa que ambiciona, se for eleito, “instituir um rendimento universal de subsistência (*revenu universel d’existence* RUE) para erradicar a grande precariedade e ajudar a estabelecer uma nova relação com o trabalho” e “criar uma taxa sobre a riqueza gerada por robôs a fim de financiar a proteção social e financiar prioritariamente medidas

como o RUE” – na esteira de propostas similares feitas pelo seu correligionário, há meses falecido, Michel Rocard.

Em aparência benévolas – mas também com um travo demagógico – estas ideias merecem ser examinadas e criticadas com atenção. Por limitações de espaço, considerarei aqui, e apenas em *survol*, a que se prende com a taxação de entidades robóticas. Repare-se, contudo, outras duas são dignas de indagação metódica: a de instituição de um RUE (não confundir com o rendimento básico incondicional), por um lado, e a de usar um novo tributo fiscal para financiar esse RUE, por outro lado – esta última não é de todo original, porquanto no Relatório Preliminar 2015/2103-INL que

a Comissão para as Leis Civis em Robótica do Parlamento Europeu apresentou em 31 de maio passado, isso mesmo se recomenda.

O principal argumento em suporte da ideia parece fácil de articular e ainda mais de popularizar: (a) se robôs vão substituindo pessoas em cada vez maior número e a um ritmo cada vez rápido, (b) e se prevê que o “desemprego tecnológico” (mesmo que cíclico e com efeitos compensatórios a longo prazo) aumente no curto ou médio prazo, (c) e, em razão disso, que os descontos para a segurança social vão diminuir e a sua viabilidade ficar mais ameaçada, (d) aumentando as entidades empregadoras, sobretudo privadas, plausivelmente, os seus ganhos e



lucros, (e) então afigura-se socialmente justo lançar tal nova contribuição fiscal.

É verdade que alguns contestam que os robôs já são tributados com impostos pagos pelos seus proprietários tanto na sua aquisição como no posterior uso que lhes dão de ferramentas produtivas. Porém, a taxa que Hamon promete criar visa mais fundamentalmente contribuir para o fim político da preservação da estabilidade social, uma vez que o desemprego, em especial quando muito elevado, gera aflição naqueles que o vivem, mas também inquietação na sociedade em geral e, *eo ipso*, nos detentores das firmas que “empregam” robôs em substituição de pessoas.



Uma objeção talvez mais significativa é a que pode ser dirigida à sua implementação. E, de facto, como pôr em prática essa medida? As dificuldades começam logo com o que se considera ser um robô. Deverá exigir-se que tenha uma compleição física ou um programa de computador, um “bot” (diminutivo de “robot”) ou aplicação informática que simula ações humanas rotineiras, também se qualifica? E que rácio serviria de referência: um, dois, três, quantos robôs equivaleriam a um trabalhador humano?

A opugnação, todavia, que de todo pode ser expungida prende-se com a eventual dupla consequência indesejável que uma medida desse tipo pode acarretar: induzir ineficiência

económica, na medida em que as empresas serão artificialmente incentivadas a contratar pessoas, mesmo quando entidades robóticas são mais capazes e, ao mesmo tempo, desencorajar o investimento das mesmas na inovação tecnológica.

Entre nós, com a característica imoderada voracidade do fisco, que até os raios solares tributa, dou por certo que esta ideia não tardará a inspirar os nossos governantes.

17/02/2017

NO FUTURO SEREMOS “ESPEMPOS”?

Quase toda a gente sabe já o que são os dispositivos RFID (lê-se “árfid”) – “Radio-Frequency IDentification” – sucessores dos conhecidos códigos de barras, mais não seja porque nalguma loja de um qualquer centro comercial se viu envolvido ou foi testemunha do embaraçoso acionar do estridente bip-bip-bip do alarme ao sair com um produto não desativado que comprou.

Menos pessoas sabem, todavia, que essa tecnologia tem vindo a desempenhar um papel fundamental



na chamada “Internet das Coisas” e a contribuir decisivamente para a concretização de duas ideias tecnocientíficas com um alcance social e político muito grande: a de “computação ubíqua”, que foi originalmente proposta por Marc Weiser, cientista da Xerox, visando o crescente embutimento de computadores (sempre mais miniaturizados) em objetos que, desse modo, passam a operar de modo inconspícuo; e a de “informatização do mundo”, que seria o corolário lógico da primeira, entendida como ambiciosa meta da era pós-industrial, não somente de tornar todos os artefactos saídos dos seus sistemas de produção em híbridos, isto é, objetos com uma dimensão física

inextricavelmente ligada a outra informacional (pense-se, e.g., nos livros que vão deixando de levar ostensivos códigos de barras e passando a ter dispositivos RFID muito finos colados internamente nas lombadas e, mais recentemente, colocados em pontos algures no próprio texto) mas também estender esse processo a não-artefactos, a coisas naturais e entidades vivas, associando-lhes camadas de informação, aumentando desse modo, num certo sentido, a realidade (e.g, QR-code junto a espécimes botânicos, em jardins, que podemos ativar com um *smartphone* e obter informação a seu respeito).

O que acabei de descrever encontra-se no domínio do

(relativamente) familiar. Mas personalidades como Bruce Sterling – escritor de ficção científica, teórico dos média – projetam visões do futuro em que, por efeito da disseminação dessas tecnologias, surgirá um novo tipo de objeto: o “spime” (**s**pace and **t**ime) – em português seria “espempo” (**es**paço e **tempo**) –, ou seja, localizável em qualquer lugar e a qualquer momento.

À primeira vista, objetos desse tipo poderão parecer uma boa solução para, por exemplo, desincentivar roubos. Porém, como terão dimensões reduzidíssimas, a ponto de ficarem encaixados, disfarçados, no que quer que seja, é legítimo afirmar que lhes inere um potencial para servirem fins biopolíticos de controlo totalitário, algo

que nos deve suscitar profunda preocupação.

Com efeito, muito para além do seu propósito inicial, nos anos 1980, de uso na localização de objetos sumidos ou animais desaparecidos, temo-los, desde o início deste século, também em presos domiciliários (com as conhecidas pulseiras eletrónicas), em idosos (inseridos nas suas roupas, *wearable technology*, monitorizando os respetivos sinais vitais e permitindo encontrá-los no caso de se perderem) e, mais recentemente, em bebés, particularmente recém-nascidos (estão a celebrar-se as meiazinhas e as fraldas inteligentes, isto é, com sensores que analisam, em contínuo, os níveis de oxigénio e a composição da sua urina, enviando os dados para uma

app instalada nos *tablets* de pais e pediatras). Enfim, a não muito longo prazo podemos conceber que não somente teremos de habituar-nos a uma nova ontologia, aquela em que os objetos, entendidos no seu sentido clássico, desapareceram, cedendo lugar aos ditos “espempos”, mas também a que nós próprios nos tenhamos tornado em entidades desse tipo.

03/03/2017

CIBATLO: PROVAVELMENTE O MAIS IMPORTANTE EVENTO DO MUNDO

A Natureza é estranhamente ambivalente, quiçá dúplice: parece funcionar, ao mesmo tempo, como um laboratório experimental, o maior que existe, e como um agente experimentador, o mais experiente de sempre. Neste laboratório em incessante atividade, todos os dias há experiências que correm mal: hoje alguém nasceu sem um braço, ontem alguém desprovido de visão, antes de ontem outrem com paralisia cerebral e



assim por diante. A natureza exhibe pródiga teratologia.

Interessantemente, nós, os seres humanos, também apresentamos uma constituição dual: somos parte dessa Natureza e, todavia, excesso em relação a ela; e isso quer dizer, entre outras coisas, que podemos reparar os seus erros ou, pelo menos, tentá-lo. Num certo sentido, a chamada capacidade tecnológica consiste nesse poder. Ela insere-se, penso, num processo antropológico complexo, desencadeado pela rejeição da fatalidade e que evolui para a calma confiança na sua superação, para a proatividade em alcançá-la, para o entusiasmo na sua aproximação e culmina no realimentar do desejo de prosseguir nessa transcendência –



parafrazeio aqui, claro, em termos mais positivos, o popularizado modelo dos cinco estádios psicológicos que supostamente atravessamos na sequência de uma tragédia, que Elisabeth Kübler-Ross elencou em 1969 em *Sobre a morte e o morrer*: negação, raiva, negociação, depressão e aceitação.

Inere, pois, a essa capacidade tecnológica um impulso moral, orientado tanto para reparar os malogros da Natureza como para aperfeiçoar tudo o que ela produz. E uma das suas expressões mais recentes e belas foi a da organização, pelo Instituto Federal de Tecnologia de Zurique, em 8 de outubro passado, da primeira edição do Cibatlo (“ciber” para controlo e “atlo” para competição;



em inglês: Cybathlon), uma prova internacional de características desportivas para pessoas com limitações de vária ordem que podem usar nela as chamadas “tecnologias assistenciais biónicas” (próteses robóticas, interfaces cérebro-computador, exosqueletos energizados, etc.).

O seu alcance afigura-se-me tremendo, sobretudo depois ter ouvido o anúncio há dias de que a segunda edição terá lugar dentro de 4 anos. Nesse intervalo temporal é de prever que nas seis disciplinas da competição – interfaces cérebro-computador, estimulação elétrica funcional, bicicletas adaptadas, próteses biomecatrónicas de membros superiores e de membros inferiores,



exosqueletos autónomos e cadeiras de rodas motorizadas – venhamos a ter progressos dramáticos.

Ele representa, por conseguinte, um forte incentivo não somente para que os que têm incapacidades físicas e cognitivas várias se superem, mas também para que quem trabalha na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistenciais – isto é, de dispositivos de auxílio, adaptação e reabilitação para aquelas – se empenhe ainda mais. O contributo que pode dar para que pessoas com tais limitações vejam a sua qualidade de vida enormemente melhorada, nomeadamente através de maior autonomia na realização de tarefas e de maior operabilidade nos ambientes em



que quotidianamente se movem é razão bastante para aplaudir a sua criação.

Esperemos, portanto, que em 2020, para além dos para-atletas em competição – que se esperam ser mais que os 73, provenientes de 25 países, na edição de arranque – os investigadores (neurocientistas, engenheiros biomédicos, especialistas em cinesiologia, etc.) envolvidos – quase 300 do outono de 2016 – nos surpreendam, espantem, maravilhem e mostrem que a tecnologia também serve o bem.

17/03/2017

PÓS-INTERNET

Em pouco mais de 20 anos, a Internet passou de uma curiosidade a um bem de primeira necessidade. Calcula-se que no início de 2017 os seus utilizadores – isto é, pessoas com acesso à mesma a partir de casa – chegaram a 3,5 mil milhões. E bom número deles dirá que se tornou quase impensável passar sem ela.

Todavia, se experimentarem digitar no Google a expressão “fim da Internet” (em inglês, claro!) recebem o incrível resultado de cerca de 711 milhões de páginas a seu respeito. Imaginem que gastavam 1 segundo

apenas a consultar cada uma delas; precisavam de mais de 8 dias, sem pausas, para o fazer.

Mas que significa essa expressão? Pelo menos três coisas. Desde logo serve para referir um divertimento (iniciado na década de 1980) conhecido como a “última página da Internet” ou, se preferir, um popularizado meme no ciberespaço. Veja-se, por exemplo, em www.theendofinternet.com, onde se lê: «Parabéns!!! Você encontrou O Fim da Internet!! Você já viu tudo o que vale a pena ver no mundo virtual, por isso, desligue o computador e saia pela porta para enfrentar a realidade. Conheça pessoas na vida real, converse com elas cara a cara, brinque com as crianças na rua. Você é livre de



fazer o que quiser. Obrigado por visitar a Internet, esperamos que tenha gostado a navegação».

Uma significação alternativa é a daqueles que falam do fim da Internet “tal como a conhecemos”. E neste caso temos uma bifurcação que aparta os que anteveem uma sua evolução mais sóbria dos que lhe conjeturam alterações mais dramáticas.

No primeiro grupo encontramos Sir Tim Berners-Lee, o reputado físico e cientista da computação britânico que propôs a sua criação. Com efeito, no passado domingo, 12 de março, decorridos 28 anos dessa sua iniciativa, recordou numa mensagem exposta na Web Foundation intitulada “Three challenges for the web”: “maginei-a como uma plataforma aberta,

permitindo que quem que seja, onde quer que esteja, possa partilhar informações, aceder a possibilidades e colaborar através de fronteiras geográficas e culturais. De muitas maneiras, a web tem conseguido concretizar essa visão, embora tenha sido uma batalha recorrente mantê-la aberta. Nos últimos 12 meses, contudo, tenho estado cada vez mais preocupado com três novas tendências, que acredito que devemos combater para que a web possa alcançar seu verdadeiro potencial como ferramenta a serviço de toda a humanidade.”. Estas tendências em intensificação são as da crescente perda de controlo sobre nossos dados pessoais, da excessiva facilidade com que se dissemina desinformação

(informação má ou enganadora) e do marketing político que, cada vez mais frequentemente, se alimenta destas duas outras tendências, para manipulação de processos eleitorais e perverter práticas, processos e instituições democráticos.

Já no segundo grupo, mais heteróclito, encontramos quem pretenda, mais radicalmente, alterar a própria infraestrutura da Internet, nomeadamente regionalizando-a. Uma dessas propostas, invocando razões de segurança e defesa nacionais veio da Chanceler alemã, Angela Merkel, que reivindica a necessidade da criação de uma rede pan-europeia (fechada) de computação em nuvem, uma variante do que Daniel Castro, presidente da Fundação Information Technology and

Innovation, denominou “nacionalismo de dados”, isto é, da política que determinados países desejam de manter informações “críticas” armazenadas em servidores alojados no seu espaço físico.

A velha Internet está (provavelmente) morta! Viva a nova (?) Internet!

31/03/2017

QUÃO DIGNA DE CONFIANÇA É A TECNOLOGIA?

Podemos definir “confiança” como o grau em que se acredita na veracidade de algo. Quando esse algo são artefactos (e.g., um micro-ondas ou um computador) e sistemas tecnológicos (e.g., um GPS ou um sistema de controlo de tráfego aéreo) o que está em jogo é a maior ou menor convicção que teremos sobre se se irão comportar ou se se comportam tal como foram concebidos e para o(s) propósito(s) para que foram concebidos.

Não será difícil imaginar uma linha com duas extremidades que representariam de modo ideal os tecnocéticos absolutos, numa delas e os tecnocrédulos completos, na oposta. Digo de modo ideal, porque julgo ser praticamente impossível encontrar alguém que assuma um ou outro desses posicionamentos radicais, sendo antes mais plausível que, seja quem for, conserve uma (des)confiança variável em relação à Tecnologia ou, mais especificamente, em relação a esta(s) ou aquela(s) tecnologia(a) particular(es).

O que então faz as pessoas aproximarem-se mais de um ou outro desses polos? Possivelmente o que, em primeiro lugar, determina o grau de confiança em qualquer tecnologia é a

perceção que se tenha da fiabilidade do seu funcionamento. Com efeito, quando algo (artefacto ou sistema tecnológico) deixa de funcionar como esperado ou como vinha até então a fazê-lo ou simplesmente deixa de todo de funcionar a propensão para a desconfiança aumenta. Poderá ser um simples relógio que começa a atrasar-se cronicamente ou um telemóvel cuja bateria solicita recargas sempre mais cedo. Mas poderá igualmente ser quando tecnologias mais críticas, como a submissão *online* da declaração anual de IRS ou análises bioquímicas ao sangue não acusam determinadas substâncias nocivas efetivamente nele presentes. Em casos como estes a desconfiança resulta da frustração e cria ansiedade.

Depois, essa confiança também tende a baixar quando uma tecnologia não consegue impedir com eficácia que informação pessoal (mesmo íntima) caia em posse alheia ou que domínios privados onde ela se encontra sofram devassa e inclusive destruição. Logo nos ocorrem aqui, como exemplos fáceis, situações em que pessoas se viram subitamente com enormes dívidas para pagar após os seus cartões de crédito terem sido clonados ou foram vitimadas por *software* malicioso (e.g., vírus) que lhes bloqueou ou arruinou os seus infetados computadores. Neste tipo de casos a desconfiança deriva da insegurança e, subindo de tom, desemboca no receio.

Por fim, e para me cingir a três possíveis fatores indutores de

(des)confiança numa tecnologia, estaria o do risco dela poder gerar consequências indesejadas, seja em termos físicos seja em termos morais. Uma ilustração para as primeiras seria a do uso de dispositivos eletrónicos, como telemóveis, em grande proximidade com o nosso corpo e a suspeita de que as radiações que emitem possam causar perturbações oncológicas. Já para as segundas o consumo de moduladores do humor (e.g., antidepressivos) poderá ajudar no controlo de transtornos afetivos, mas também gerar inquietação relativamente aos seus efeitos secundários, entre os quais o de perda de autenticidade emocional ou o sentimento de despersonalização. Casos assim assentam na consciência

da perigosidade e suscitam alarme, quando não pânico.

Será, pois, de esperar que, controlados esses três fatores (fiabilidade, segurança e risco), pelo menos, o grau de confiança numa tecnologia – e, em última instância, na Tecnologia em geral – aumente. Mas, claro, a nossa relação com o artificial é mais exigente do que isso.

14/04/2017

ESTRANHAS FORMAS DE PROGRESSO TECNOLÓGICO

Toda e cada tecnologia, pela sua natureza ambivalente, pode ter duplo uso, isto é, servir tanto para o bem como para o mal, para o progresso como para o retrocesso, para a civilização como para a barbárie. Apesar disso, quando ouvimos a palavra “tecnologia” parecemos apenas reter, certamente por hábito firmado, as conotações positivas que ela leva; continuamos, por conseguinte, a associar mais facilmente tecnologia sobretudo a progresso.

Embora esta última palavra signifique literalmente “marcha ou movimento para diante” (do latim *pro*, para a frente e *gressus*, andar), não implicando, por isso, qualquer juízo de valor (apesar de a raiz de *gradior*, *gressus* ser *gradus*, “andar a passo” e, por extensão semântica, graduar) ela afigura-se-nos quase sempre sinónima de avanço e melhoramento. Assim, quando pensamos n(um)a tecnologia logo criamos expectativas de progresso, isto é, de obter algum ganho com ela que antes não tínhamos. É evidente que, muitas vezes, quando substituímos uma tecnologia por outra que promete ser melhor, apurar se, de facto, se verificou um progresso é mais complexo porque envolve um cálculo sobre se as supostas vantagens de

adotar a mais recente superam inequivocamente os custos de desistir da mais antiga – é o que costuma acontecer quando fazemos um *upgrade* de um *software*: temos de ponderar se as novas funcionalidades oferecidas justificam o tempo que teremos de investir na sua aprendizagem.

Vejam os dois casos do meu (e de tantos) quotidiano profissional. Até há não muitos anos para elaborar um sumário de uma aula recorria a duas tecnologias ímpares: o papel e a caneta. Em dois ou três minutos redigia o número da lição, a data, as horas, o título e a descrição sucinta do que havia feito na sessão letiva. Entretanto, essas duas tecnologias foram substituídas por uma plataforma eletrónica em que só para chegar ao espaço de inserção

do sumário levo o triplo do tempo antes gasto para registrar toda a informação que referi. Será progresso tecnológico? E nem vale a pena argumentar-se que a substituição do papel pelos *bits* e *bytes* cria valor ecológico, porque, como bem se sabe, o chamado “lixo informático” é bem mais lesivo do ambiente que a pasta de papel.

Mais recentemente, também a rotina anual de elaboração de horários letivos sofreu uma interessante atualização. O que tínhamos no passado não muito distante era a elaboração dos mesmos, igualmente usando papel e caneta, pela parte dos diretores dos cursos de cada ciclo. Depois... depois veio a proposta de passar a fazê-los numa tabela em Word;



e cedo se reivindicou que seria melhor produzi-los numa folha de cálculo Excel; e não demorou até que alguém afiançasse a necessidade de ser criada uma sofisticada plataforma eletrónica na própria escola para esse fim, que, ato contínuo, passou a mobilizar uma tropa de docentes durante um irrazoável período de tempo para alimentá-la com dados e mais dados; reparou-se, entretanto, que a dita plataforma não era compatível – isto é, interoperável, como hoje se prefere dizer – com aquela outra que é oficialmente usada pela Universidade e, pasme-se, alguém outro sugeriu que se deveria desenvolver uma *app* para compatibilizar as duas plataformas – algo que, mesmo que tivesse ido por diante, não eliminava a desnecessária

redundância – e... Será isto progresso tecnológico?

Poderia continuar com os exemplos, mas julgo que ficaram com uma ideia das estranhas formas que o progresso tecnológico pode assumir.

28/04/2017

AMBIVALÊNCIAS NA(S) TECNOLOGIA(S)

Não infreqüentemente se confunde a questão da natureza da Tecnologia, aquilo que ela é, com a questão do seu uso, aquilo para que serve ou para que foi criada. Porém, a questão ontológica é independente da questão pragmática, ainda que ambas sugiram que uma característica fundamental da Tecnologia em geral, de qualquer tecnologia particular, seja a ambivalência, a contínua flutuação entre propriedades e aplicações contraditórias que provoca uma

inconstância altitudinal e sentimental a seu respeito.

A primeira variação concerne à sua “essência”. Com efeito, a Tecnologia é tanto uma construção social, enraizada em processos poiéticos cooperativos humanos, portanto, quanto uma realidade objetiva, uma esfera com vida própria, independente e autónoma dos sujeitos individuais, que alguns, por analogia com a biosfera, denominam de tecnosfera.

Essa variação, contudo, liga-se a uma outra, aquela que respeita aos produtos que integram essa mesma tecnoesfera, e que tanto podem ser artefactos materiais (e.g., bicicleta), como aptidões (e.g., montagem da bicicleta) como conhecimentos (e.g., o



sistema de travagem da bicicleta); ou mesmo àquela que dá ênfase à dimensão praxiológica e que a perspetiva ora como produto da acção humana, ora como meio para acção humana, ora ainda como tipo de acção humana (acção técn(ológ)ica).

A Tecnologia, no fundo, é tudo isso ou, se se preferir, são esses os seus modos de ser.

Já a segunda variância radica no seu uso. Existe uma profusa literatura sobre as chamadas “tecnologias de dupla utilização”, isto é, tecnologias projectadas para terem a versatilidade de poderem servir, ao mesmo tempo, fins militares e fins civis. Um exemplo disso seriam os sistemas de navegação global e geolocalização por satélite, vulgo GPS.

Mas, pode perguntar-se, mais genericamente, se qualquer tecnologia não pode ser reconduzida a um outro par de usos eticamente (ou intencionalmente) motivados: gerar um conjunto de efeitos benévolos e, simultaneamente, um conjunto de efeitos malévolos. Isso significaria que o uso da Tecnologia seria, se não inteiramente, pelo menos em grande medida, dilemático, ou seja, implicaria sempre a necessidade de uma ponderação do bem e do mal relativos que pode gerar, não somente em termos de quantidade, mas também, ou até sobretudo, do seu género, sem menosprezar nesse cômputo moral as consequências não intencionadas que sempre pode vir a provocar.



E uma tal avaliação, acrescenta-se, será por vezes necessária no plano das atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico (design, conceção de protótipos, testes experimentais, etc.) – quando, por exemplo, se produzem materiais nanotecnologicamente modificados em laboratórios científicos deve antecipar-se o risco provável de eles virem a exhibir propriedades ofensivas do ambiente e da saúde humana – outras vezes no das de criação de conhecimento tecnológico para o fabrico, manuseamento e manutenção de artefactos (esquemas, diagramas, planos, modelos, etc.) – exemplo disso é a publicação de pesquisas sobre agentes patogénicos altamente virulentos que colocam ao dispor de

criminosos e terroristas modos de construir armas letais – e, claro, outras ainda no das de utilização dos últimos – um exemplo trivial seria o do aproveitamento da Internet para plagiar trabalhos académicos; muito embora a mesma Internet possa funcionar como instrumento para a deteção de fraudes desse tipo.

A Tecnologia, enfim, serve para tudo isso ou, o que dá igual, são esses os seus modos de poder ser.

12/05/2017

O CONTROVERSO EXPERIMENTO DO FACEBOOK

Em janeiro de 2012 o Facebook levou a cabo um experimento psicológico. Durante cerca de uma semana, a empresa estadunidense manipulou chamados “agregadores de notícias” (*news feeds*) – que, entre outras coisas, nos permitem ter reunidos numa página todos os cabeçalhos dos nossos jornais e revistas preferidos, sem o trabalho de visitar os respetivos sítios na Internet – tipicamente conhecidos como RSS (o mais usado atualmente é o Really Simple Syndication 2.0, identificado



por um ícone laranja com ondas *wi-fi* exibido aquando da existência de atualizações) de cerca de 700000 mil dos seus utilizadores. Estes dispositivos tecnológicos, da categoria dos *web bot* – programas informáticos que realizam automaticamente tarefas rotineiras na Internet – estão constantemente a atualizar em páginas de pessoas no Facebook que os seus seguidores consultam, detalhes sobre o que vão diariamente fazendo, onde e com quem, incluindo nessas reportagens fotos e vídeos a atestá-lo. A empresa presidida por Mark Zuckerberg levou a cabo essa pesquisa para tentar saber em que medida eram os utilizadores desses “agregadores de notícias” afetados pelo que iam lendo e vendo.



Assim, ao longo de vários dias a conhecida operadora de rede social observou os comportamentos desse número extraordinário de “sujeitos experimentais”, que representa uma minúscula parte dos atuais mais de 1.28 mil milhões de utilizadores ativos diários. O que em concreto ocorreu foi que os participantes no experimento (involuntários, já que o Facebook não solicitou antecipadamente consentimento explícito para nela participarem, alegando *ex post facto* que o havia garantido através de uma cláusula genérica inscrita no contrato de serviço) se viram expostos, metade deles, a enternecedores vídeos com gatinhos ou imagens de suculentos bolos ou de radiantes emoticons, ao passo que a outra metade recebeu



estímulos negativos na forma de relatos depressivos, imagens de pessoas enfermas e vídeos de conflitos sentimentais. A principal conclusão a que os investigadores chegaram foi a da existência do que designaram por “contágio emocional”: as pessoas expostas a *feeds* negativos revelaram maior tendência para postarem mais *feeds* negativos e as pessoas mais expostas a *feeds* positivos revelaram maior tendência para fazerem mais *posts* de *feeds* positivos. Isso parece significar que a natureza mais ou menos positiva das notícias induz comportamentos idênticos e, com o tempo, funcionam como reforço de estados psicológicos (humor) e atitudes correlatos.



Este experimento continua a provocar forte polémica. Dois aspetos em particular têm gerado especial inquietação e atenção. O primeiro concerne não tanto à realização deste experimento, mas sobretudo à generalização desta prática pelas operadoras de redes sociais. O colossal volume de dados que coligem sobre os seus utilizadores e que lhes permitem constantemente fazer estudos sobre os respetivos padrões comportamentais não apenas abre a porta para o regresso em força do indutivismo científico como, mais perigosamente, facilita processos de manipulação da conduta (por intermédio de publicidade dirigida, por exemplo) e até de engenharia social. O segundo prende-se com a

velha questão sobre se para que tais experimentos possam ser considerados legítimos basta que sejam apenas consonantes com a lei (assentimento dado aos termos e condições de utilização do Facebook) ou se se requer, para além disso, o seu esteio moral (a anuência informada e explícita dos implicados).

26/05/2017

BRINQUEDOS PERIGOSAMENTE INTELIGENTES

Lembram-se da Incrível Amanda (Amazing Amanda)? E da sua irmã Incrível Allysen (Amazing Allysen)? Pois é, estas duas bonecas que começaram a ser comercializadas pela Playmates Toys em 2005 têm mais de uma década. Mas podem continuar a ser compradas, por exemplo através da Amazon. Se encontrarem o seu vídeo promocional *online*, contudo, descobrirão que não se trata de umas bonecas quaisquer, pois são capazes de interagir com crianças de tenra idade, tipicamente raparigas,

mantendo com elas uma conversa fluida, entoando canções em conjunto, pedindo-lhes abraços, jogando com elas e rindo e chorando e exibindo expressões faciais outras em função dos seus supostos estado de humor.

As bonecas irmãs pertencem à categoria dos chamados brinquedos inteligentes (BI; *smart toys*) que não deve ser confundida com aquela dos brinquedos educativos, isto é, daqueles que ajudam as crianças que os manuseiam a explorarem capacidades suas e a desenvolverem a sua inteligência. Um BI é um brinquedo que, tirando partido de um conjunto de dispositivos eletrónicos (microprocessadores, microcontroladores, memória volátil e não volátil, unidades de input e output,



etc.) nele incorporado simula comportamentos humanos. Isso significa, antes de mais, que atua com rotinas ou padrões, incorpora informação nova e aprende, e adapta-se por reação a estímulos do meio circundante.

Mas talvez a característica mais notável dessa categoria de brinquedos é a capacidade integrada que cada um deles tem para interagir com outros brinquedos ou com computadores pessoais, mediante o controlo do *software* nativo (atualizável usando uma drive USB ou um cartão de memória) inclusive através da Internet.

Ora, é precisamente esta possibilidade de criação de uma “Internet de brinquedos” que tem vindo a suscitar crescente



preocupação, recentemente agudizada na última edição da Conferência Internacional One sobre Cibersegurança ocorrida em meados de maio no World Forum em Haia (Holanda) quando o prodígio da informática, de apenas 11 anos, Reuben Paul, fundador da CyberShaolin, demonstrou à audiência de especialistas no domínio como é fácil usar a funcionalidade Bluetooth para manipularmos um BI – no caso, urso de peluche – à distância e torná-lo num aparelho de espionagem ou bélico. O pequeno “ciberninja” parece ter impressionado fortemente todos de que podemos fazer isso com muitos dos nossos eletrodomésticos e veículos quotidianos, isto é, aproveitar a sua conexão à rede mundial de



computadores e tirar partido na sua condição de artefactos que, por definição, podem servir para propósitos que não aqueles para que forma originalmente criados.

Antecipando esta inquietação emergente com o potencial da Internet dos Brinquedos para gerar malefícios, o “Fórum para uma Internet mais Segura”, promovido pela Comissão Europeia, encetou no outono de 2015 uma reflexão sobre as suas implicações éticas. Centrados na questão “se o único limite para a inovação é a imaginação, onde devemos traçar uma fronteira moral para a Internet dos Brinquedos?” os participantes nessa discussão sugeriram que tentar dar-lhe uma resposta adequada passa, em boa medida, pelo exame crítico dos “dados

que dão vida a esses brinquedos” (e.g., que lhes permitem falar, expressar fisionomicamente), que os fazem funcionar, em suma, complementado por uma “narrativa normativa ético-legal” apropriada para orientar a sua correta utilização, partilha e desenvolvimento. Eis, pois, que mais uma promissora avenida da ética aplicada se abre.

09/06/2017

O LIVRO, UMA TECNOLOGIA DIFICILMENTE IGUALÁVEL

Quando pensamos em tecnologia, logo representamos nas nossas mentes coisas tais como carros, computadores ou telemóveis. Em contrapartida, só com dificuldade concebemos que lápis, afia-lápis e livros pertençam a essa categoria de artefactos. E há mesmo quem veja nestes últimos exemplos de objetos de eras pré-tecnológicas. Todavia, bem ao contrário, cada um deles constitui uma tecnologia com longa história, genealogia complexa e notável alcance civilizacional.

Concentremo-nos naquela, dessas três, que é talvez a mais culturalmente impactante: o livro. Pode encontrar-se nalguns sítios da Internet instrutivos vídeos sobre ela. Um dos mais interessantes, porventura, está neste endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=YhcPX1wVp38>. Aí, em tom humorístico, o livro é referido como um “dispositivo bio-ótico de conhecimento organizado” verdadeiramente revolucionário, dotado de características admiráveis e quase ímpares: trabalha sem ligação à rede, de modo que dispensa cabos, fios ou bateria para ser usado; não necessita ser recarregado, podendo funcionar por tempo ilimitado; nunca vai abaixo e assim nunca precisa ser reiniciado; é



compacto, portátil e manuseável em qualquer lado; e o seu modo de uso é muito simples: basta abri-lo e começar a desfrutar das suas vantagens. Prosseguindo no modo divertido aí se assinala também que cada uma das suas páginas – sequencialmente distribuídas e mantidas nessa ordem com a ajuda de um dispositivo chamado “lombada” – pode ser acedida com um simples deslizar do dedo e o seu conteúdo registado diretamente no nosso cérebro por varrimento ótico. A maioria dos livros, aponta-se ainda, vem equipada com a funcionalidade “índice” que permite localizar com precisão informação específica. No fim salienta-se que se encontram disponíveis vários acessórios opcionais suscetíveis de

melhorar a experiência dos seus utilizadores: o marcador de páginas, que permite abri-lo no exato ponto em que foi deixado na última sessão; o lápis, uma eficaz ferramenta de programação que possibilita a introdução de notas pessoais; e o leitoril, um dispositivo mãos livres para a sua mais cómoda utilização.

Isto vem a propósito de uma tese articulada por Umberto Eco nos seguintes termos: «As variações em torno do objeto livro não lhe modificaram a função, nem a sintaxe, há mais de quinhentos anos. O livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não se pode fazer melhor. Não se pode fazer uma colher que seja melhor que uma colher.» (16). Ela encontra-se na obra



recentemente vertida para o nosso idioma, mas originalmente publicada em 2009, *Não Contem com o Fim dos Livros*, que reúne uma série de conversas entre o conhecidíssimo pensador italiano e o guionista francês Jean-Claude Carrière, conduzidas pelo jornalista do *Nouvel Observateur*, Jean-Phillipe de Tonnac, sobre essa singular tecnologia que é o livro.

Não se pode fazer um livro que seja melhor que um livro, reivindica, pois, Umberto Eco. E isso, a meu ver, significa pelo menos três coisas: que quem se apressou a passar a certidão de óbito do livro impresso por consequência do aparecimento do livro eletrônico terá de rever essa funérea perspectiva; que quem se empenha em defender que o *e-book* é

tecnologicamente superior ao de papel terá de justificar melhor a preferência; e, generalizando, teremos de reavaliar quais as tecnologias que submetidas a reconversão para funcionar em suportes eletrônicos (ou também neles) constituem instâncias de inequívoco progresso para nós.

23/06/2017

HIPEROBJETOS, SUPERSUJEITOS E MEGA-EPISTEMOLOGIA

Timothy Morton vem argumentando, desde o início da década em curso, que o moderno conceito de “objeto” (e o seu eterno par: “sujeito”) não possui densidade epistémica suficiente para nos permitir a compreensão de fenómenos tão complexos quando desafiantes para o nosso modo de existir, como os de Capitalismo (*qua* sistema de produção e consumo), aquecimento global ou Antropoceno (a espécie humana a atuar como uma força geológica).

Segundo o filósofo britânico, que tem vindo a tornar-se cada vez mais influente no “mercado de ideias” global, em especial depois de ter publicado *Ecology without Nature* (2007), considerada já uma obra de referência da chamada “ecologia sombria” (*dark ecology*), seria melhor designá-los “hiperobjetos”, na medida em que, apesar de nós podermos ter deles experiência (sempre apenas de partes suas, claro), tipicamente com o auxílio de representações (dados científicos), nunca seremos capazes de os conhecer *in toto*, seja por causa da sua massiva dimensão espacial e temporal (ou, se se preferir, por transcenderem essas coordenadas de um modo específico), seja também por causa de, num sentido não metafórico,

estarmos presos dentro deles ou, como prefere o próprio autor, por eles nos trespassarem, metendo-se nas nossas mentes, corpos e conversas.

Ontologicamente, tais objetos não estão na categoria dos de trazer por casa, debaixo do nosso inteiro olhar e à mão, os “meso-objetos” sobre os quais a reflexão filosófica tradicionalmente tem incidido, nem dos “hipo-objetos”, como leptões e hadrões, cuja infimidade e efemeridade, a custo detetadas em sofisticadas aparelhagens tecnológicas operadas por talentosos experimentalistas, nos fazem duvidar da sua existência. E, no entanto, ainda que pela sua escala, porque feitos de relações entre um sem número de coisas distintas, não os vejamos, os

hiperobjetos parecem ser bem reais, autónomos e com poderes para retroagirem causalmente sobre os componentes que os fizeram emergir. Nos ensaios *The Ecological Thought* (2010) e *Hyperobjects: Philosophy and Ecology after the End of the World* (2013) Morton analisou detidamente esses cinco traços distintivos dos hiperobjetos: “viscosidade” (colam-se a tudo o que atingem), “liquidez” (pouca consistência espaço-temporal), “não-localidade” (independentes de realizações particulares), “multidimensionalidade” (não confinados às três dimensões que balizam a nossa perceção comum) e “complexidade” (formados por objetos heterogéneos interrelacionados).



Falta, todavia, uma epistemologia adequada para essa ontologia ampliada. Ela terá de ser desenvolvida repensando, pelo menos, três questões. Desde logo, a do sujeito cognitivo. Hiperobjetos necessitarão, porventura, de “supersujeitos” – entidades coletivas plurais, como equipas de investigação, comunidades epistémicas ou colégios (multigeracionais) invisíveis – para serem conhecidos. Isso implica desconstruir essa invenção moderna que é o “sujeito individual” e reinstaurar a primazia do coletivo, conservando, no entanto, as conquistas reflexivas daquele. Depois, a do acesso a tais hiperobjetos, ou seja, como é que, dada a sua dimensão e escala, podem ser realisticamente

representados e eficazmente manipulados. Por fim, e estreitamente ligada às anteriores, a da própria relação supersujeitos-hiperobjetos que, em termos epistemológicos não pode mais fundar-se sobre os princípios de separação e de funcionamento independente de um e outro. Aguardemos, pois, por essa hipertrófica epistemologia a fazer futuramente.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- A agonia do Eros* · 162
A guerra dos mundos
· 164
A ilha do doutor
Moreau · 164
A kudark · 210
A máquina do tempo ·
163, 167
A morte da Economia
· 130
A obsolescência do
homem · 150
A practical example
of Grue · 308
A retórica da
Economia · 134
A riqueza das nações ·
130
A visão em paralaxe ·
161
Abad, Leticia Arroyo
· 132

- Agamben, Giorgio ·
47
Akeroyd, Michael ·
308
Aldrin, Buzz · 33
Algee-Hewitt, Mark ·
224
Alvesson, Mats · 102
America, the
philosophical · 124
Anders, Günther · 150
Arantes, Pedro Fiori ·
17
Augé, Marc · 243
Austin, John · 123

B

- Bachelard, Gaston ·
246
Bacon, Francis · 246
Baudrillard, Jean · 262
Bauer, Nancy · 123
Bauman, Zygmunt ·
157

Berners-Lee, Tim ·
337
Bok, Sissela · 7
Breazeal, Cynthia ·
280
Brockman, John · 244
Bunge, Mario · 251
Bush (pai), George · 5
BusinessDictionary.com · 69

C

*Capitalismo,
Socialismo e
Democracia* · 200
Carlyle, Thomas · 131
Carrière, Jean-
Claude · 375
Castro, Daniel · 340

Ch

Chalupa, Leo · 247
Churchill, Winston ·
208

C

*CIS Occasional Paper
114* · 213
Clinton, Hilary · 273
*Código de Conduta
Ética (UMinho)* · 80

*Código do Imposto
do Selo* · 106
Coelho, Pedro Passos
· 6, 137
Costa, António · 10
*Criando capacitações:
o enfoque do
desenvolvimento
humano* · 159
Crichton, Michael ·
292
*Critical Management
Studies* · 102

D

*Da essência da
liberdade humana*
· 178
de Lagasnerie,
Geoffroy · 216
de Tonnac, Jean-
Phillipe · 375
Decken, Joseph · 283
Deleuze, Gilles · 103
*Dez Razões (Possíveis)
para a Tristeza do
Pensamento* · 178
Die Zeit · 231
*Digital Humanities
Manifesto 2.0* · 226
*Discurso ocasional
sobre a questão
dos negros* · 131
*Documento de Apoio
– Referencial de
Educação para a
Segurança, a*



Defesa e a Paz ·
188
du Bois-Reymond,
Emil · 234
Dunning, David · 183

E

Eco, Umberto · 374
*Ecology without
Nature* · 378
Ekberg, Anita · 56
Eneida · 58
*Esboços de crítica da
economia política*
· 199
Esferas · 160
Estatutos (UMinho) ·
79

F

*Facto, Ficção e
Previsão* · 308
Fellini, Federico · 57
First Contact · 313
Foot, Philippa · 285
Ford, Henry · 37
Forma, valor e renda
na arquitetura
contemporânea ·
17
Foster, Hal · 17
Foucault, Michel · 103
From self-walking
shoes to full-body
Airblades, the

amazing tech
2017 should
deliver · 306

G

Galison, Peter · 101
Galton, Francis · 239
Gernsback, Hugo ·
163
Good, Irving John · 62
Goodman, Nelson ·
308
Gorz, André · 151

H

Habermas, Jürgen ·
231
Hamon, Benoît · 317
Han, Byung-Chul ·
162
Hartwich, Oliver
Marc · 212
Hayek, Friedrich · 215
Heidegger, Martin ·
66, 118, 175
Hepburn, Audrey · 57
Hilbert, David · 235
Hipócrates de Cós ·
205
Hodge, David · 241
*Homo Sacer III: O que
resta de
Auschwitz. O*

arquivo e a
testemunha · 47

- Horgan, John · 233
Höss, Inge-Brigitt · 45
Höss, Rudolf · 45
*How to do things with
pornography* · 123
*How to do things with
words* · 123
Hyperobjects:
*Philosophy and
Ecology after the
End of the World* ·
380
-

I

- If You're Reading
This, Perhaps All
is Well · 298
Incompetentes e
inconscientes da
sua
incompetência ·
184
Ingold, Tim · 118
*Inventando a
realidade: a
política dos meios
de comunicação
social* · 51
-

J

- Jenisch, Daniel · 312
Joy, Lisa · 292

K

- Kaddis a meg nem
született
gyermekért* · 210
Kennedy, John F. · 259
Kennedy, Robert F. ·
259
Kertész, Imre · 208
Keynes, John
Maynard · 81, 149
Kremer, Johann Paul ·
44
Kruger, Justin · 183
Kubrik, Stanley · 280
-

L

- La dernière leçon de
Michel Foucault* ·
216
La Dolce Vita · 57
*La formation de
l'esprit
scientifique* · 246
Lansdorp, Bas · 31
Laudan, Larry · 197
Law, Jude · 280
*Lei da Liberdade
Religiosa* · 105
Lei n.º 66-B · 106
Leinster, Murray · 313
Lin, Xu · 76



Ll

Llorente, José Ramón
· 194

L

Lodge, David · 164
Lopes, Pedro Santana
· 109
Lourenço, Paulo · 95
Luyendijk, Joris · 129
*Lying: Moral Choice
in Public and
Private Life* · 7

M

Madary, Michael · 264
Mapeando o Futuro ·
27
March, James · 103
Marx, Karl · 199
Mason, Paul · 204
Mastroianni, Marcelo
· 56
McCloskey, Deirdre ·
133
Merkel, Angela · 339
*Metamorfoses do
trabalho* · 151
Metzinger, Thomas ·
264
Milburn, Gerard · 268
Mill, John Stuart · 131

Modernidade e

Ambivalência · 158
Moretti, Franco · 224
Morton, Timothy · 377

N

*Não Contem com o
Fim dos Livros* ·
375
Não deixe(m) que o
prêmio Nobel vos
engane. A
Economia não é
uma ciência · 129
Neurath, Otto · 313
New Statesman · 306
Nolan, Jonathan · 292
Non-existent
“neoliberals” and
“neoconservative
s”? · 211
Nørretranders, Tor ·
248
Norton, Andrew · 211
Novum Organum · 246
Nussbaum, Martha ·
158

O

*O crash da
informação* · 89
O Fim da Ciência · 233
O fim do trabalho ·
151

- O homem invisível* · 164
O Mundo como Vontade e Representação · 176
O que torna uma vida boa? Lições do estudo mais longo sobre a felicidade · 172
Oliveira e Costa, José · 38
Ormerod, Paul · 130
Otte, Max · 89
-

P

- Papa Francisco · 146
Parenti, Michael · 50
Parker, Martin · 100
Paul, Reuben · 368
Peck, Gregory · 57
Pettegrew, Lloyd · 73
Platão · 181, 294
Popper, Karl · 197
Pós-capitalismo · 204
Possibilidades económicas para os nossos netos · 81, 149
Projeto Marte · 33
Puech, Michel · 253
Putnam, Hilary · 207

Q

- Quadro económico* · 130
Quesnay, François · 130
-

R

- Ramonet, Ignacio · 177
Rashwan, Iyad · 290
Relatório Preliminar 2015/2103-INL · 319
Rendeiro, João · 38
República · 181, 294
Rifkin, Jeremy · 151
Rocard, Michel · 318
Rodrigues, Coutinho · 95
Rodríguez, Julián · 196
Rodríguez, Mario · 193
Roman Holiday · 57
Romano, Carlin · 124
Rougier, Louis · 214
Rustöw, Alexander · 214
-

S

- Salgado, Ricardo · 38
Sanger, Larry · 255

Santos, Pedro Nuno · 19
 Schelling, Friedrich · 178
 Schopenhauer, Arthur · 176
 Schumpeter, Joseph · 200
Science · 289
Scientific American · 233
 Seignenthaler, John · 259
 Séneca, Lúcio Aneu · 205
 Sérvio · 58
 Silva, Cavaco · 137
 Simon, Herbert · 103, 133
 Sloterdijk, Peter · 159
 Smith, Adam · 130
 Soares, Pedro Mota · 109
Sobre a brevidade da vida · 206
 Solla, Manuel · 41
Sorstalanság · 209
 Statistical Inquiries into the Efficacy of Prayer · 239
 Steiner, George · 177
Sustainable Humanities · 220

T

Tech in 2017: 10 big things to look

forward to in the New Year · 305
Teoria dos sentimentos morais · 132
The Coming Technological Singularity · 63
The Ecological Thought · 380
 Thilo, Heinz · 44
This idea must die · 244
 Thomson, Judith Jarvis · 287
 Trump, Donald · 273
 Tsipras, Alexis · 111

U

Um homem de partes · 164

V

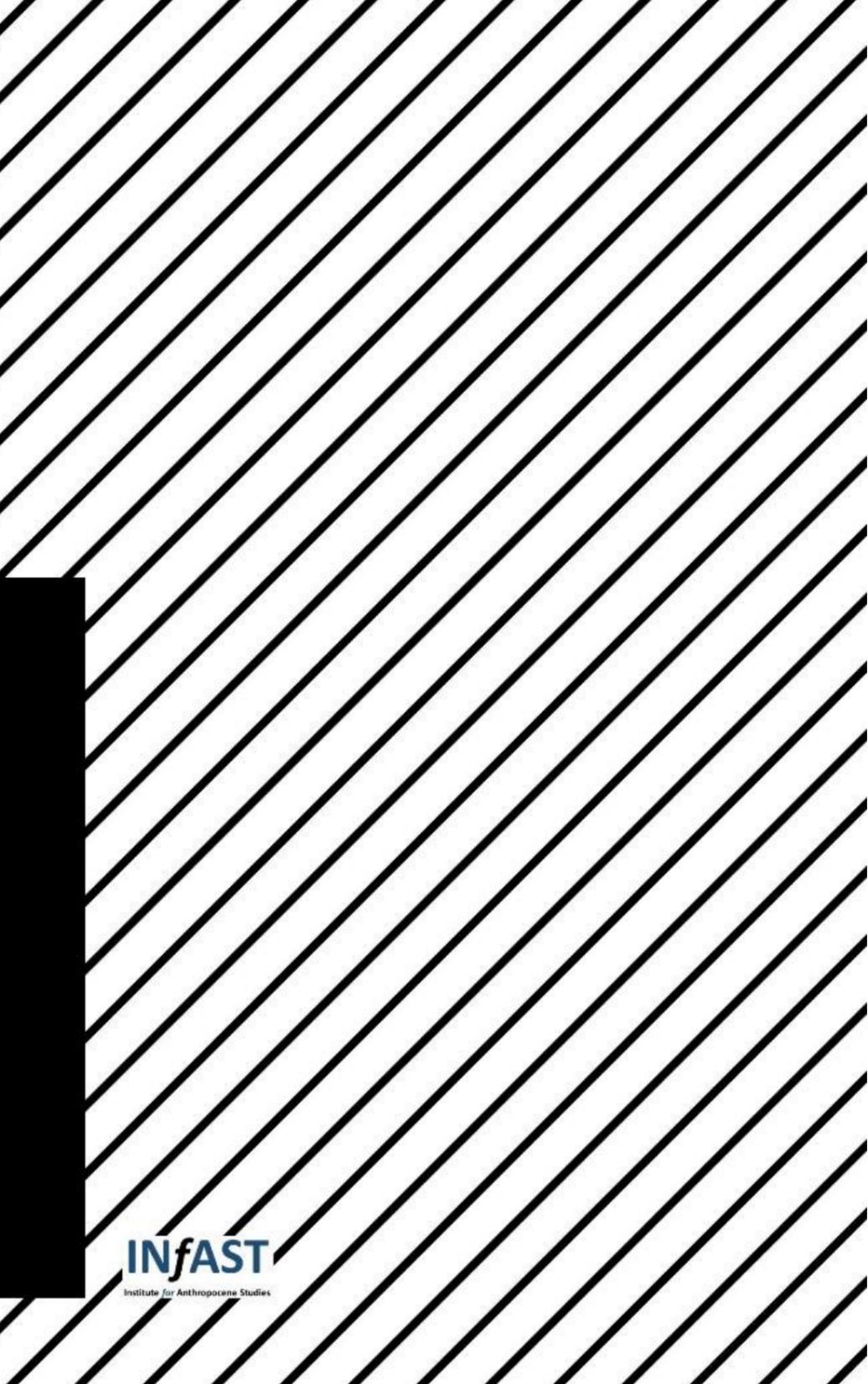
Vaillant, George · 170
 van Nieuwburg, Isabel Nunes · 95
 Vance, Carol · 73
 Verne, Jules · 163
 Viana, Vítor · 94
 Vinge, Verner · 63
 Virgílio · 58
 von Braun, Wernher · 33
 von Hugo, Christoph · 288

W

- Waldinger, Robert ·
172
Wales, Jimmy · 256
Wells, Herbert
George · 163
Wheeler, McArthur ·
182
Willmott, Hugh · 102
Wyler, William · 57

Z

- Zamenhof, Ludwik ·
313
Žižek, Slavoj · 160
Zorich, Diane · 229
Zuckerberg, Mark ·
360



INFAST

Institute for Anthropocene Studies